



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
2ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

**CUIABÁ/MT
MARÇO/2011**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
2ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

**CUIABÁ/MT
MARÇO/2012**

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

- ABNT** – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- AGS** - Acompanhamento Gerencial de Serviço
- AGU** – Advocacia Geral da União
- AI** – Auto de Infração
- ANATEL** – Agência Nacional de Telecomunicações
- CADA** – Comissão de Análise de Defesa da Autuação
- CGU** – Controladoria-Geral da União
- CIOP** – Central de Informações Operacionais
- COD** – Comunicado de Ocorrências Diversas
- CPD** – Central de Processamento de Dados
- CRLV** – Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo
- CSR** – Comando de Saúde nas rodovias
- DITEL** – Divisão de Telemática
- DN** – Decisão Normativa
- DPRF** – Departamento de Polícia Rodoviária Federal
- DRV** – Documento de Recolhimento de Veículo
- EDA** – Enterprise Digital Assistant (Assistente digital corporativo)
- FETRAN** – Festival Temático para o Trânsito
- IN** – Instrução Normativa
- IP** – Internet Protocol (Protocolo de Internet)
- JARI** – Junta Administrativa de Recursos de Infrações
- LCD** – Liquid Crystal Display
- MPLS** – MultiProtocol Label Switching
- NA** – Não se aplica
- NUAI** – Núcleo de Assuntos Internos
- NUCAP** – Núcleo de Capacitação

NUCOM – Núcleo de Comunicação

NUINT – Núcleo de Inteligência

NUTEL – Núcleo de Telemática

PDA – Personal Digital Assistant (Assistente digital pessoal)

PORT – Portaria

RAM – Random Access Memory (Memória de acesso aleatório)

RENACH – Registro Nacional de Carteiras de Habilitação

RENAVAM – Registro Nacional de Veículos Auto Motores

RG – Relatório de gestão

RP – Registro de Preço

RRC – Recibo de Recolhimento de CRLV

SAF – Seção Administrativa e Financeira

SEJUSP/MT – Secretária de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso

SENASP – Secretária Nacional de Segurança Pública

SIASG – Sistemas de Administração de Serviços Gerais

SICAF – Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores

SISCOM – Sistema de Multas

SPF – Seção de Policiamento e Fiscalização

TCA - Termo Circunstanciado Administrativo

TCU – Tribunal de Contas da União

TI – Tecnologia da Informação

UCC – Unidade de Compra Centralizada

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

UJ – Unidade Jurisdicionada

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

VOIP – Voz sobre IP

2ª SRPRF – Segunda Superintendência de Polícia Rodoviária Federal

SUMÁRIO

<u>LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS.....</u>	<u>5</u>
<u>SUMÁRIO.....</u>	<u>7</u>
<u>ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA 2ª SRPRF/MT.....</u>	<u>13</u>
<u>INTRODUÇÃO.....</u>	<u>14</u>
<u>1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....</u>	<u>17</u>
<u>QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....</u>	<u>17</u>
<u>2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....</u>	<u>18</u>
<u>2.1. Responsabilidades institucionais da 2ª SRPRF.....</u>	<u>18</u>
<u>2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....</u>	<u>19</u>
<u>2.3. Programas de Governo.....</u>	<u>21</u>
<u>2.3.1. Execução dos programas de Governo.....</u>	<u>21</u>
<u>.....</u>	<u>21</u>
<u>QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO.....</u>	<u>22</u>
<u>2.3.2. Execução física das ações realizadas pela 2ª SRPRF/MT.....</u>	<u>23</u>
<u>AÇÃO 2723 - Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais.....</u>	<u>25</u>
<u>2.4. Desempenho Orçamentário e Financeiro.....</u>	<u>39</u>
<u>2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa.....</u>	<u>39</u>
<u>QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS.....</u>	<u>39</u>
<u>2.4.2. Programação de Despesas Correntes.....</u>	<u>40</u>
<u>(Quadro A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES);</u>	<u>40</u>
<u>.....</u>	<u>40</u>
<u>2.4.3. Programação de Despesas de Capital.....</u>	<u>40</u>
<u>(Quadro A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL);.....</u>	<u>40</u>
<u>.....</u>	<u>40</u>
<u>2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas.....</u>	<u>40</u>
<u>(Quadro A.2.6 - RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS);.....</u>	<u>40</u>
<u>2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....</u>	<u>40</u>
<u>QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA....</u>	<u>40</u>
<u>2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa.....</u>	<u>41</u>

2.4.4.1. Execução Orçamentária de Créditos originários da 2ª SRPRF/MT.....	41
2.4.4.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação.....	41
(Quadro A.2.8).....	41
2.4.4.1.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	41
(Quadro A.2.9).....	41
2.4.4.1.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	42
(Quadro A.2.10).....	42
2.4.4.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação....	42
<u>QUADRO A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS</u> <u>CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO.....</u>	42
2.4.5. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	42
<u>QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA</u> <u>DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO.....</u>	43
2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	43
<u>QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA</u> <u>DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO.....</u>	43
2.4.7. Indicadores Institucionais.....	44
2.4.7.1. Programa 0663.....	44
2.4.7.2. Programa 1386.....	45
2.4.7.3. Programa 0750.....	45
3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	45
3.1. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	45
<u>QUADRO A.3.1. - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE</u> <u>CRÉDITOS OU RECURSOS.....</u>	45
4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	45
4.1 Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	45
<u>QUADRO A.4.1 – SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</u>	45
4.2. Análise Crítica.....	46
5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	46
5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos	46
5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à disposição da 2ª SRPRF/MT.....	46
<u>QUADRO A.5.1 – FORÇA DE TRABALHO DA 2ª SRPRF/MT - SITUAÇÃO APURADA</u> <u>EM 31/12/2011.....</u>	46

5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada.....	46
<u>QUADRO A.5.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA 2ª SRPRF/MT.....</u>	<u>47</u>
5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada.....	47
5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da 2ª SRPRF/MT segundo a idade.....	48
<u>QUADRO A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA.....</u>	<u>48</u>
<u>QUADRO A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - Situação apurada em 31/12/2011.....</u>	<u>48</u>
5.2. Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas.....	49
5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria.....	49
<u>QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011.....</u>	<u>49</u>
5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada.....	49
5.3 Composição do Quadro de Estagiários.....	49
<u>QUADRO A.5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....</u>	<u>49</u>
5.4 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada.....	50
<u>QUADRO A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NOS EXERCÍCIOS DE 2009, 2010 E 2011.....</u>	<u>50</u>
5.5. Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada.....	51
5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão.....	51
<u>QUADRO A.5.9 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA.....</u>	<u>51</u>
<u>QUADRO A.5.10 – RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO OU DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS.....</u>	<u>51</u>
5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados.....	51
<u>QUADRO A.5.11 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS.....</u>	<u>51</u>
5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade.....	52
<u>QUADRO A.5.12 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA.....</u>	<u>52</u>
5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão.....	53
<u>QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE</u>	

<u>MÃO DE OBRA.....</u>	<u>53</u>
<u>5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....</u>	<u>54</u>
<u>.....</u>	<u>60</u>
<u>6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.</u>	<u>60</u>
<u>7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....</u>	<u>60</u>
<u>7.1. Declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV.....</u>	<u>60</u>
<u>QUADRO A.7.1 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV.....</u>	<u>60</u>
<u>8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....</u>	<u>60</u>
<u>8.1. Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.....</u>	<u>60</u>
<u>QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA 2ª SRPRF/MT, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR.....</u>	<u>60</u>
<u>8.2. Análise Crítica.....</u>	<u>60</u>
<u>9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....</u>	<u>61</u>
<u>9.1. Estrutura de controles internos da 2ª SRPRF/MT.....</u>	<u>61</u>
<u>QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.....</u>	<u>61</u>
<u>10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....</u>	<u>63</u>
<u>10.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....</u>	<u>63</u>
<u>QUADRO A.10.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....</u>	<u>63</u>
<u>11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....</u>	<u>65</u>
<u>11.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....</u>	<u>65</u>
<u>QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO.....</u>	<u>65</u>
<u>QUADRO A.11.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIRO.....</u>	<u>66</u>
<u>QUADRO A.11.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA 2ª SRPRF/MT.....</u>	<u>66</u>
<u>12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.</u>	<u>67</u>
<u>12.1. Gestão de Tecnologia da Informação (TI).....</u>	<u>68</u>
<u>QUADRO A.12.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....</u>	<u>68</u>
<u>13. PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....</u>	<u>69</u>
<u>13.1 Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo.....</u>	<u>69</u>
<u>13.1.1 Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício.....</u>	<u>69</u>
<u>QUADRO A.13.1 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E</u>	

<u>POR PORTADOR.....</u>	<u>69</u>
<u>13.1.2 Utilização dos cartões de crédito corporativo da unidade.....</u>	<u>69</u>
<u>QUADRO A.13.2 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA).....</u>	<u>69</u>
<u>14. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....</u>	<u>69</u>
<u>15. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....</u>	<u>70</u>
<u>15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício.....</u>	<u>70</u>
<u>15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.....</u>	<u>71</u>
<u>16. PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....</u>	<u>71</u>
<u>17. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....</u>	<u>71</u>
<u>17.1. Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis.....</u>	<u>71</u>
<u>ANEXO I.....</u>	<u>73</u>
<u>QUADRO A.7.1 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV.....</u>	<u>74</u>
<u>ANEXO II.....</u>	<u>75</u>
<u>INFORMAÇÕES QUE DEMONSTRAM A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO 2011.....</u>	<u>75</u>
<u>AÇÃO 8623 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal.....</u>	<u>76</u>
<u>AÇÃO: 200G - Construção e Ampliação de Bases Operacionais - Nacional.....</u>	<u>79</u>
<u>AÇÃO 8698 – MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....</u>	<u>80</u>
<u>DA INFORMÁTICA.....</u>	<u>81</u>
<u>TRANSMISSÃO DE DADOS.....</u>	<u>88</u>
<u>INVESTIMENTOS EM 2011.....</u>	<u>92</u>
<u>SISTEMAS MÓVEIS.....</u>	<u>93</u>
<u>OUTSOURCING DE IMPRESSÃO.....</u>	<u>95</u>
<u>DA TELEFONIA.....</u>	<u>96</u>
<u>TELEFONIA FIXA.....</u>	<u>97</u>
<u>TELEFONIA MÓVEL.....</u>	<u>98</u>
<u>.....</u>	<u>98</u>
<u>INVESTIMENTOS.....</u>	<u>100</u>
<u>DA RADIOCOMUNICAÇÃO.....</u>	<u>102</u>
<u>INVESTIMENTOS.....</u>	<u>102</u>
<u>DA ELABORAÇÃO DO PDTI BIÊNIO 2012 – 2013.....</u>	<u>103</u>
<u>DO CUMPRIMENTO DE METAS PARA 2011.....</u>	<u>106</u>

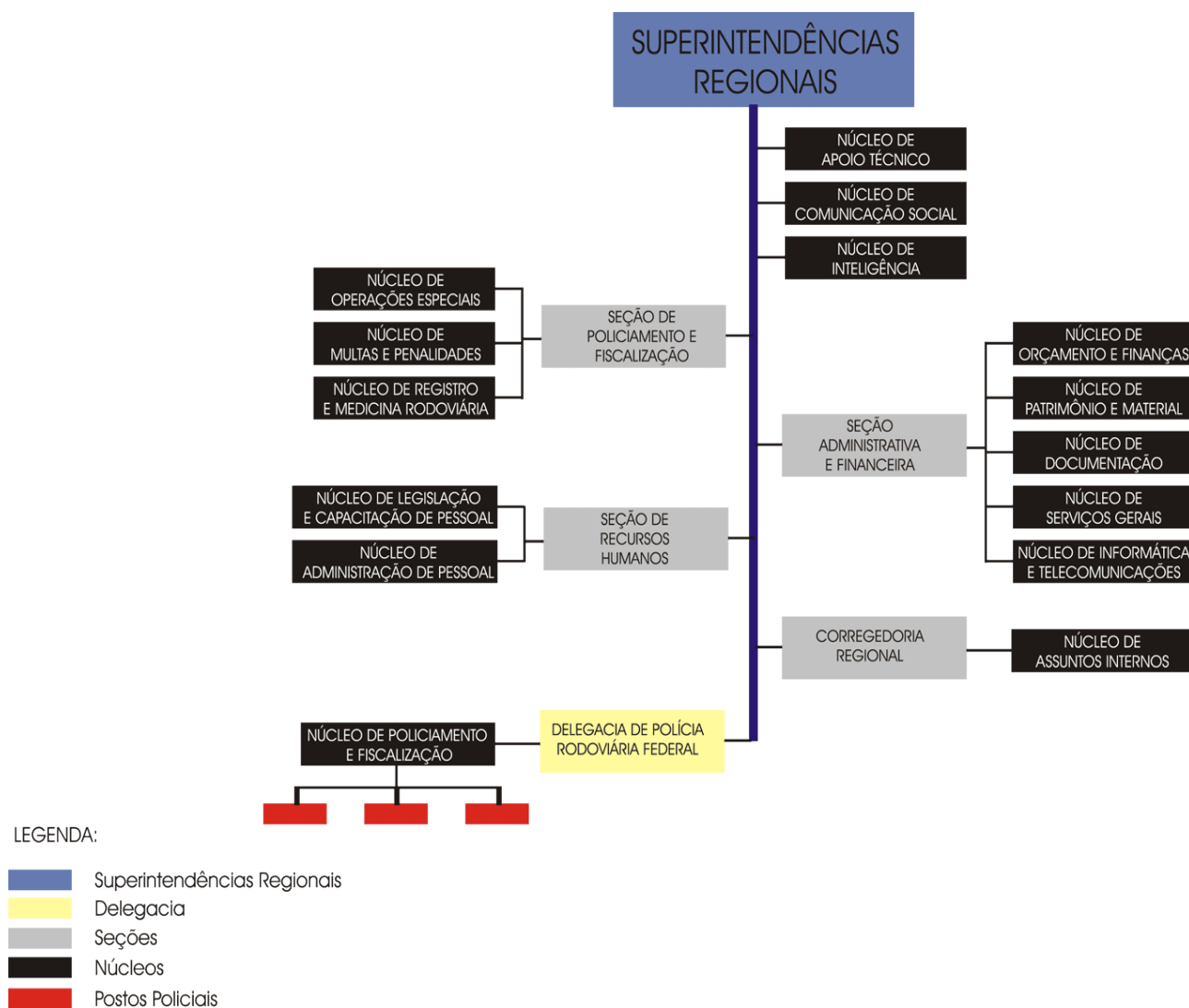
<u>ACÇÃO 4290 - ATIVIDADES DE SAÚDE NAS RODOVIAS FEDERAIS.....</u>	<u>108</u>
<u>ACÇÃO 86A1 - PROCESSAMENTO, REMUNERAÇÃO DOS DEPARTAMENTOS ESTADUAIS DE TRÂNSITO E ARRECADAÇÃO DE MULTAS APLICADAS PELA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL.....</u>	<u>110</u>
<u>ACÇÃO 8692 - EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO PARA USUÁRIOS DAS RODOVIAS FEDERAIS</u>	<u>111</u>
<u>ACÇÃO 2000 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE.....</u>	<u>112</u>
<u>ANEXO III.....</u>	<u>114</u>
<u>LICITAÇÕES, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS NO EXERCÍCIO 2011.....</u>	<u>114</u>
<u>SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS DA 2ª SRPRF.....</u>	<u>115</u>
<u>LICITAÇÕES, DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES.....</u>	<u>119</u>
<u>TEMPO DOS PROCESSOS DE LICITAÇÕES.....</u>	<u>122</u>
<u>DOS VALORES ADJUDICADOS NOS PREGÕES.....</u>	<u>123</u>
<u>DOS CONTRATOS.....</u>	<u>124</u>
<u>PROCESSOS PARA ANÁLISE E APLICAÇÕES DE PENALIDADES.....</u>	<u>128</u>
<u>GESTÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA.....</u>	<u>131</u>

ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA 2ª SRPRF/MT

A 2ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal com a sede central situada na capital do Estado de Mato Grosso conta com oito Delegacias Regionais com sede nas cidades de Cuiabá, Barra do Garças, Cáceres, Primavera do Leste, Rondonópolis, Pontes e Lacerda, Sorriso e Diamantino.

Conta ainda, com dezessete Unidades Operacionais distribuídas pelas BRs 364, 163, 070, 158 e 174, sendo fiscalizadas por um efetivo de aproximadamente 465 policiais, que suprem, com dificuldades, as demandas da superintendência no estado.

A Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 06 de agosto de 2007, regulamenta o Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, cujo organograma funcional é demonstrado a seguir:



INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pela 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2011 e a execução dos recursos financeiros, orçamentários, patrimoniais e logísticos, repassados pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, contemplados nos Programas de Governo: a) 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais; b) 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal; c) 0750 – Apoio Administrativo, no exercício de 2011.

A exposição circunstanciada está estruturada de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010, da Portaria TCU nº 123/2011, além do Plano Plurianual (PPA), o Orçamento autorizado na LOA 2011 e os relatórios de atividades das diversas áreas da administração central e das Delegacias da 2ª SRPRF/MT, possibilitando uma perspectiva macro com acompanhamento setorializado, de sorte que a abordagem está centralizada na Gestão de Programas e Ações.

O item 2.3 - Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ; As metas e resultados do Programa de Governo 0663; As metas de todas as ações orçamentárias, exceto da ação 2723; O item 15 (quanto aos acordãos e recomendações do Órgão de Controle Interno relacionados à área de recursos humanos) são itens de competência do órgão central – Departamento de Polícia Rodoviária Federal - Unidade Orçamentária da UG 200109

Os itens 2.3, 14 e 16 do Anexo II da DN TCU nº 108/2010 não se aplicam a 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal. Os itens 6.1 e 6.2 não tiveram ocorrências no período, embora sejam aplicáveis.

O Estado de Mato Grosso tem 903.357,908 km² de extensão. É o terceiro maior estado do país, ficando atrás somente do Amazonas e do Pará. A área urbana de Mato Grosso é de 519,7 km², o que coloca o estado em 11º lugar no ranking de estados com maior mancha urbana. Tem como limites: Amazonas, Pará (N); Tocantins, Goiás (L); Mato Grosso do Sul (S); Rondônia e Bolívia (O).

A Polícia Rodoviária Federal/DPRF/MJ tem por missão constitucional o exercício da Segurança Pública nas rodovias federais brasileiras. Para atender o chamamento constitucional opera em 03 (três) linhas de frente:

Policiamento - que compreende as ações de prevenção e repressão aos ilícitos penais;

Fiscalização - que compreende as atividades de ordenamento e fiscalização do trânsito; e

Atendimentos - que engloba as missões de socorro aos usuários das rodovias, seja em decorrência de acidentes de trânsito, acometimento de enfermidades ou socorro mecânico.

Os esforços na área de fiscalização de trânsito têm como objetivo principal a garantia da incolumidade das pessoas, de seu patrimônio e a livre circulação pelas rodovias federais. Os atendimentos também caminham na direção de oferecer alento aos usuários da rodovia quando vítima de sinistro ou de crime, pane em veículos, necessidade de orientação, ou até quando os residentes das margens das rodovias precisam de socorro e tem na Polícia Rodoviária Federal o

apoio necessário e capaz de oferecer-lhes amparo. No ano de 2011, nesta regional, foram realizados 3.291 auxílios a usuários, um aumento de aproximadamente 8,6% em relação ao ano anterior.

As ações de combate aos ilícitos penais, por sua vez, têm o objetivo de garantir a paz pública, na medida em que tira de circulação indivíduos que oferecem risco à sociedade, bem como apreende ou busca apreender produtos de ações criminosas, tais como veículos e cargas roubadas, contrabando, descaminho, produtos ilegalmente retirados da fauna e da flora, dentre outros. Entre nossas ações, estão o combate a exploração sexual contra crianças e adolescentes, tráfico internacional de seres humanos e erradicação do trabalho escravo.

Durante o ano de 2011, a PRF figurou também com uma importante e decisiva participação no combate ao tráfico de substâncias entorpecentes, em razão das características geográficas do Estado de Mato Grosso, notadamente a fronteira seca que apresenta com a Bolívia. Esse país é considerado um dos maiores produtores de cocaína do mundo, o que exige uma maior atenção na fiscalização e no policiamento da área. Além da droga, é grande o tráfego de veículos, produtos de furtos, roubos e de golpes de seguro, que são trocados por pasta base naquele país.

Para atingir os índices apresentados, a 2ª SRPRF/MT elaborou algumas estratégias operacionais, dentre elas se destacaram as Operações Temáticas de Fiscalização (produtos perigosos, transporte de passageiros, excesso de peso, produtos da fauna e flora regional, etc), eventos que mesclam atividades de fiscalização com educação para o trânsito.

Outro foco de atuação são as manifestações reivindicatórias tais como: movimentos agrários, manifestações de caminhoneiros, indígenas e outras reivindicações sociais que culminam com bloqueio de rodovias, causando transtorno à sociedade.

As principais dificuldades para a realização dos objetivos da 2ª SRPRF/MT são:

- A escassez de efetivo, sendo que a situação é agravada no que concerne ao quadro de servidores da área-meio (servidores administrativos) que é composta basicamente por Policiais Rodoviários Federais, haja vista que desde a sua criação, nunca houve concurso para contratação de servidores administrativos. Além disso, as gratificações pagas para as funções de gestão, em função dos baixos valores, ocasionam uma grande rotatividade de policiais, influenciando na execução das ações para cumprimento das metas estabelecidas;
- A pequena dotação orçamentária destinada a esta Regional e conseqüente escassez de recursos financeiros e os sucessivos contingenciamentos;
- O grande número de pedidos de remoção para outros estados aliado a falta de incentivo para a permanência de servidores em Mato Grosso;
- A falta de previsão legal de banco de horas para o registro das horas trabalhadas, além das 40 semanais, tem sido motivo de descontentamento do efetivo.

Os principais planos e projetos estabelecidos para o exercício seguinte:

- Efetivar todos os comandos operacionais designados pela Coordenação Geral de Operação, conforme orientações determinadas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Atenção especial à continuidade da Operação Sentinela na região de fronteira;
- Diminuir o número de mortos e feridos nas rodovias federais em 5%, conforme orienta resolução da ONU (solicita que nesta década de redução de acidentes os países membros diminuam 50% o nº de mortos, em 10 anos);
- Dar continuidade às gestões em trâmite junto à Direção-Geral da Polícia Rodoviária Federal para manter os servidores que desempenham atividades na região de Mato Grosso objetivando assim, minimizar a evasão do estado;
- Dar continuidade a sistemática de realização de reuniões periódicas com as Chefias de todos os Núcleos, Seções e Delegacias da Regional e de suas descentralizadas;
- Dar prosseguimento às gestões em trâmite junto à Direção-Geral da Polícia Rodoviária Federal de modo a propiciar a continuidade dos serviços contratados por esta Unidade Gestora, bem como a viabilização das obras de reforma e construção necessárias a adequação das instalações desta Sede Regional e das respectivas unidades descentralizadas e operacionais.

O presente Relatório possibilita a unidade encerrar o exercício enaltecendo sua missão institucional de preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã como processo permanente de gestão, almejando ser referência como instituição de policiamento ostensivo e indutora de políticas públicas de valorização da vida, com reconhecimento internacional.

Para alcançar sua missão, a Polícia Rodoviária Federal ratifica seus valores que refletem o caráter duradouro e de seus colaboradores e são ancorados no projeto institucional. São eles: Honestidade; Lealdade; Ética; Equidade; Comprometimento; Urbanidade; Profissionalismo; Coragem e Orgulho de Pertencer.

Para tanto, fomenta a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais que cortam o Estado de Mato Grosso por meio da prática da responsabilidade social, do desenvolvimento e da promoção de ações comprometidas com a segurança.

Desta forma, os dados estatísticos serão analisados de forma mais acurada no desenvolvimento deste Relatório, à luz da aplicação dos recursos disponibilizados à 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas.

1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010**QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL**

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Segunda Superintendência de Polícia Rodoviária Federal			
Denominação abreviada: 2ª SRPRF			
Código SIORG: 002824	Código LOA: 30107	Código SIAFI: 200120	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da administração direta			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(065) 3928-3065	(065) 3928-3017	(065) 3928-3015
Endereço eletrônico: gab.mt@dprf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dprf.gov.br/PortalInternet/index.faces			
Endereço Postal: Rua Joaquim Murtinho, 1400. Bairro Centro-Sul. CEP.: 78020 – 290. Cuiabá/MT.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Competência definida pela Constituição Federal (Art. 144), pela Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, publicado no Diário Oficial da União em 04/10/95.			
Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal que definiu no âmbito das respectivas circunscrições a competência das Superintendências Regionais de executar as atividades pertinentes ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal, constante do Anexo I da Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 06 de agosto de 2007.			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI		Nome	
200120		Segunda Superintendência de Polícia Rodoviária Federal	
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI		Nome	
00001		Tesouro Nacional	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
200120		00001	

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010**2.1. Responsabilidades institucionais da 2ª SRPRF**

A Portaria/MJ nº 1.375, de 2 de agosto de 2007, publicada no Diário Oficial da União em 06 de agosto de 2007, aprovou o Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. De acordo com o art. 75 cabe à 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal executar as atividades pertinentes ao DPRF no âmbito de sua circunscrição, dentre as quais:

- exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;
- aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviço de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escoltas de veículos de cargas excepcionais, executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;
- realizar perícias, levantamento de locais, boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólicas e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;
- credenciar os serviços de escoltas, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escoltas e transporte de cargas indivisíveis;
- assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas;
- executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado e diplomatas estrangeiros e outras autoridades, quando necessário, e sob a coordenação do órgão competente;
- efetuar a fiscalização e o controle do trânsito e tráfico de menores nas rodovias federais, adotando as providências cabíveis contidas na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); e
- colaborar e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previstos em leis; realizar concursos públicos, outros processos seletivos, cursos, estágios, formação, treinamentos e demais atividades de ensino na área de sua competência.

As ações desenvolvidas nas rodovias federais que cortam o estado de Mato Grosso deverão ser integradas com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes

transnacionais, do meio ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

A Polícia Rodoviária Federal é o único órgão de âmbito federal capaz de reduzir os graves parâmetros em que se encontra a situação da segurança pública de nossas rodovias federais e, em virtude de sua capilaridade por todo o território nacional, servir como articulador direto de operacionalidade de um plano nacional de segurança pública, pois é constituída de cerca de 500 unidades policiais e uma abrangência de ação de mais de 3500 municípios em todo o Brasil, bem como possui serviço direto, identificado e ininterrupto à sociedade durante as 24 horas do dia, 7 dias por semana, em todos os dias do ano. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal possui a autossustentabilidade do órgão garantida por serviços prestados, arrecadação de multas e parcerias de cooperação técnica e financeira.

Durante o exercício 2011, a 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal executou os programas e as ações para atender os objetivos estratégicos traçados pela Direção-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, conforme segue:

- Promover a execução eficaz e eficiente dos recursos orçamentários disponibilizados pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
- Desenvolver um Planejamento de Gestão de Pessoas no âmbito da 2ª SRPRF/MT.
- Aplicar os recursos disponibilizados na formação continuada e no desenvolvimento de talentos para a valorização das pessoas e o aprendizado organizacional.
- Melhorar o clima organizacional
- Supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores lotados nas delegacias e Sede da Regional, obedecendo as diretrizes correccionais do Departamento, sendo realizadas reuniões mensais com os chefes da SRH, SAF e SPF, juntamente com o Superintendente Regional.
- Utilizar a tecnologia da informação como instrumento essencial para a modernização da 2ª SRPRF/MT.
- Estabelecer uma política de comunicação institucional, objetivando divulgar o papel e as ações positivas da 2ª SRPRF/MT
- Buscar a celeridade e a melhoria contínua na prestação de serviços públicos da Polícia Rodoviária Federal.

2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

Na primeira fase, realizada no final do exercício de 2010, foi apresentado o Mapa estratégico da Polícia Rodoviária Federal para o quinquênio 2010-2015, além da Missão, Valores e Visão da Instituição, tradutora dos anseios das pessoas envolvidas com o modelo da instituição ideal, nos horizontes de médio e longo prazo.

A justificativa existencial estrita do Departamento de Polícia Rodoviária Federal é dada pela Constituição Federal, com as competências arroladas no Regimento Interno. Entretanto, no âmbito do Planejamento Estratégico, o Órgão busca expandir as fronteiras estritamente legais para definir em sua Missão a forma pela qual a prestação dos serviços se deve realizar, os valores que devem perpassar sua atuação e, o mais importante, qual é o resultado da sua cogente atuação.

PRESERVAR A VIDA E PROMOVER A PAZ COM SEGURANÇA CIDADÃ

Na Visão foram contemplados os desejos que a organização vislumbra para que o Departamento de Polícia Rodoviária Federal se coloque como paradigma de policiamento.

SER REFERÊNCIA DE INSTITUIÇÃO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO E INDUTORA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE VALORIZAÇÃO DA VIDA, ALMEJANDO RECONHECIMENTO INTERNACIONAL.

Finalmente o Planejamento Estratégico do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, resultado de um esforço coletivo das pessoas da Organização, coloca nove valores cujo significado e *práxis* estará sempre presente na sua atuação como Polícia Ostensiva Federal:

ÉTICA , COMPROMETIMENTO, HONESTIDADE, URBANIDADE, PROFISSIONALISMO, LEALDADE, EQUIDADE, CORAGEM E ORGULHO DE PERTENCER.

No exercício de 2011, diante da expectativa de finalização dos trabalhos de atualização do plano estratégico do Ministério da Justiça para o quinquênio 2010-2015, foi dado prosseguimento aos trabalhos com a apuração dos elementos de diagnóstico, por meio de reuniões de dinâmicas de grupo no intuito de desenhar os cenários interno e externo, sob os quais o Departamento de Polícia Rodoviária Federal irá inaugurar sua Gestão Estratégica.

O desenvolvimento das ações e sua subsequente implantação serão incluídos na segunda versão do plano. Isto vem do fato de que quando se for tratar de áreas tecnicamente específicas, tais como informática, gestão de pessoas e orçamento, será necessária uma metodologia diferente.

Serão reunidos grupos de trabalho para cada um dos Objetivos Estratégicos. Estes grupos de trabalho envolverão pessoas que detenham informações e competências e estejam em postos-chave da organização.

Na realidade, como é possível depreender diretamente dos objetivos estratégicos listados, é impossível desenvolver alguns objetivos mais amplos sem a participação de membros de diversas equipes de trabalho.

Desta forma, num processo de elaboração de estratégias, de desenvolvimento de um Planejamento, ou mesmo da troca de idéias que a organização se autoconhece e, finalmente assim, irá cumprir o ideal de colocar-se como paradigma de excelência na prestação de serviços de policiamento ostensivo e indutora de políticas públicas de valorização da vida.

Por meio da indicação dos objetivos estratégicos traçados pela Direção-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal esta Regional se reuniu com as chefias visando indicar as melhores práticas para alcançar aqueles objetivos. Dentre as alternativas, pode-se destacar:

- A intensificação de operações noturnas com policiais da área meio, visando reforçar o policiamento nos trechos com altos índices de criminalidade e de acidentes nos períodos de feriados prolongados, utilizando como estratégia a utilização do cartão-programa para direcionar as operações;
- Redução do número de acidentes e de mortos nas rodovias federais do Estado de Mato Grosso com a utilização do Sistema SIGER pelos chefes de delegacias utilizando como estratégia a utilização do cartão-programa para direcionar as operações;
- Aumento do número de comandos médicos preventivos, por meio de parcerias com Órgãos municipais, estaduais e federais;
- Execução do Acompanhamento Gerencial de Serviço (AGS) em cada delegacia, sendo executado pelos respectivos chefes e análise dos resultados dos procedimentos realizados, com a oportunidade de manifestação da Corregedoria Regional;
- Levantamento de pontos críticos de ocorrências mais frequentes com o aprimoramento das atuações preventivas nas ações correcionais, através da elaboração de estudos estratégicos e mapas de controle, realização de visitas constantes a locais pré definidos;
- Aprimoramento com a fiscalização compartilhada dos processos de fiscalização nas delegacias e unidades operacionais, por meio da gestão da Seção Administrativa e Financeira.

Apesar dos óbices de 2011, foram realizadas varias ações: palestras em escolas, panfletagem em vários pontos das rodovias federais, em campanhas próprias ou em parceria com outras instituições, além de ações preventivas e educativas objetivando a conscientização dos jovens no trânsito.

Portanto, tem-se evidente que o plano de ação desta Regional é plenamente positivo e eficiente face aos objetivos delineados.

2.3. Programas de Governo

2.3.1. Execução dos programas de Governo

De acordo com a Portaria - TCU nº 123, de 12 de maio de 2011, somente deverá ser preenchido o demonstrativo abaixo pela UJ que tiver a responsabilidade de gerir Programas de Governo inscrito na Lei do Plano Plurianual (PPA).

Desta forma as informações orçamentárias e financeiras estarão consolidadas no relatório do Departamento de Polícia Rodoviária Federal – UG 200109.

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO						
IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO						
Código no PPA: 1386		Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal				
Tipo de programa		Finalístico				
Objetivo geral		Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública				
Objetivos específicos		200C - Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária 200G - Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal 8698 - Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação 8623 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal				
Indicadores ou parâmetros utilizados		Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas				
Público Alvo		Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais				
Informações sobre os resultados alcançados						
Indicador: Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas						
Ordem	Indicador (unidade de medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	%	02/01/07	56,12	80,00	80,00	62,47
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de unidades operacionais que possuem estrutura adequada em relação ao total de unidades operacionais existentes.						
IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO						
Código no PPA: 0663		Denominação: Segurança pública nas rodovias federais				
Tipo de programa		Finalístico				
Objetivo geral		Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a prevenção e repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito				
Objetivos específicos		Ação 2B11 – Monitoramento, controle e fiscalização eletrônica da malha rodoviária federal Ação 2524 – Capacitação dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal Ação 2723 – Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais Ação 2816 – Serviço de inteligência da Polícia Rodoviária Federal Ação 4290 – Atividades de saúde nas rodovias federais Ação 86A1 – Processamento e arrecadação de multas aplicadas pela PRF Ação 8692 – Educação de trânsito para usuários das rodovias federais Ação 2720 – Ações de caráter sigiloso na área de segurança pública				
Indicadores ou parâmetros utilizados		Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais; Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais; Sensação de Segurança nas Rodovias Federais.				
Público Alvo		Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais				
Indicador: Taxa de mortalidade nas rodovias federais no estado de Mato Grosso						
Ordem	Indicador (unidade de medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Unidade	02/01/2007	1,51	1,35	1,35	1,27
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de mortes ocorridas em acidentes de trânsito nas rodovias federais no ano relativo à 10000 de veículos da						

frota nacional.						
Indicador: Taxa de variação de acidentes nas rodovias federais						
Ordem	Indicador (unidade de medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Unidade	02/01/2007	27,20	25,50	25,50	28,21
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de acidentes ocorridos nas rodovias federais no ano por 10000 veículos da frota nacional.						
Indicador: Sensação de Segurança nas Rodovias Federais						
Ordem	Indicador (unidade de medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	%	01/01/2007	65	80	76	Sem apuração
Fórmula de Cálculo do Índice						
Percentual de pessoas que se sentem seguras/ total da amostra.						
Análise do Resultado Alcançado						
Por restrições orçamentárias/financeiras para aquisição de meios e movimentação de pessoal, o Indicador não foi aferido.						
IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO						
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo				
Tipo de programa		Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais				
Objetivo geral		Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos				
Objetivos específicos		Ação 2000 – Administração da Unidade				
Gerente de programa		Não Existe				
Gerente Executivo		Não Existe				
Indicadores ou parâmetros utilizados		Não Existe				
Público Alvo		Governo				

2.3.2. Execução física das ações realizadas pela 2ª SRPRF/MT

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ									
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Física prevista	Meta Física realizada	Meta Física a ser realizada em 2012
06	181	663	2B11	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	1500	1171	Ação Excluída
06	128	0663	2524	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	14.950	9.261	6.276
06	183	0663	2720	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	1	0	Ação Excluída
06	181	0663	2723	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	8.500000	10.322.726	8.750.000
06	183	0663	2816	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	320	265	54
06	181	0663	4290	Atividade	4 – Nenhuma	unidade	10.000	17.361	Ação Excluída

					prioridade				
06	181	0663	86A1	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	2.611.111	2.575.283	3.402.862
06	452	0663	8692	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	100.000	154.244	Ação Excluída
06	301	0750	2004	Atividade	3 – Outras prioridade	unidade	20.504	27.351	23.982
04	365	0750	2010	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	2.631	2.466	2.158
04	331	0750	2011	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	639	571	844
04	306	0750	2012	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	9.925	9.659	9.868
06	181	1386	200C	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	51	108	1
06	181	1386	200C 0052	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	4	3	Ação Excluída
06	181	1386	200G 0001	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	4	1	11
06	181	1386	200G 0056	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	2	0	Ação Excluída
06	181	1386	200G 0058	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	1	0	Ação Excluída
06	181	1386	200G 0060	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	2	0	Ação Excluída
06	181	1386	200G 0070	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	1	0	Ação Excluída
06	181	1386	200G 0072	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	1	0	Ação Excluída
06	181	1386	200G 0074	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	1	2	Ação Excluída
06	181	1386	200G 0078	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	1	0	Ação Excluída
06	181	1386	8623	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	4	9	72
06	181	1386	8623 0023	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	1	0	Ação Excluída
06	181	1386	8698	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	% manutenção	76	82	80
06	122	1386	1D49	Projeto	4- Nenhuma prioridade	% execução financeira	90	54	29
06	301	750	20CW	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	6839	n/d	6839

A 2ª SRPRF/MT atua apenas como executora dos programas e respectivas ações. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e SIGPLAN se referem ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal não existindo por parte da 2ª SRPRF/MT, a regionalização das referidas metas, exceto para a ação 2723, que será apresentada de forma individualizada a seguir:

AÇÃO 2723 - Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

Tipo	Projeto
Finalidade	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.
Descrição	Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; Realizar Operações e comandos específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); Intensificar o policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenir e atender as ocorrências de acidentes de trânsito; combater as infrações e crimes de trânsito; executar escoltas, bem como credenciar as empresas especializadas para tal fim; controlar o trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciar as empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular. Pagamento de diárias e passagens. Aquisição de formulários operacionais para as atividades acima. Adquirir e manter armas e sua munição correspondente, equipamentos e materiais para a fiscalização e controle de trânsito. Adquirir e manter equipamentos e materiais para atividade de cinotecnia. Aquisição e manutenção de etilômetros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais

Os esforços na área de fiscalização de trânsito têm como objetivo principal a garantia da incolumidade das pessoas, de seu patrimônio e a livre circulação pelas rodovias federais. Os atendimentos também caminham na direção de oferecer alento aos usuários da rodovia quando vítima de sinistro ou de crime, pane em veículos, necessidade de orientação, ou até quando os residentes das margens das rodovias precisam de socorro e tem na PRF o apoio necessário e capaz de oferecer-lhes amparo. No ano de 2011, nesta regional, foram realizados 3.291 auxílios a usuários, um aumento de aproximadamente 8,6% em relação ao ano anterior.

As ações de combate aos ilícitos penais, por sua vez, têm o objetivo de garantir a paz pública, na medida em que tira de circulação indivíduos que oferecem risco à sociedade, bem como apreende ou busca apreender produtos de ações criminosas, tais como veículos e cargas roubadas, contrabando, descaminho, produtos ilegalmente retirados da fauna e da flora, dentre outros.

Entre nossas ações, estão o combate a exploração sexual contra crianças e adolescentes, tráfico internacional de seres humanos e erradicação do trabalho escravo. Durante o ano de 2011, a PRF figurou também com uma importante e decisiva participação no combate ao tráfico de substâncias entorpecentes.

Para atingir os índices apresentados, a 2ª SRPRF/MT elaborou algumas estratégias operacionais, dentre elas se destacaram as Operações Temáticas de Fiscalização (produtos

perigosos, transporte de passageiros, excesso de peso, produtos da fauna e flora regional, etc), eventos que mesclam atividades de fiscalização com educação para o trânsito.

No combate ao crime, policiais de diversas regiões são empregados nas áreas onde há destaque em ações de combate ao crime, de modo a instrumentalizar esses servidores a melhorar a performance em suas áreas de atuação.

Outro foco de atuação são as manifestações reivindicatórias tais como: movimentos agrários, manifestações de caminhoneiros, indígenas e outras reivindicações sociais que culminam com bloqueios de rodovias, causando transtorno à sociedade.

Os casos de calamidade pública, como enchentes, queimadas, queda de barreira é outro palco de atuação da Polícia Rodoviária Federal, não só em Mato Grosso, mas com participação de nosso efetivo atendendo demandas de outros estados.

Metas almeçadas em 2011	Estratégia	Realizações
1. Intensificar as rondas noturnas com policiais da área meio, visando reforçar o policiamento nos trechos com altos índices de criminalidade e de acidentes nos períodos de feriados prolongados.	Utilização do cartão programa para direcionar as rondas.	Êxito
2. Determinar ao Núcleo de Operações Especiais desenvolva operações nos trechos com pouca atuação por parte das Delegacias Regionais e atuar de forma conjunta com as mesmas com o objetivo de baixar os índices de acidentes e criminalidades.	Determinação de pontos específicos nas rodovias para o cumprimento da escala do Núcleo de Operações Especiais.	Êxito
3. Orientar os chefes de Delegacia para que os mesmos tomem providências no sentido de reduzir o número de acidentes com base no DATATRAN, utilizando o recurso conhecido como <i>Cartão Programa</i> .	Foram realizadas reuniões e cursos do SIGER com os chefes de delegacia com a finalidade de direcionar a confecção do cartão programa.	Êxito
4. Diminuir o número de mortos nas rodovias federais.	Realização de pesquisas no SIGER para identificar os pontos críticos de acidentes, utilização do cartão programa para posicionar viaturas nestes locais.	Êxito
5. Diminuir o número de acidentes nas rodovias federais.	Realização de pesquisas no SIGER para identificar os pontos críticos, utilização do cartão programa para posicionar viaturas nestes locais.	Êxito
6. Aumentar o número de Comandos Médicos Preventivos.	Parcerias com órgãos do Município, Estado e União	Êxito

OPERAÇÕES REALIZADAS EM 2011

Segundo as diretrizes do Departamento de Polícia Rodoviária Federal para 2011, excluindo as operações demandadas pela Coordenação Geral de Operações, foi previsto um orçamento de R\$ 496.396,50 para ações a serem executadas dentro do Estado de Mato Grosso, que foi ultrapassado, devido as demandas surgidas, conforme segue:

Operação	Exercício 2011	Valor
Gralha Azul (no Estado do Paraná)	Janeiro a Junho	R\$ 868.020,82
Combate ao Crime	Ano inteiro	R\$ 209.650,34
Operações DPRF	Ano inteiro	R\$ 92.244,80
Crimes Ambientais	Maior a Dezembro	R\$ 209.716,88
Sentinela	Julho a Dezembro	R\$ 551,554,24
Escola - Provas ENEM	Setembro	R\$ 2.843,16

Dentre as atividades previstas pela Seção de Policiamento e Fiscalização, foram empreendidas também, ações em conjunto com órgãos municipais, estaduais e federais para a implementação de Comandos Médicos Preventivos, que consistem na triagem da saúde do profissional do transporte de carga. Os motoristas profissionais são abordados nos postos da polícia e submetidos, gratuitamente, a exames de glicemia, aferição de pressão, acuidade visual, teste psicológico, vacinas, teste de força, orientação educacional para o trânsito, brindes e lanches. Tudo voltado para a segurança do tráfego rodoviário.

Operação	PRFs	Período	Local
Operação Pantanal	18	13/01/2011 a 18/01/2011	Trecho entre os postos 402 e 302
Operação Temática Transporte Internacional	03	30/01/2011 a 13/02/2011	Corumbá/MS
Operação Carnaval	Todo o efetivo	04/03/2011 a 09/03/2011	Todas as rodovias federais do estado de MT
Operação Terena	11	17/03 a 21/03/2011	Nova Santa Helena/MT
Operação Rota Cidadã I	06	23/03/2011	Proximidades do PPRF 402
Operação OCC-DF	04	11/04 a 19/04/2011	Distrito Federal
Operação Semana Santa	Todo o efetivo	20/04/2011 a 24/04/2011	Todo o Estado de MT
NOE/GOC Fronteira I	09	09/05/2011 a 16/05/2011	Cáceres/MT
IV OTECCA e III OTEVEIC	10	10/05/2011 a 20/05/2011	Sinop/MT
Festival Pesca Cáceres	11	12/05/2011 a 16/05/2011	Cáceres/MT
SINOP 2011	20	24/05 a 12/06/2011	Sinop/MT
27ª EXPONOP	05	04/06 a 13/06/2011	Sinop/MT
Operação SOS Roraima	06	10/06 a 19/06/2011	5º DRPRF/RR
Operação Trânsito Seguro I	09	21/05/2011	Cuiabá/MT
Operação Defesa da Vida	12	13/06/2011 a 02/09/2011	Sorriso/MT
Operação Rota Segura I	06	17/08/2011 a 18/08/2011	Rondonópolis/MT
Operação Festival Náutico 2011	04	02/09/2011 a 05/09/2011	Rondonópolis-MT
Operação Redução de Acidentes 2011	04 por semana	25/08/2011 a 28/10/2011	Cuiabá e Diamantino/MT
Operação II OTENARCO	02	08/11/2011 a 03/12/2011	Rodoviais do Pará
Operação Plantação Legal	06	07/11/2011 a 11/11/2011	Comodoro/MT

Operação Cortejo	02	04/11/2011	Rondonópolis/MT
Operação Proclamação da República	12	11/11/2011 a 16/11/2011	Cuiabá e Diamantino/MT
Operação Morfeus 2011	40	19 e 20/12/2011	Barra do Garças, Nova Mutum, Sorriso, Sinop, Nova Santa Helena, Terra Nova, Matupá, Guarantã do Norte, Rondonópolis, Nobres e Cuiabá/MT
Operação Fim de Ano	09	16/12/2011 a 31/12/2011	Cuiabá, Diamantino e Rondonópolis/MT
Operação Sentinela	Média de 14 policiais por período de 30 dias	11/07/2011 a 31/12/2012	Região de fronteira do estado de Mato Grosso
Total de Operações	25	01/01/2011 a 31/12/2011	Todo o Estado de Mato Grosso

TABELA DE APREENSÕES POR ANO

ANO	Cocaína/Pasta Base (Kg)	Maconha (Kg)	Armas	Munições	Estrangeiro	Pessoas Detidas
2009	743,93	161,3	106	17072	81	1568
2010	1000,59	101,03	62	488	3	1305
2011	1952,49	591,11	93	1152	8	1491

Há um inter-relacionamento de crimes de mesma natureza que se associam com o objetivo de transportar de um estado para outro, através das rodovias o produto ilícito, obrigando a polícia a desenvolver ações de maneira otimizada nas rodovias federais.

Essa variação da natureza criminoso e o inter-relacionamento do crimes, impulsiona o Policiamento e Fiscalização em conjunto com outros órgãos da Segurança Pública e de outros órgãos com atribuição de fiscalização, pois em virtude de sua capilaridade torna a Polícia Rodoviária Federal um órgão de integração nas ações de fiscalização com a celebração de convênios com diversos órgãos, como Ministério do Trabalho, DETRAN, Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Defesa Cível etc.

TABELA DE PROCEDIMENTOS DE ROTINA

ANO	Recolhimento de animais	Encaminhamento de Menor	Veículo recuperado	CNH Recolhida	Autuações	Apreensão de Pescado (Kg)	Auxílio a usuário
2009	2156	59	107	982	50325	6201,76	-
2010	0	61	194	1312	72032	4126	-
2011	0	77	166	942	63585	5700	3291

QUADRO DE AUTUAÇÕES POR ANO

Ano	2007	2008	2009	2010	2011
Total	35.493	39.532	54.148	72.143	68.925

Exercício 2011	INDICADORES DE PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO					
	Veículos Fiscalizados	Pessoas Fiscalizadas	Total testes	Total de procedimentos	Meta	Atingimento
Janeiro	25.303	10.503	1145	36.951	25.475	145,05%
Fevereiro	22.793	9.317	2.026	34.136	25.475	134,00%
Março	25.027	9.541	2.572	37.140	25.475	145,79%
1º Trimestre	73.123	29.361	5.743	108.227	76.425	---
Abril	23.646	9.473	2.271	35.390	25.475	138,92%
Mai	25.202	4.279	458	29.939	25.475	117,52%
Junho	24.263	7.024	560	31.847	25.475	125,01%
2º Trimestre	73.111	20.776	3289	97.176	76.425	---
Julho	20.893	2.886	254	24.033	25.475	94,33%
Agosto	20.291	3.547	261	24.099	25.475	94,60%
Setembro	19.145	3.446	329	22.920	25.475	89,97%
3º Trimestre	60.329	9.879	844	71.052	76.425	---
Outubro	20.920	2.939	241	24.100	25.475	94,60%
Novembro	21.759	7.617	388	29.764	25.475	116,84%
Dezembro	24.052	8.392	445	32.889	25.475	129,10%
4º Trimestre	66.731	18.948	1.074	86.753	76.425	---
Total	---	---	---	363.208	305.700	118,81%

Os resultados, especificados nas tabelas acima, mostram uma boa evolução no desempenho da regional.

Dentre outros fatores motivacionais, indícios apontam para o fato do ingresso de 139 servidores em 2009, 84 em 2010 e 54 no 4º trimestre de 2011, totalizando 277 novos policiais nos três últimos anos, o que corrobora para o aumento dos procedimentos realizados.

Vale destacar que, devido ao grande número de servidores demitidos e aposentados (28), e ainda os removidos (96), a 2ª SRPRF/MT ficou com um saldo positivo, ao final de 2011, de 151 policiais.

Os números poderiam ter sido ainda melhores, todavia a 2ª SR.PRF/MT disponibilizou grande parte de nosso efetivo para participar de operações em outros estados, como a Operação Galha Azul e a Sentinela, que se destacaram pela necessidade do envolvimento de grande número de policiais e por um período longo de ausência dos mesmos de suas delegacias de lotação.

Dessa forma, algumas operações locais, previstas no calendário do planejamento operacional 2011, ficaram comprometidas, ora por falta de efetivo para realocações, ora por falta de recursos financeiros.

Considerando esses aspectos, infere-se êxito nos trabalhos desenvolvidos por essa regional, mas espera-se um desempenho ainda mais significativo para 2012, a partir de mudanças a serem implantadas na gestão das unidades operacionais sob circunscrição de 2ª SRPRF/MT.

ACIDENTES/MORTOS

ACIDENTES POR EXERCÍCIO				
EXERCÍCIO	N.º ACIDENTES	N.º FERIDOS	N.º MORTOS	N.º VEÍCULOS ENVOLVIDOS
2008	2918	2057	218	4747
2009	3322	2028	217	5483
2010	3741	2358	234	5347
2011	3871	2221	257	6398

PLANO DE REDUÇÃO DE ACIDENTES					
Janeiro a dezembro de 2011			Percentual atingido da meta		
Taxa de mortalidade			119,25%		
Taxa de variação de acidentes			109,33%		
METAS ACIDENTES/MORTOS					
ANO	N.º de Acidentes	Meta	N.º de Mortos	Meta	Resultado
2011	3871	3326	257	234	Não Atingido

As metas para 2011 foram calculadas de acordo com as taxas de variações de acidentes 51,957% e de mortos 3,65%, devidamente estabelecidas pelo Departamento e repassadas para cada Regional efetuar o seu controle. A fórmula utilizada para o cálculo das metas é:

$$\text{Meta} = \frac{(\text{N.º de Acidentes} \times \text{Taxa}) \times \text{Frota}}{\text{N.º de Acidentes do Ano Anterior}}$$

Analisando o número de acidentes em relação a meta estabelecida para 2011, meta de 3.326 foi ultrapassada em 545 acidentes (16,38%).

Em relação ao número de mortos houve um aumento de 9,82%, que representa 23 óbitos a mais.

Já o número de feridos, que não existe taxa de variação para calcular-se uma meta, obteve-se uma redução de 137 feridos em relação a 2010.

O Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária – NURAM afirma que este aumento do número de acidentes em nossas rodovias, no exercício de 2011, ocorreu devido à somatória dos seguintes fatores:

a) Aumento da frota nacional em mais de 5.725.561 (cinco milhões, setecentos e vinte e cinco mil, quinhentos e sessenta e um) veículos, ou seja, um incremento de 8,83%;

b) A falta de melhorias na malha viária do nosso Estado: falta de terceiras faixas e acostamentos, duplicações em perímetros urbanos (estão ocorrendo obras em alguns Municípios),

limpeza das margens das rodovias (muitas placas estão cobertas pela vegetação) e conservações periódicas das rodovias, principalmente durante o período de chuvas;

c) A quantidade reduzida de efetivo, que não é suficiente para se realizar ações periódicas na prevenção dos acidentes;

d) Falta de manutenção das viaturas durante alguns períodos do ano em função da capacidade operacional da empresa contratada e dos atrasos de pagamentos em função dos contingenciamentos do Governo Federal;

e) Redução da quantidade de combustível para as Delegacias, sendo estabelecido cotas para cada viatura, contribuindo para a redução das “rondas” e cumprimento do “cartão programa”;

f) Falta de uma melhor gestão do cartão programa pelas Delegacias. Ressalta-se que as Delegacias são conhecedoras dos seus pontos críticos e as principais causas dos acidentes, pois no exercício de 2011, a Regional capacitou todos os Chefes de Delegacia para utilizarem o Sistema – SIGER, que contém todos os dados que estão inseridos no Boletim de Acidente de Trânsito, desta forma, proporcionando aos gestores do cartão programa determinar exatamente o dia, horário e local que as viaturas deverão estar posicionadas visando a redução dos acidentes.

Nas tabelas a seguir visualiza-se em quais Delegacias houve um aumento do número de acidentes e mortes, de acordo com as suas respectivas metas:

METAS PARA O NÚMERO DE ACIDENTES POR DELEGACIA - 2011					
Delegacia	BR	N.º Acidentes	Meta	Aumento/Redução	Ranking de Aumento
1. ^a	364	617	546	71	5.º
2. ^a	364	653	501	152	2.º
	163	134	108	26	
3. ^a	70	237	256	-19	8.º
	174	29	99	-70	
4. ^a	364	541	405	136	3.º
	163	194	186	8	
	70	57	51	6	
5. ^a	70	268	256	12	7.º
6. ^a	163	566	316	250	1.º
7. ^a	174	285	167	118	4.º
	364	8	12	- 4	
8. ^a	70	104	72	32	6.º

	158	177	149	28	
TOTAL	-	3871	3326	-	-

METAS PARA O NÚMERO DE MORTOS POR DELEGACIA - 2011					
Delegacia	BR	N.º de Mortos	Meta	Aumento/Redução	Ranking de Aumento
1. ^a	364	36	20	16	2.º
2. ^a	364	32	20	12	3.º
	163	10	10	0	
3. ^a	70	13	30	-17	8.º
	174	7	6	1	
4. ^a	364	39	34	5	1.º
	163	18	10	8	
	70	10	5	5	
5. ^a	70	15	20	5	7.º
6. ^a	163	32	35	5	6.º
7. ^a	174	14	15	1	5.º
	364	0	3	3	
8. ^a	70	9	3	6	4.º
	158	22	23	1	
TOTAL	-	257	234	-	-

Em uma análise mais aprofundada dos acidentes ocorridos no Mato Grosso obteve-se os números apresentados a seguir, que revelam dados muito importantes para diagnosticar o perfil dos nossos condutores e as principais causas destes acidentes, além de outras informações que sempre serão analisadas e repassadas para as respectivas Delegacias:

MAPA DOS ACIDENTES REGISTRADOS PELA PRF EM MATO GROSSO NO ANO DE 2011					
TIPO DE ACIDENTE		FASE DO DIA		TIPOS DE VEÍCULOS	
Atropelamento de Animal	123	Amanhecer	240	Automóvel	1700
Atropelamento de Pessoa	42	Pleno Dia	2244	Bicicleta	60
Capotamento	159	Anoitecer	250	Caminhão	664
Colisão c/ Objeto Móvel	44	Plena Noite	1137	Caminhão Trator	2427

Colisão com Bicicleta	47	Total	3871	Camionetes	736
Colisão com Objeto fixo	72	TRAÇADO DA VIA		Máquina Agrícola	7
Colisão Frontal	250	Reta	0	Micro ônibus	20
Colisão Lateral	642	Curva	669	Motocicleta	559
Colisão Transversal	316	Cruzamento	115	Motoneta	60
Colisão Traseira	787	Não Definido	0	Ônibus	115
Danos Eventuais	14	Total	784	Outros	25
Derramamento de Carga	24	FAIXA ETÁRIA-MORTOS		Reboque/Semi-reboque	3
Incêndio	29	0 a 4 anos	2	Tração Animal	0
Queda de Motocicleta	107	5 a 9 anos	1	Triciclo	3
Saída de Pista	922	10 a 14 anos	2	Total	6379
Tombamento	293	15 a 19 anos	16	DADOS DAS VITIMAS	
Total	3871	20 a 24 anos	20	MORTOS-SEXO	
FATORES CONTRIBUINTE		25 a 30 anos	40	Masculino	214
Animais na Pista	158	31 a 34 anos	18	Feminino	43
Defeito Mecânico	0	35 a 39 anos	25	Ignorado	0
Defeito na Via	117	40 a 44 anos	26	Total	257
Desobediência à Sinalização	93	45 a 49 anos	24	Acidentes s/ vitimas	2270
Distancia de Segmento	310	50 a 54 anos	22	Acidentes c/ Feridos	1381
Dormindo	147	55 a 59 anos	17	Acidentes c/ Mortos	204
Falta de Atenção	1296	60 anos ou mais	23	Ignorados	16
Ingestão de Álcool	122	Não informado/outros	21	Total de Acidentes	3871
Outras	818	Total	257	Total de Feridos	2221
Ultrapassagem	262	CONDIÇÃO DO TEMPO		Total de Mortos	257
Velocidade	241	Bom	2202	Total de Ilesos	5577
Total	3871	Chuva	578	OBS.: DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DO SIGER - NURAM/2ª SRPRF/MT	
VIA COM PISTA		Ignorado	138		
Simples	3454	Nevoeiro/Neblina	32		
Dupla	394	Nublado	577		
Múltipla	23	Sol	0		
Não definido	0	Vento	4		
Total	3871	total	3871		

Realizou-se uma verificação no novo sistema – SIGER, para levantar os principais Pontos Críticos do Estado, fazendo uma análise, de 5 em 5 Km, e estabelecendo um Ranking dos 20 pontos onde estão ocorrendo os acidentes com maior gravidade: Os perímetros urbanos de Cuiabá, Primavera do Leste, Rondonópolis, Sinop, e Jaciara estão figurando entre os primeiros colocados.

Salienta-se que com esta nova ferramenta para identificar os locais e horários em que estão ocorrendo estes acidentes será possível direcionar o cartão programa para que haja uma viatura da PRF fazendo ronda ou fiscalizando, inibindo os maus condutores de realizar manobras imprudentes, abusar da velocidade ou não respeitar a sinalização.

RANKIN G	ACIDENTES												
	2011	DLPR F	BR	KM	C/FATA L	Fato r	IG	C/FERIDO S	Fato r	IG	S/VITIMA S	FATORIG	IG GERAL
1º	1ª	36 4	400- 405	1	25	25	64	5	32 0	35	1	35	380
2º	5ª	70	275- 280	3	25	75	38	5	19 0	24	1	24	289
3º	2ª	36 4	200- 205	2	25	50	27	5	13 5	46	1	46	231
4º	6ª	16 3	835- 840	2	25	50	27	5	13 5	30	1	30	215
5º	6ª	16 3	830- 835	1	25	25	23	5	11 5	27	1	27	167
6º	2ª	36 4	205- 210	1	25	25	20	5	10 0	35	1	35	160
7º	1ª	36 4	345- 350	3	25	75	6	5	30	39	1	39	144
8º	1ª	36 4	285- 290	4	25	10 0	6	5	30	12	1	12	142
9º	4ª	36 4	580- 585	3	25	75	10	5	50	15	1	15	140
10º	6ª	16 3	745- 750	3	25	75	9	5	45	11	1	11	131
11º	2ª	36 4	195- 200	1	25	25	16	5	80	15	1	15	120
12º	4ª	36 4	570- 575	3	25	75	6	5	30	13	1	13	118
13º	1ª	36 4	270- 275	1	25	25	12	5	60	24	1	24	109
14º	1ª	36 4	395- 400	1	25	25	12	5	60	20	1	20	105
15º	8ª	70	70-75	3	25	75	5	5	25	5	1	5	105
16º	2ª	36 4	220- 225	2	25	50	8	5	40	12	1	12	102
17º	1ª	36 4	375- 380	3	25	75	4	5	20	6	1	6	101
18º	4ª	36 4	575- 580	2	25	50	7	5	35	15	1	15	100
19º	3ª	70	690- 695	2	25	50	6	5	30	19	1	19	99
20º	8ª	70	5-10	3	25	75	4	5	20	4	1	4	99

RANKIN G	ACIDENTES												
	2011	DLPR F	BR	KM	C/FATA L	Fato r	IG	C/FERIDO S	Fato r	IG	S/VITIMA S	FATORIG	IG GERAL
1º	5ª	70	275- 280	2	25	50	48	5	24 0	25	1	25	315
2º	1ª	36	400-	2	25	50	45	5	22	38	1	38	313

		4	405					5					
3º	2ª	36 4	200- 205	1	25	25	25	5	12 5	44	1	44	194
4º	6ª	16 3	830- 835	3	25	75	20	5	10 0	16	1	16	191
5º	3ª	70	690- 695	3	25	75	11	5	55	37	1	37	167
6º	1ª	36 4	395- 400	1	25	25	18	5	90	15	1	15	130
7º	3ª	70	725- 730	2	25	50	13	5	65	9	1	9	124
8º	2ª	36 4	205- 210	0	25	0	19	5	95	18	1	18	113
9º	4ª	36 4	565- 570	3	25	75	5	5	25	8	1	8	108
10º	6ª	16 3	835- 840	0	25	0	18	5	90	18	1	18	108
11º	1ª	36 4	265- 270	2	25	50	8	5	40	14	1	14	104
12º	4ª	16 3	600- 605	2	25	50	6	5	30	16	1	16	96
13º	1ª	36 4	285- 290	2	25	50	5	5	25	15	1	15	90
14º	1ª	36 4	340- 345	1	25	25	9	5	45	19	1	19	89
15º	1ª	36 4	390- 395	2	25	50	5	5	25	13	1	13	88
16º	2ª	36 4	220- 225	2	25	50	6	5	30	8	1	8	88
17º	6ª	16 3	650- 655	3	25	75	2	5	10	3	1	3	88
18º	1ª	70	375- 380	0	25	0	16	5	80	7	1	7	87
19º	4ª	36 4	470- 475	1	25	25	10	5	50	11	1	11	86
20º	4ª	36 4	580- 585	1	25	25	8	5	40	20	1	20	85

CARTÃO – PROGRAMA

Uma das premissas utilizadas no planejamento de operações para diminuição dos acidentes de trânsito é de que a presença da viatura na rodovia inibe o cometimento de infrações de trânsito, pela expectativa de punição. Neste sentido, a ênfase principal foi manter alocado o máximo de policiais na pista, retirando-os da imobilidade nos postos e fazendo-os atuar em ronda ou em pontos fixos nas rodovias.

Manteve-se para isso o expediente do cartão programa, que é um itinerário das tarefas que o policial irá realizar no decorrer do plantão.

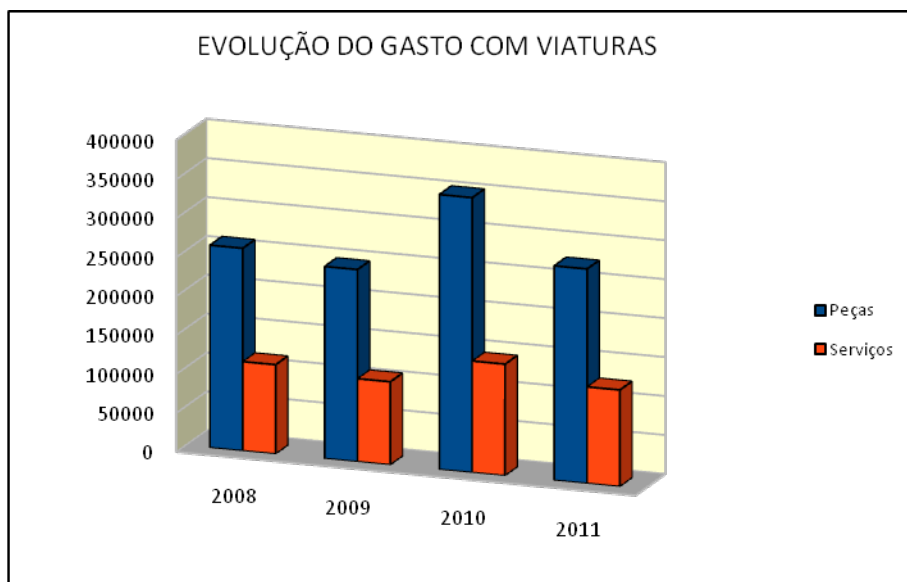
No cartão programa consta em quais trechos da rodovia a viatura deverá se posicionar para realizar operações de fiscalização, além de trechos que deverão sofrer ronda, em horários específicos.

O planejamento do cartão programa é feito pelo chefe de delegacia que, através do banco de dados da PRF, o DATATRAN, verifica os trechos com maior incidência de acidentes e criminalidade, de sorte que programa o roteiro que deverá ser executado pela equipe de cada posto no decorrer da semana.

GESTÃO DE FROTA

Uma das maiores despesas desta ação é a que trata da aquisição de combustíveis. Esta despesa é essencial para o bom funcionamento da atividade fim da Polícia Rodoviária Federal.

As despesas com manutenção de viaturas também ocupam uma posição de destaque. A regional, dentro do planejamento elaborado pelo DPRF, vem realizando um amplo programa de substituição de viaturas antieconômicas, através da compra de novas viaturas e leilões das viaturas inservíveis.



Devido às restrições orçamentárias na LOA 2011, foi mantida a estratégia de reduzir os gastos com combustíveis, o que gerou a diminuição da realização de rondas nas rodovias, utilizando-se as viaturas para deslocamentos prioritariamente em casos de acidentes.

Dado à responsabilidade institucional da Polícia Ostensiva, a viatura é a principal instrumento de trabalho da Polícia Rodoviária Federal.

O serviço de ronda, executado por meio do patrulhamento ostensivo, é decisivo na prevenção de acidentes e redução da criminalidade, exigindo dos veículos um funcionamento diuturno.

Devido à intensa utilização desses equipamentos, estes bens apresentam um desgaste acentuado, apresentando uma vida útil de aproximadamente 4 anos, consideradas as condições de segurança e viabilidade econômica frente aos custos de manutenção. Neste sentido a proposta adequada é a substituição de 25% das viaturas a cada ano, para que em 04 anos todas as viaturas estejam com o prazo de vida útil respeitado.

Atualmente, a regional conta com 128 (Cento e vinte e oito) automóveis oficiais em seu patrimônio, além de 07 (sete) motocicletas.

Trabalha-se, desde 2008, na implementação de um programa de manutenção preventiva da frota. Este objetivo ainda não foi alcançado em sua totalidade, em razão das condições de uso extremo a que os veículos são submetidos, não restando tempo hábil para realização de manutenções preventivas.

Para reduzir os transtornos com deslocamento dos veículos para a oficina, ocasionados em razão da dimensão continental do Estado do Mato Grosso, incluiu-se no contrato de manutenção a possibilidade de subcontratação no interior para execução de pequenos reparos.

A negociação entre as oficinas subcontratadas do interior e a empresa Contratada demandou tempo maior do que o previsto, tendo em vista a resistência das oficinas do interior a se adequarem aos ditames do contrato. Além disso, ainda não foi obtido o comprometimento integral dos gestores das Delegacias na fiscalização compartilhada do contrato de manutenção.

Tem-se ainda como agravante as constantes operações policiais executadas no extremo norte de Mato Grosso e na região fronteira com a Bolívia, que tem aumentado consideravelmente a demanda e a utilização das viaturas e, conseqüentemente sua deterioração, intensificando a necessidade de manutenção corretiva.

A soma desses fatores nos levou a estabelecer como plano de trabalho a verificação preventiva dos itens de segurança nos veículos novos em período de garantia de fábrica e naqueles que ficam sob responsabilidade direta da Gestão de Frota.

Além disso, a impossibilidade de manter uma viatura reserva em cada uma das unidades operacionais dificulta e/ou impede a mobilização das viaturas para verificação preventiva, restando apenas a manutenção corretiva quando o veículo não tem condições de circular.

Outro fator importante nesse processo, verificado em grande parte do exercício de 2011, foi a limitação do valor global do contrato de manutenção. Em face dessa constrição do valor contratual, foi adotado como plano de trabalho a realização apenas dos serviços essenciais à manutenção da segurança e funcionamento do veículo.

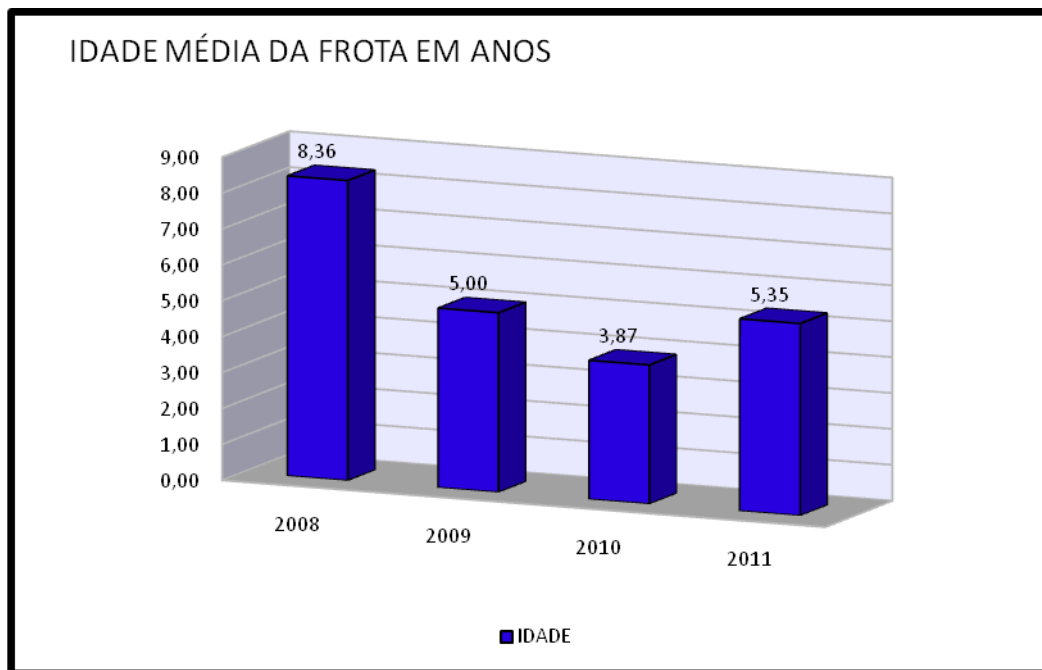
Com o advento do Contrato nº 10/2011, o valor global contratado adequou-se à demanda da frota desta Regional. Entretanto, o envelhecimento da frota, agravado pelas más condições das rodovias do Estado de Mato Grosso e pelo uso intenso em razão das operações, demandou a realização de serviços mais complexos e por isso mais onerosos e constantes, em veículos que não podem permanecer fora de uso além do período necessário para sanar a pane que o imobilizou.

O aumento de efetivo trouxe como necessidade imprescindível o aumento da frota, e conseqüentemente a recuperação dos veículos com quilometragem alta, visando deixá-los em perfeitas condições de funcionamento e segurança para atendimento à nova demanda, o que gerou altos gastos em razão do tipo e volume de reparos a serem feitos.

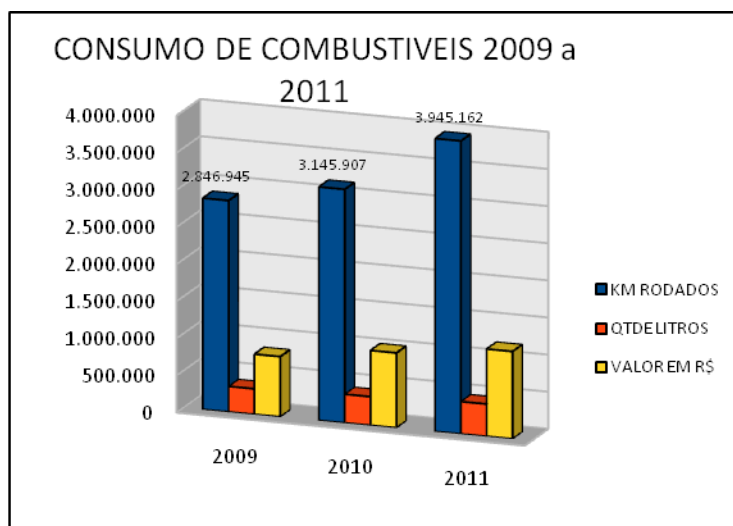
Outro fator de aumento dos gastos deve-se à recuperação de veículos com quilometragem alta e às revisões de garantia dos veículos das montadoras Renault, Nissan e Mitsubishi, cujos

valores de manutenção são bem superiores ao dos veículos GM, que até então constituía a grande maioria da nossa frota.

Este fato reforça a teoria da necessidade de implantação definitiva do plano de manutenção preventiva e de renovação constante da frota como fator de economicidade, em razão do seu uso severo e constante e em situações quase sempre adversas.



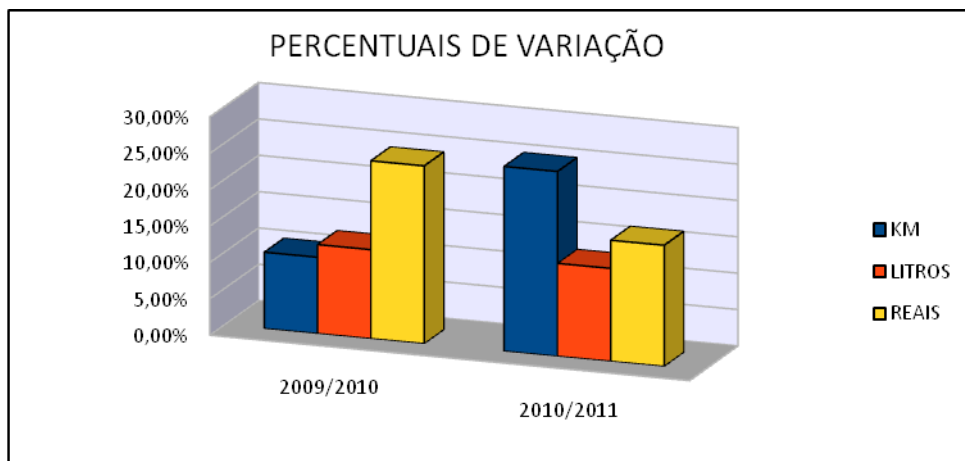
A frota da 2ª SRPRF rodou em 2009 o total de 2.846.945 km, consumindo 343.668,28 litros de combustível, a um custo de R\$ 810.124,21 em combustíveis, R\$ 24.388,00 como taxa de manutenção e R\$ 15.671,46 em lubrificantes.



Em 2010, o total rodado pela frota foi de 3.145.907 kms, consumindo 385.751,7 litros de combustível no valor total de R\$ 1.008.149,76 e R\$ 13.147,00 para aquisição de óleo lubrificante.

Em 2011, rodou 3.495.162 kms, consumiu 435.005,78 litros de combustível no valor total de R\$ 1.175.985,66 além de R\$ 23.320,00 para aquisição de óleo lubrificante e R\$ 51.069,36 para aquisição de pneus.

O aumento nos valores consumidos para abastecimento devem-se em parte ao aumento nos preços dos combustíveis. Considerando como base o ano de 2008, início do atual contrato, o aumento ficou em cerca de R\$ 0,30 para gasolina e R\$ 0,75 para álcool, enquanto o diesel permanece praticamente inalterado.



Em que pesem os aumentos do valor do combustível, a gestão eficiente do sistema de abastecimento trouxe saldo positivo para a Regional, haja vista que em 2011 a quilometragem rodada pela frota foi aumentada em 349.255 km, o que representa 25,40 % de aumento, enquanto o valor pago em combustíveis aumentou apenas R\$ 167.835,90, representando um percentual de 16,64 %, conforme tabela de variações 2009 – 2010 e 2010 – 2011 abaixo.

PERCENTUAIS DE VARIAÇÃO ANUAL			
BIÊNIO	KM	LITROS	REAIS
2009 – 2010	10,50%	12,24%	24,44%
2010 – 2011	25,40%	12,77%	16,64%

2.4. Desempenho Orçamentário e Financeiro

2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa

Esta UJ não é responsável pela programação orçamentária e financeira. Informações a cargo da Unidade Orçamentária, conforme segue:

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		
Identificação da Unidade Orçamentária (UO) responsável pela programação das UJ		
Denominação da Unidade Orçamentária	Código da UO	Código SIAFI da UGO

Departamento de Polícia Rodoviária Federal	30107	200109
--	-------	--------

2.4.2. Programação de Despesas Correntes

(Quadro A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES);

Não se aplica à unidade Jurisdicionada

2.4.3. Programação de Despesas de Capital

(Quadro A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL);

Não se aplica à unidade Jurisdicionada

2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas

(Quadro A.2.6 - RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS);

Não se aplica à unidade Jurisdicionada

2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA																					
M	O	V	I	N	T	E	R	N	A	C	M	E	N	T	A	Ç	Ã	O	Despesas Correntes		
																			1	2	3
Natureza da		UG	Classificação da Ação	Pessoal e			Juros e			Outras Despesas											
Movimentação de				Concedente	Encargos			Encargos da			Correntes										
Crédito		ou	Encargos			Dívida															
			recebedora	Socials																	
				Concedidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
			Recebidos	200109	20121 14 243 0073 8787	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25.740,22			
					26290 12 362 1449 4017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.843,16		
					30107 06 122 0750 2000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.742.016,39		
					30107 06 128 0663 2524	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	515.112,06		
					30107 06 181 0663 2B11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4680,00		
					30107 06 181 0663 2723	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.254.006,29		
					30107 06 181 0663 4290	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.607,81		
					30107 06 181 1386 8698	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	659.478,42		
					30107 06 183 0663 2816	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	55.250,3		
					30107 06 452 0663 8692	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	166.760,27		
					39250 26 125 1463 2346	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	101.876,58		
			30107 06 181 0663 2723	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-				
			Concedidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
			Recebidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital			
				4 Investimentos	5 Inversões Financeiras	6 Outras Despesas de Capital	
M O V I M E N T A Ç Ã O	I N T E R N A	Concedidos	-	-	-	-	
		Recebidos	200109	30107 06 122 0750 2000	236.610,04	-	-
				30107 06 181 0663 2723	2.121,45	-	-
				30107 06 181 0663 4290	13.544,90	-	-
				30107 06 181 1386 8698	253.173,16	-	-
	30911 06 181 1127 12OM			228.126,00	-	-	
	E X T E R N A	Concedidos	-	-	-	-	
		Recebidos	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial

A 2ª SRPRF/MT somente recebe seus recursos mediante movimentação, originados da Sede em Brasília/DF (UG 200109), e não realiza movimentação de crédito externa, tendo em vista a natureza de seu trabalho.

No que se refere à movimentação de crédito interna a 2ª SRPRF/MT é apenas recebedora, sendo que para a rubrica investimentos foi recebido R\$ 733.575,55 (setecentos e trinta e três mil quinhentos e setenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) para aquisição de material e equipamentos permanentes.

No que se refere às despesas correntes estas totalizaram R\$ 8.545.371,50 (oito milhões quinhentos e quarenta e cinco mil trezentos e setenta e um reais e cinquenta centavos) no exercício de 2011.

Este montante é suficiente apenas para atender as despesas com o pagamento de diárias e dos contratos já assinados com seus fornecedores, sem ampliação, não atendendo assim a demanda existente tanto de novos contratos como de aditivos para os já existentes.

2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.4.1. Execução Orçamentária de Créditos originários da 2ª SRPRF/MT

A 2ª SRPRF/MT não executa créditos originários. As informações dos subitens 2.4.4.1.1 a 2.4.4.1.3 ficarão a cargo da Unidade Orçamentária, conforme discriminação abaixo:

2.4.4.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação (Quadro A.2.8)

2.4.4.1.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa (Quadro A.2.9)

2.4.4.1.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa (Quadro A.2.10)

2.4.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.4.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO				
Modalidade de contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2011	2010	2011	2010
	Licitação	3.869.558,75	4.045.143,54	3.869.558,75
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	3.869.558,75	4.045.143,54	3.869.558,75	3.891.305,82
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	624.813,54	483.804,85	624.813,54	483.804,85
Dispensa	604.611,92	466.684,83	604.611,92	466.684,83
Inexigibilidade	20.201,62	17.120,02	20.201,62	17.120,02
Regime de Execução Especial	818,30	1.823,01	818,30	1.823,01
Suprimento de Fundos	818,30	1.823,01	818,30	1.823,01
Pagamento de Pessoal	2.671.152,04	4.167.704,11	2.671.152,04	4.167.704,11
Pagamento em Folha ¹	-	-	-	-
Diárias	2.671.152,04	4.167.704,11	2.671.152,04	4.167.704,11
Outras	81.137,64	175.233,63	81.137,64	175.233,63
Totais	7.247.480,27	8.873.709,14	7.247.480,27	8.719.871,42

Fonte: SIAFI Gerencial

¹ O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200109. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPRF.

Observa-se uma redução nos recursos utilizados em diárias, ocasionado em parte, pelo final da Operação Gralha Azul no Estado do Paraná.

Da mesma forma, houve uma redução no item “Outras” em função, basicamente, da redução do número de ajuda de custo concedidas aos servidores participantes do concurso de remoção ocorrido em meados de 2011.

2.4.5. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO									
Valores em R\$ 1,00									
Grupos de Despesa		Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1	Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
2	Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3	Outras Despesas Correntes	8.545.371,50	8.798.268,11	7.211.770,67	7.814.251,29	1.333.600,83	984.016,82	7.211.770,67	7.765.759,57
14	Diárias pessoal civil	2.663.706,24	4.172.710,11	2.663.706,24	4.167.704,11	-	5006,00	2.663.706,24	4.167.704,11
30	Material de consumo	2.184.903,46	1.383.138,91	1.533.799,99	1.057.362,27	651.103,47	325.776,64	1.533.799,99	1.019.981,66
39	Outros serviços de terceiros pj	1.805.185,01	1.589.009,24	1.393.273,93	1.177.839,52	411.911,08	411.169,72	1.393.273,93	1.177.839,52
Demais elementos do grupo		1.891.576,79	1.653.409,85	1.620.990,51	1.411.345,39	270.586,28	242.064,46	1.620.990,51	1.400.234,28
Total		8.545.371,50	8.798.268,11	7.211.770,67	7.814.251,29	1.333.600,83	984.016,82	7.211.770,67	7.765.759,57

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO									
Valores em R\$ 1,00									
Grupos de Despesa		Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Investimentos		733.575,55	2.657.490,10	35.709,60	1.059.457,85	697.865,95	1.598.032,25	35709,60	954.11,85
44.90.52		733.575,55	2.657.490,10	35.709,60	1.059.457,85	697.865,95	1.598.032,25	35709,60	954.11,85
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-	-	-
Total		733.575,55	2.657.490,10	35.709,60	1.059.457,85	697.865,95	1.598.032,25	35709,60	954.11,85

Fonte: SIAFI Gerencial

O contingenciamento orçamentário e as restrições impostas pelo Decreto Federal nº 7.446/2011, repercutiram na redução de aproximadamente 72,40% nos investimentos no exercício 2011 em comparação ao exercício 2010.

Tais números ajudaram no sucateamento e envelhecimento da frota de veículos da regional; Na impossibilidade de ampliação das unidades operacionais e construção de novos imóveis de fiscalização deixando algumas regiões sem a segurança desejada.

Permanece a carência de mobiliários apesar da aquisição de mesas, cadeiras e armários, sendo realizada a compra de uniformes, porém não foi possível a aquisição de armas e acessórios.

2.4.7. Indicadores Institucionais

2.4.7.1. Programa 0663

Para o Programa 0663 foram definidos como indicadores a Sensação de Segurança, verificada a partir da Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais e da Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais.

A sensação de segurança resulta da verificação de percentual de pessoas que se sentem seguras a partir do levantamento de determinada amostra (efetividade), mediante pesquisa conduzida pela Coordenação Geral de Operações do DPRF e executada na 2ª SRPRF/MT pela Seção de Policiamento e Fiscalização.

O indicador percepção de segurança será aferido por pesquisa quantitativa com usuários das rodovias federais brasileiras, estratificada por critérios de gênero, faixa etária e tipo de veículo, observando as metas e as diretrizes da Direção-Geral do DPRF.

A pesquisa quantitativa será efetuada por meio de questionário oral (perguntas fechadas) por pesquisadores capacitados dentre os servidores do órgão, descaracterizados. Tal questionário será composto de perguntas fechadas, sobre: vitimização em ocorrências de trânsito e criminalidade nas rodovias federais; procura pela polícia em caso de ocorrência; conhecimento do número de emergência da PRF; confiança na PRF; sensação de segurança ao transitar pelas rodovias.

A fórmula utilizada para elaboração do indicador de percepção de segurança - IPS nas rodovias federais é a seguinte:

$$\text{IPS} = (\text{SESA} + \text{NPRF}) - (\text{VCRI} + \text{VCPO} + \text{VACI} + \text{VAPA})$$

SESA – Sensação de Segurança – escala de 1 a 5;

NPRF – Nota PRF – notas de 0 a 10, convertidas em escala de 1 a 5;

VCRI – Vítima Crime – (sim = 1, não = 0);

VCPO – Vítima de Crime Policial (constrangimento, tentativa de extorsão: sim = 1, não = 0)

VCPA – Parente/amigo vítima de crime – (sim = 1, não = 0);

VACI – Vítima Acidente – (sim = 1, não = 0);

VAPA – Parente/Amigo vítima de acidente – (sim = 1, não = 0).

Cada registro de entrevista obtém uma nota correspondente, a partir da fórmula apresentada que perfazem amplitude de 3 a 10, compondo, portanto, 13 classes. A meta é realizar a pesquisa semestralmente.

A Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais decorre da análise do número de mortes ocorridas em acidentes de trânsito nas rodovias federais no ano relativo à quantidade de veículos da frota nacional (efetividade), tendo como responsável pelo cálculo a Seção de Policiamento e Fiscalização.

No que tange a Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais, faz-se análise do número de acidentes ocorridos nas estradas federais no ano pela quantidade de veículos da frota nacional (efetividade), sendo responsável pelo cálculo a Coordenação Geral de Operações.

2.4.7.2. Programa 1386

Para o programa 1386, adota-se como indicador o Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas o qual se pretende medir o percentual de unidades com estrutura física, de dados e de comunicações (TI – Tecnologia da Informação) e de viaturas adequadas (eficácia).

2.4.7.3. Programa 0750

Não há indicador.

3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

3.1. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Inexiste tal situação no âmbito do DPRF. Não há contas contábeis registradas na Contabilidade do DPRF para Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos que tenham tido movimentação ou que tenham apresentado saldo diferente de zero no final do exercício de 2011.

QUADRO A.3.1. - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS					
Valores em R\$ 1,00					
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

4.1 Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

QUADRO A.4.1 – SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
Valores em R\$ 1,00				
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2007	60,00	60,00	-	-
2010	153.837,72	-	153.837,72	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	2.582.049,07	55.669,50	2.311.729,55	214.650,02
2009	2.142.598,91	262.757,24	1.879.841,67	-
2008	1.188.694,34	244.636,63	944.057,71	-

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2. Análise Crítica

O montante inscrito em restos a pagar não processados é decorrente, em sua maioria, de créditos orçamentários empenhados devido a provisão se dá próximo ao final do exercício.

Com relação ao saldo a pagar em 31/12/2011 é relativo em grande parte a pendências de empresas contratadas que dificultam a liquidação das despesas.

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à disposição da 2ª SRPRF/MT

QUADRO A.5.1 – FORÇA DE TRABALHO DA 2ª SRPRF/MT - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Quantidade no Exercício	
	Autorizada	Efetiva	Ingressos	Egressos
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	475	475	54	61
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2 +1.2.3 +1.2.4)	475	475	54	61
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	475	475	54	61
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Total de Servidores (1+2)	475	475	54	61

Fonte: NUAP/SRH/2ª SRPRF/MT

5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA 2ª SRPRF/MT (SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011)	
Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	00
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	00
1.2. Exercício de Função de Confiança	00
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	00
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	00
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	00
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	00
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	00
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	00
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	61
3.1. De ofício, no interesse da Administração	06
3.2. A pedido, a critério da Administração	50
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	01
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	04
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	00
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	21
4.1. Doença em pessoa da família	21
4.2. Capacitação	00
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	00
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	00
5.2. Serviço militar	00
5.3. Atividade política	00
5.4. Interesses particulares	00
5.5. Mandato classista	00
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	00
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	82

Fonte: SRH/2ª SRPRF/MT

5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.3 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ - SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		
Tipologias dos cargos em comissão e das funções	Lotação	Quantidade no Exercício

gratificadas		Autorizada	Efetiva	Ingressos	Egressos
1.	Cargos em comissão	01	01	01	01
1.1.	Cargos Natureza Especial	00	00	00	00
1.2.	Grupo Direção e Assessoramento superior	01	01	01	01
1.2.1.	Servidores de carreira vinculada ao órgão	01	01	01	01
1.2.2.	Servidores de carreira em exercício descentralizado	00	00	00	00
1.2.3.	Servidores de outros órgãos e esferas	00	00	00	00
1.2.4.	Sem vínculo	00	00	00	00
1.2.5.	Aposentados	00	00	00	00
2.	Funções gratificadas	34	33	16	17
2.1.	Servidores de carreira vinculada ao órgão	34	33	16	17
2.2.	Servidores de carreira em exercício descentralizado	00	00	00	00
2.3.	Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3.	Total de servidores em cargo e em função (1+2)	35	34	17	18

Fonte: NUAP/SRH/2ª SRPRF/MT

5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da 2ª SRPRF/MT segundo a idade

QUADRO A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011					
Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provedimento de cargo efetivo	86	177	151	56	05
1.1. Membros de poder e agentes políticos	00	00	00	00	00
1.2. Servidores de Carreira	86	177	151	56	05
1.3. Servidores com Contratos Temporários	00	00	00	00	00
2. Provedimento de cargo em comissão	07	24	22	02	00
2.1. Cargos de Natureza Especial	00	00	00	00	00
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	00	01	00	00	00
2.3. Funções gratificadas	07	23	22	02	00
3. Totais (1+2)	93	201	173	58	5

Fonte: SIAPE

5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da 2ª SRPRF/MT segundo a escolaridade

QUADRO A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - Situação apurada em 31/12/2011									
Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo	0	0	1	2	159	299	1	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	1	2	159	299	1	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provedimento de cargo em comissão	0	0	0	1	5	1	1	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	1	5	1	1	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0

3. Totais (1+2)	0	0	1	3	164	300	2	0	0
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: NUAP/SRH/2ª SRPRF/MT

5.2. Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria.

QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011		
Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	64	00
1.1 Voluntária	60	00
1.2 Compulsória	00	00
1.3 Invalidez Permanente	04	00
1.4 Outras	00	00
2. Proporcional	05	00
2.1 Voluntária	01	00
2.2 Compulsória	00	00
2.3 Invalidez Permanente	04	00
2.4 Outras	00	00
3. Totais (1+2)	69	00

Fonte: SIAPE

5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - Situação apurada em 31/12/2011		
Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	08	0
1.1 Integral	07	0
1.2 Proporcional	01	0
2. Em Atividade	16	0
3. Total (1+2)	24	0

Fonte: NUAP/SRH/2ª SRPRF/MT

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS		
Nível de	Quantitativo de contratos de estágio vigentes	Despesa no exercício

escolaridade	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(Valores em R\$ 1,00)
1. Nível superior	06	04	04	03	22.184,40
1.1 Área fim	-	-	-	-	-
1.2 Área meio	06	04	04	03	
2. Nível médio	25	27	28	31	46.020,09
2.1 Área fim	-	-	-	-	-
2.2 Área meio	25	27	28	31	
3. Total (1+2)	31	31	32	34	68.204,49

Fonte: NUCAP/SRH/2ª SRPRF/MT

5.4 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NOS EXERCÍCIOS DE 2009, 2010 E 2011.										
Valores em R\$ 1,00										
Tipologia e Exercício	Vencimentos e Vantagens fixas	Despesas Variáveis						* DEA	* DJ	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	* IND	* BAP	* DDV			
Membros de poder e agentes políticos										
2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão										
2011	39.280.435,15	0	3.258.518,95	1.162.356,56	0	0	0	0	0	43.701.310,66
2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores com Contratos Temporários										
2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença										
2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
2011	231.666,36	0	152.450,58	0	0	0	0	0	0	3384.116,94
2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de cargos do Grupo de Direção e Assessoramento Superior										
2011	147.098,25	0	15.478,84	4.323,12	0	0	0	0	0	166.900,21
2010	0	0	32.740,59	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	31.527,99	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de Funções gratificadas										
2011	3.889.106,82	0	415.176,36	86.448,64	0	0	0	0	0	4.390.731,82
2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

*Legendas: IND – Indenizações; BAP – Benefícios Assistenciais e Previdenciários; DDV – Demais Despesas Variáveis; DEA – Despesas de Exercícios Anteriores; DJ – Decisão Judicial.

Fonte: SOF/DPRF, NUAP/2ª SRPRF

5.5. Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

QUADRO A.5.9 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA					
Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					
Não há cargos ou atividades típicas do plano de cargos do órgão de vinculação da UJ que foram ocupados ou executados, em 31 de dezembro de 2011 e dos dois exercícios anteriores, de forma indireta por pessoas em decorrência de contratação de mão de obra.					

Fonte: NUAP/SRH/2ª SRPRF

QUADRO A.5.10 – RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO OU DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS		
Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa
Não há cargos ou atividades típicas do plano de cargos do órgão de vinculação da UJ que foram ocupados ou executados, em 31 de dezembro de 2011 e dos dois exercícios anteriores, de forma indireta por pessoas em decorrência de contratação de mão de obra.		

Fonte: NUAP/SRH/2ª SRPRF

5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

QUADRO A.5.11 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS.
<p>Não se Aplica a regional. O Quadro A.5.11 a seguir deve ser preenchido somente pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ou por outro órgão autorizador equivalente nos demais Poderes da União, conforme Portaria TCU nº 123/2011.</p>

5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade

QUADRO A.5.12 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA													
Unidade Contratante													
Nome: 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal													
UG/Gestão: 200120/00001			CNPJ: 00.394.494/0115-02										
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	(V)	(O)	09/2008	00.332.087/0005-28	05/06/08	04/12/12			4	4			P
2009	(L)	(O)	15/2009	01.294.164/0001-31	23/11/09	22/11/10	23	23					E
2010	(L)	(O)	23/2010	07.116.584/0001-04	23/11/10	22/11/12	23	23					P
Observações:													
<p>LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Sit.: Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p>													

Fonte: SAF/2ª SRPRF

5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA													
Unidade Contratante													
Nome: 2ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL													
UG/Gestão: 200120/00001						CNPJ: 00.394.494/0115-02							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	(1)	(O)	08/2007	*01.424.685/0001-66	26/12/07	31/05/12			13	13			P
	(2)								1	1			P
2010	(1)	(O)	18/2010	** 08.594.305/0001-80	21/07/10	31/05/12			3	3			E
	(3)						1	1					E
	(2)						1	1					E
Observação: *Empresa Sul América Prestadora de Serviços LTDA ** Modern Service Locação de Mão de Obra LTDA (Contrato rescindido 17/10/2011)													
LEGENDA													
Área: 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis 3. Serviços de Copa e Cozinha; 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; 5. Serviços de Brigada de Incêndio; 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 7. Outras.					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								

Fonte: SAF/2ª SRPRF

5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Esta UJ não possui nenhum indicador sobre recursos humanos tais como os que tratam dos seguintes temas: absenteísmo, acidentes de trabalho, perfil etário, rotatividade, formação acadêmica, educação continuada, satisfação e motivação, desempenho funcional e demandas trabalhistas.

- **Doenças Ocupacionais**

Desenvolvimento do projeto - “Patrulha da Saúde” - promovendo políticas de saúde para atender a todo efetivo das delegacias e sede da 2ª SRPRF/MT, através das seguintes atividades: Aferição de pressão, exames de glicemia, colesterol, triglicerídeos, peso/altura, medidas cervical, cintura/quadril, acuidade visual e forma manual e avaliação psicológica e, em alguns casos, avaliação física e postural do efetivo da unidade.

- **Disciplina**

COMPARATIVO DA DEMANDA PROCESSUAL DA CORREGEDORIA REGIONAL			
	2009	2010	2011
DEMANDA DA CORREGEDORIA REGIONAL			
Denúncias recebidas e autuadas	40	43	63
Procedimentos aguardando instauração de PAD ou SAD	73	25	35
Procedimentos conclusos para julgamento.	18	8	10
PROCESSOS E SINDICÂNCIAS INSTAURADOS.			
Processos Administrativos Disciplinares - PAD	21	22	21
Sindicância Administrativa Disciplinar - SAD	6	-	3
PROCESSOS CONCLUÍDOS E ENCERRADOS NO ANO			
Processos Administrativos Disciplinares - PAD	32	24	17
Sindicância Administrativa Disciplinar - SAD	10	-	4
PROCESSOS EM ANDAMENTO			
Processos Administrativos Disciplinares - PAD	3	12	-
Sindicância Administrativa Disciplinar - SAD	2	1	9
TOTAL DE PENALIDADES APLICADAS NO ANO			
Demissões	4	11	1
Suspensões	2	4	2
Advertência	-	1	2
Nota de Culpa	-	-	5

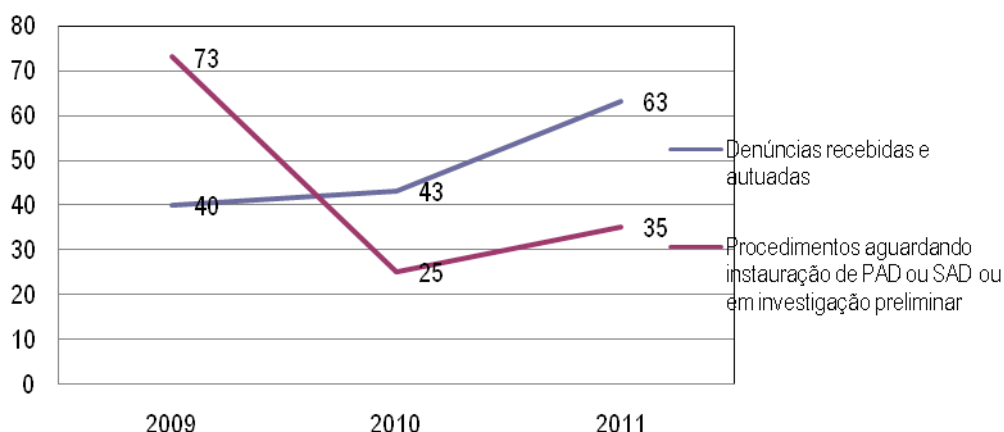
Fonte: Comparativo da demanda processual da CR/2ª SRPRF-MT - triênio 2009, 2010 e 2011.

Os gráficos abaixo demonstram a dimensão das demandas processuais no período 2009 a 2011. Nesses períodos verificou-se a ocorrência da redução das demandas disciplinares - embora tenha havido prisões e demissões.

No ano de 2011 houve um sensível aumento das denúncias recebidas, bem como dos procedimentos aguardando instauração ou em investigação preliminar. Enquanto que nos anos de 2009 e 2010 houve uma estabilidade das denúncias recebidas, e inversamente proporcional, houve uma abrupta redução de procedimentos aguardando instauração.

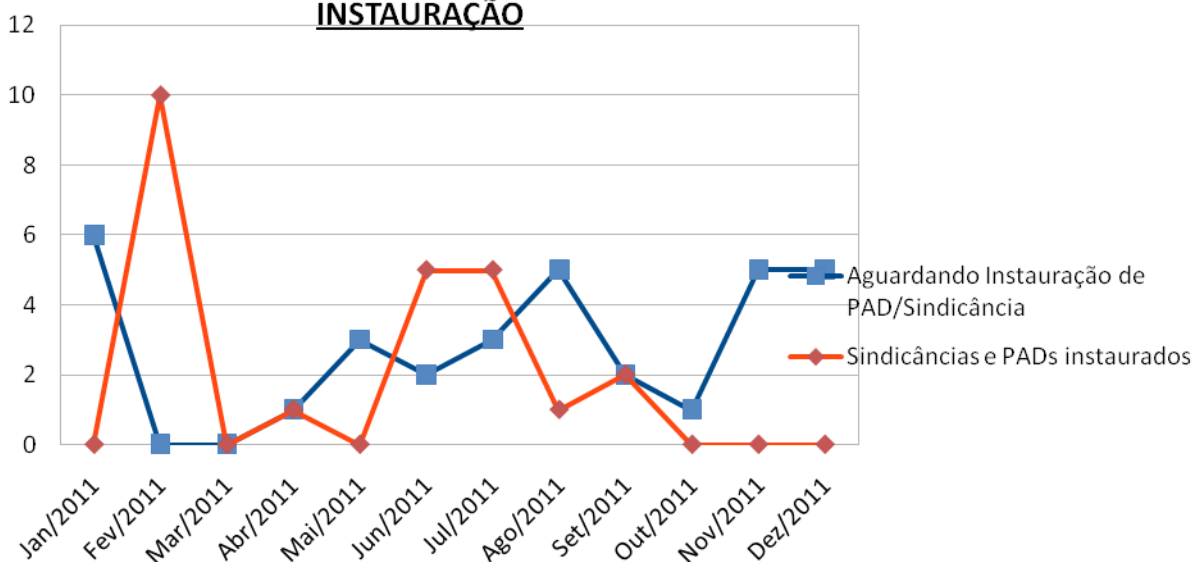
Esse fenômeno atingiu diretamente os resultados das penalidades disciplinares, bem como o procedimento de censura. No caso da Comissão de Ética com o incremento de ações deflagradas, no período de 2009 a 2011, o número de demissões manteve uma razão desproporcional, ou seja, em 2009, a razão era 4 (quatro) demissões para 2 (duas) suspensões. Em 2010, a razão era 11 (onze) demissões para 4 (quatro) suspensões e em 2011 foram 1 (uma) demissão, 2 (duas) suspensões e 5 (cinco) notas de culpa.

Demanda da CR/2ªSRPRF-MT 2009 a 2011

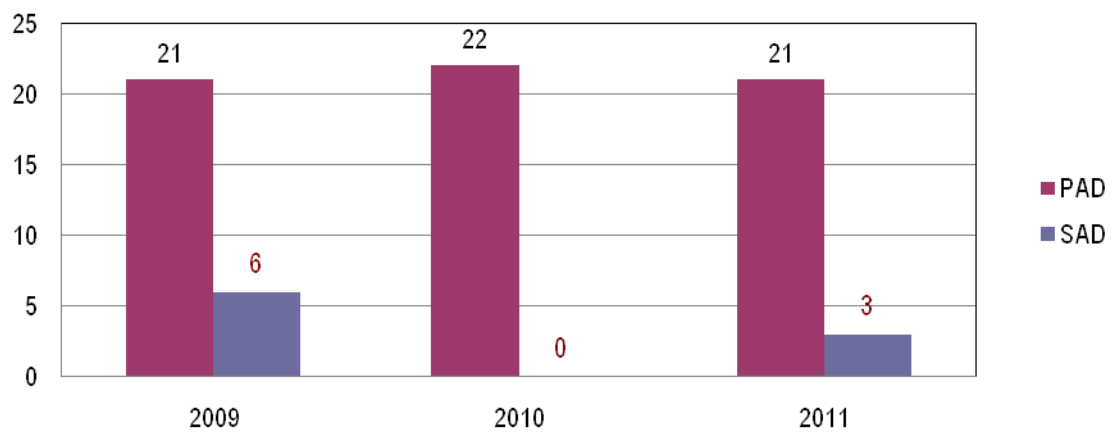


PROCESSOS/SINDICÂNCIAS INSTAURADOS E AGUARDANDO

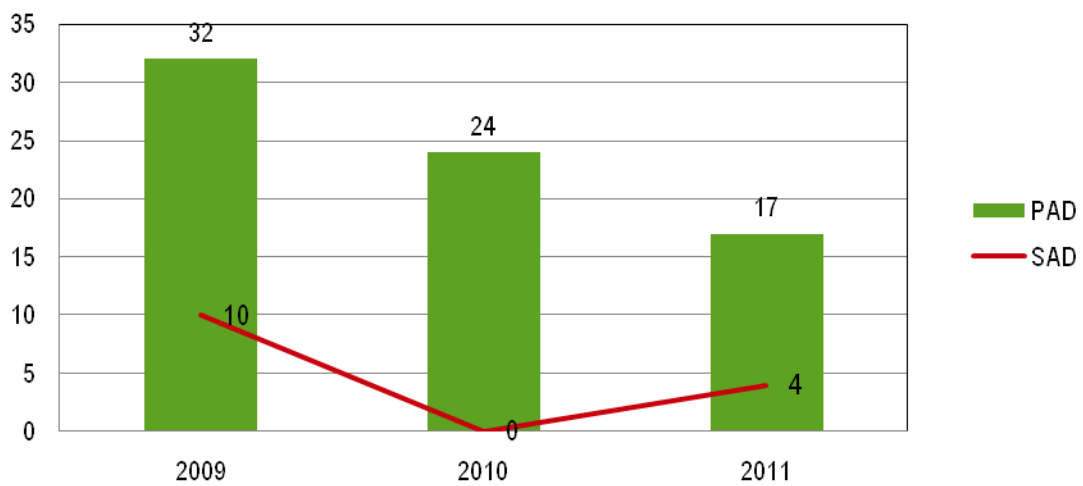
INSTAURAÇÃO



PAD e SAD instaurados 2009 a 2011



PAD e SAD concluidos e encerrados 2009 a 2011



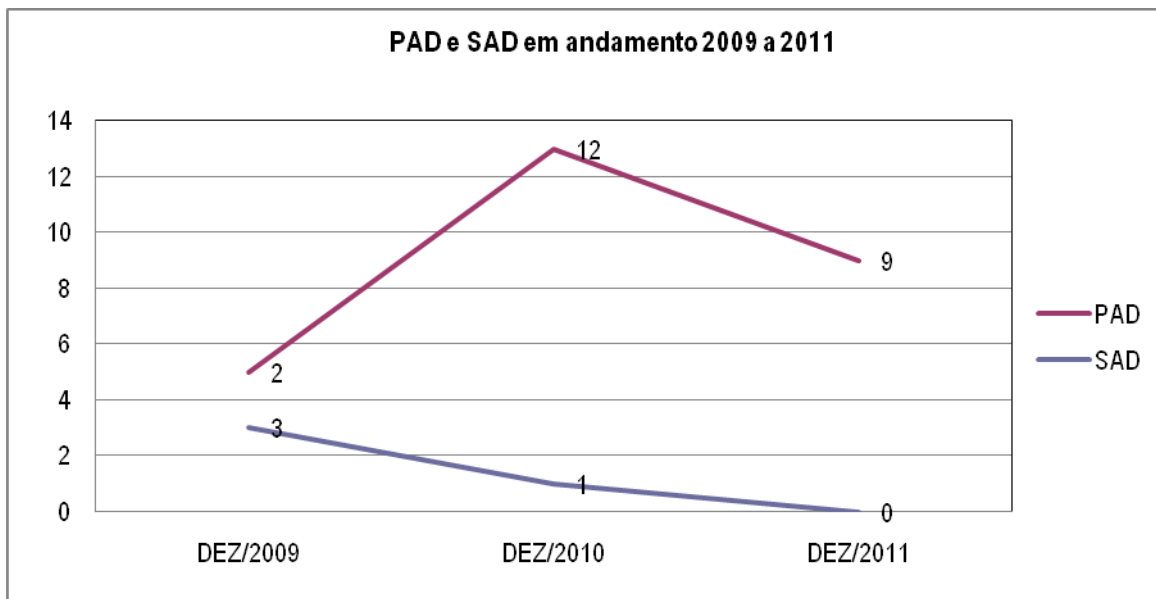


FIG. VI – Progresso dos procedimentos disciplinares em andamentos – triênio 2009, 2010 e 2011.

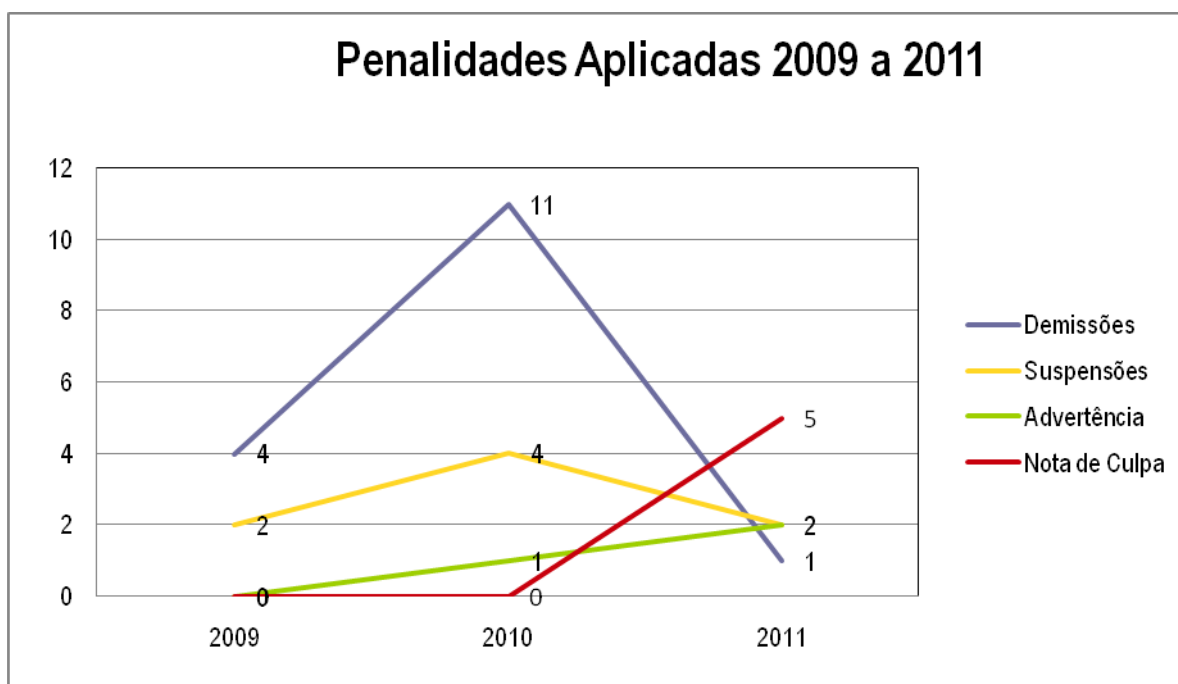


FIG. VII– Evolução das penalidades disciplinares – triênio 2009, 2010 e 2011.

Em 2009 a suspensão de repasse dos recursos, foi um entrave na realização das atividades correcionais, todavia, nos anos de 2010 e 2011, a situação foi mais favorável e a Corregedoria Geral liberou recursos suficientes para que pudesse custear os trabalhos correcionais, tais como, realização do Acompanhamento Gerencial de Serviço nos Postos e Delegacias PRF, trabalhos de investigações preliminares e apuração de processos administrativos realizadas por membros de

comissões regionais e de outras regionais, o que exigiu maior atenção da Corregedoria Regional para proporcionar apoio logístico e técnico, assim os objetivos foram concretizados. Procurou-se tecer comparativos com planilhas e gráficos dos recursos que foram liberados à Corregedoria Regional da 2ª SRPRF/MT, no período de 2009, 2010 e 2011, conforme segue abaixo:

COMPARATIVO DE RECURSOS LIBERADO À CORREGEDORIA REGIONAL DA 2ª SRPRF-MT					
QUADRIÊNIO: 2008, 2009, 2010 e 2011					
	Valores Repassados	Diárias	Passagens Aéreas	Valores Devolvidos	Valores Executados
2008	R\$ 23.124,48	R\$ 23.124,48	R\$ 0,00	R\$ 882,09	R\$ 23.124,57
2009	R\$ 50.833,37	R\$ 42.279,09	R\$ 8.554,28	R\$ 92,41	R\$ 42.279,09
2010	R\$ 55.477,40	R\$ 52.937,92	R\$ 1.684,70	R\$ 854,78	R\$ 54.622,62
2011	65.843,73	64.267,02	-	1.576,71	64.267,02

PONTOS NEGATIVOS

Efetivo: Entre as dificuldades encontradas para desenvolver as atividades correcionais se destacam o efetivo reduzido de servidores que queiram colaborar na atividade correcional, atualmente conta-se com apenas 06 (seis) servidores lotados na CR (quatro no NUAI – sendo que dois servidores desempenham atividades na Comissão de Ética Setorial Regional cuja atribuição não pertence a corregedoria).

Instabilidade dos servidores lotados nas Corregedorias: A falta de regulamentação no amparo aos servidores que laboram nas Corregedorias - falta proteção e razoabilidade na transferências dos servidores lotados na Seção quando removidos - aliada a falta de reconhecimento nas avaliações dos servidores que colaboram nos trabalhos correcionais são obstáculos que constantemente estão presentes nos trabalhos correcionais. O vínculo de subordinação à Regional também deveria ser revisto.

Da falta de estrutura física e operacional do NUAI: Há necessidade de Estruturação do Núcleo de Assuntos Internos da Regional contemplando o espaço físico, hoje inadequado, e a viabilidade nas compras dos equipamentos de informática – computadores, notebook, pendrive, HD, filmadoras, gravadores de voz, bélico (armas e coletes balísticos compatíveis com a necessidade do serviço de inteligência correcional), móveis (mesas, cadeiras, armários), capacitação dos servidores nas áreas: de inteligência/investigação e formação e treinamento em PAD, SAD e SAI, atendendo a demanda e agilizando a instrução dos processos na Regional.

Viaturas Caracterizadas: Não há na 2ª SRPRF/MT viaturas caracterizadas para área correcional, fator que dificulta as atividades operacionais em conjunto com a Seção de Policiamento e Fiscalização (SPF), hoje determinante nas ações do DPRF.

A falta de concretização das AGS pelas delegacias: A falta de apoio dos chefes de delegacia que não realizaram as ações gerenciais de serviço – AGS - nas unidades operacionais dificultaram as ações correcionais, inviabilizando assim o acompanhamento dos servidores nos diferentes postos e delegacias da 2ª SRPRF prejudicando assim as metas planejadas para o ano de 2011.

PONTOS POSITIVOS

Comissões: As Comissões disponibilizadas na Regional foram essenciais para a instauração dos procedimentos considerados graves, sendo fundamentais nas conclusões das responsabilizações, ou não, dos servidores envolvidos, gerando repercussão positiva para a instituição no Estado. As Delegacias, Seções e Núcleos estão empenhadas em colaborar com a Corregedoria Regional, todavia, há pouca demanda de servidores capacitados para tal mister,

somando-se a falta de efetivo na atividade fim e a complexidade dos trabalhos nas PAD, SAD e nenhum incentivo hábil a reverter este quadro.

Redução das denúncias: Considerando os recursos disponibilizados e servidores, as ações da Corregedoria foram desenvolvidas dentro das possibilidades operacionais possíveis desta Regional. Foram concretizados os Projetos Corregedoria Participativa e no final do ano encampado o Projeto Trânsito com Cidadania da CR - que abrangeu todas as Delegacias da Regional com uma participação significativa do efetivo e que nos primeiros dias de 2012 já se mostrou eficaz - além dos AGS – que fortalecem a prevenção, orientação e repressão das atividades correcionais.

Ações que facilitaram os trabalhos correcionais: Intercâmbio com as demais Regionais na composição de CPAD, troca de informações, cumprimento de cartas precatórias. Colaboração por parte de duas Delegacias, que mesmo enfrentando dificuldades, disponibilizaram servidores para atuar em processos na Regional. O sistema correcional do DPRF tem reconhecimento de outras instituições em face das parcerias e trocas de informações com os demais Órgãos representativos. A melhora do nível escolar e cultural dos servidores em geral, o fortalecimento mesmo que gradual da ética profissional, comprometimento com a instituição, fácil acesso a Corregedoria Geral, a Ouvidoria do DPRF e a implementação da Corregedoria Participativa e do Projeto Trânsito com Cidadania nesta Regional deverão melhorar demasiadamente as ações correcionais.

PONTOS A SEREM MELHORADOS

Há necessidade de se implantar projetos de capacitação e aperfeiçoamento de servidores na área correcional, que atuarão nas AGS, SAD, CE e em comissões de Processos Administrativos Disciplinares da 2ª SRPRF/MT. A participação dos servidores (preferencialmente bacharéis em direito) na capacitação em Processos Administrativos Disciplinares e seus congêneres devem abranger não só a legislação, mais também técnicas de obtenção de provas e de interrogatório, para que essas atividades sejam desenvolvidas de forma eficaz e com resultados mais eficientes.

Estruturação (física, humana e operacional) do Núcleo de Assuntos Internos e Corregedoria na Regional, ressaltando a necessidade de se aumentar o espaço físico do NUAI e da CR e dos equipamentos de informática, bélicos e materiais-livros, móveis, etc.

Maior proteção dos servidores que atuam na Corregedoria, principalmente daqueles que laboram eventualmente no auxílio direto dos trabalhos correcionais. Auxiliando os Gestores do DPRF na reformulação dos critérios utilizados na avaliação de desempenho e progressão funcional dos servidores que atuam nas comissões da CR, visto que as avaliações não contemplam o trabalho correcional

Efetivar as parcerias com os órgãos públicos, proporcionando a aquisição de conhecimentos complementares por meio de palestras e cursos. Propor convênio com os Órgãos Públicos- MP e Judiciário-, para que se possa receber as informações de servidores que respondem processos criminais a fim de agilizar os trabalhos correcionais.

Disponibilizar cursos *on line* que auxiliariam os membros das comissões em suas dúvidas, tendo em vista o caso concreto. Estabelecendo comunicação direta com os integrantes de CPAD, SAD e SAI auxiliando nas dúvidas que por ventura possam existir nos processos que atuem no âmbito da 2ª SRPRF/MT. Diminuir o tempo entre a entrada da denúncia e a decisão final da autoridade para evitar a ocorrência de prescrições e buscar a eficiência do trabalho correcional.

Elaborar o planejamento anual da Corregedoria Regional nos primeiros meses do ano. Ressaltando que a conscientização dos servidores da 2ª SRPRF/MT no desempenho regular da função pública prestada à sociedade deverá primeiramente ser observado pela chefia imediata e posteriormente pela Corregedoria Regional, fator preponderante para se alcançar a excelência do serviço público. A implementação e a execução dos AGS junto as Delegacias PRF (chefes e servidores) favorecerá os esclarecimentos acerca dos questionamentos oriundos dos servidores quanto as normas de conduta ao mesmo tempo em que segue como ferramenta na orientação, prevenção e repressão de incidentes disciplinares – ferramenta esta que deverá ser utilizada diuturnamente para consecução dos objetivos da CG.

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

Inexiste tal situação no âmbito da 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, ou seja, esta UJ não realizou transferências de recursos financeiros ou créditos, sejam por convênios, contratos de repasse ou outros instrumentos congêneres.

7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

7.1. Declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV

QUADRO A.7.1 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV
Encontra-se apresentada no ANEXO I.

8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

8.1. Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA 2ª SRPRF/MT, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR				
Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	62	28	61
	Entregaram a DBR	62	28	61
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

8.2. Análise Crítica

Durante o exercício 2011 não houve descumprimento da entrega da Declaração de Bens e Renda, sendo de competência regimental do Núcleo de Administração de Pessoal da 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal gerir a recepção das declarações exigidas.

No âmbito da regional não existe um sistema informatizado que sirva de ferramenta ao gerenciamento. As DBRs são entregues diretamente aos servidores lotados no Núcleo de Administração de Pessoal em papel. Outro procedimento utilizado é a autorização concedida pelo servidor para acesso às informações constantes no banco de dados da Receita Federal do Brasil.

Não é realizado nenhum tipo de análise das DBRs com intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida.

As declarações entregues no Núcleo de administração e Pessoal são arquivadas em processo autuado e sob a guarda do referido núcleo. Somente os servidores autorizados e lotados no setor têm acesso as informações declaradas.

9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

9.1. Estrutura de controles internos da 2ª SRPRF/MT

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ					
Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1.Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2.Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3.A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4.Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5.Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6.Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7.As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8.Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					
9.Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			X		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			

17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
<p>Considerações gerais: Essa UJ não possui um Sistema de Controle Interno. Tal controle somente encontra-se estruturado no âmbito do Ministério da Justiça, Unidade a qual esta UJ é subordinada. Inobstante, foi criado o Grupo de Acompanhamento de Auditoria e Fiscalização que tem acompanhado as demandas oriundas do TCU e CGU, ainda que de forma incipiente e não concentrada. Cabe ressaltar que a alta Administração deste DPRF tem se empenhado esforços no sentido de dotar a Instituição de uma área de assessoramento de controle interno, conforme Projeto de reestruturação do DPRF processo atualmente sob análise da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e posterior encaminhamento à Casa Civil.</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010.

10.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.10.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS					
Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	Licitações Sustentáveis	1	2	3	4
<p>1. A 2ª SRPRF/MT tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</p> <p>a) No pregão eletrônico nº 08/2011 (aquisição de óleo lubrificante automotivo) em cumprimento da legislação ambiental vigente, consoante ao disposto na Resolução nº 362, de 23 de junho 2005, e Resolução 10 de 07 de março de 2007, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, as amostras deverão trazer explícito na embalagem a destinação e a forma de retorno dos óleos lubrificantes usados ou contaminados, recicláveis ou não, além de consignar os danos que podem ser causados à população e ao ambiente pela disposição inadequada do óleo usado ou contaminado.</p> <p>b) No pregão nº 12/2011 (contratação de empresa para manutenção de viaturas) no item 3.3 do Termo de Referência - exigências Ambientais, foi solicitado para a participação do pregão que as empresas detenham Certificado de Licenciamento Ambiental, composto de Licença Prévia (LP) Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO), conforme Art. 18 da Resolução CONAMA 237/97, Art. 18 e 19 da Lei Complementar 232/2005 e Declaração de atendimento as estruturas físicas exigidas.</p>		X			
<p>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</p> <p>A partir de 2009, Já tem se tornado rotineira a aquisição de materiais reciclados, como papel A4 e envelopes diversos.</p>		X			
<p>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).</p> <p>Sim. No processo de limpeza e conservação das unidades (Pregão 17/2010 – 2ª SRPRF/MT) foi definido como obrigatoriedade e uma das responsabilidades da contratada política de boas práticas ambientais, como racionalizar recursos, evitar utilização de substâncias tóxicas, inclusive da utilização de produtos de limpeza biodegradáveis.</p> <p>Utilizou-se também o artigo 6º da IN 01 de 19 de janeiro de 2010, que trata das boas práticas de sustentabilidade na execução do serviço.</p>		X			
<p>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</p> <p>Não, pois se tem o receio de que essa ação possa culminar em restrição da competitividade no</p>	X				

<p>processo licitatório caso não seja realizado um amplo estudo dos critérios e de sua aplicabilidade no certame. Tais práticas necessitam de acompanhamento contínuo de um setor responsável na área de sustentabilidade ambiental, o que até o presente momento não encontra-se definido e formalizado.</p>					
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</p> <p>Sim, no pregão eletrônico nº 04/2011, realizou-se aquisições de Lâmpadas fluorescentes conforme IN nº 01 de 19 de janeiro de 2010 – MPOG.</p>	X				
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</p> <p>Sim, aquisição de papéis reciclados e material de expediente (Pregão Nº 06/2011 - 2ª SRPRF/MT), por exemplo, foi exigida a utilização de papel reciclado nos itens 01, 02 e 03. O item 04 prevê reaproveitamento do envelope (tipo vai-vem) para o envio de diversas correspondências.</p>	X				
<p>7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</p> <p>Sim, foi exigida a plena concordância com as resoluções atuais do CONAMA/MMA (Res. Nº 354/2004, 342/2003, 299/2002 e 297/2002). Na especificação do micro-ônibus foi exigido que o sistema de ar-condicionado providenciasse gás R134a (ecológico). Foi também prevista na especificação de veículos e camionetas que possam ser equipados com motor tipo flex (bi-combustível)</p>				X	
<p>8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</p> <p>Os extintores de incêndio são os únicos produtos adquiridos passíveis de recarga/reutilização. A unidade não realiza aquisição de cartuchos e tonners para impressoras, tendo em vista que o parque de impressão é terceirizado, inclusive a sua manutenção e insumos.</p>	X				
<p>9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.</p> <p>Sim. Para todos os produtos duráveis adquiridos são exigidas condições de garantia mínima. No processo de aquisição de estações de trabalho, por exemplo, é exigida garantia mínima de 4 (quatro) anos, na intenção que o parque seja substituído na parcela de 25% ao ano. Além disso, é previsto que as estações sigam o padrão de redução de consumo de energia ACPI versão 1.0, e os monitores o padrão EPA Energy Star. A regional providencia desde 2009 a troca de todos os monitores padrões CRT pelos modelos LCD, mais econômicos em relação ao consumo de energia elétrica.</p>	X				
<p>10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p> <p>Não foi realizado processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, exceto para manutenções corretivas prediais, em função de danos causados a estrutura. Contingenciamento orçamentário e ausência de servidores capacitados na área impossibilitam a</p>	X				

implantação de políticas ambientais por meio da elaboração de projetos.					
<p>11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</p> <p>Sim. Os membros de tal comissão foram definidos na Portaria Nº 170/2007/2ª SRPRF/MT (constante em arquivo anexo “Portaria 170-2007 - 2SRPRFMT.doc”), onde foi definida a Comissão de Coleta Coletiva Solidária no âmbito da regional, havendo previsão em seu art. 3º de que a referida comissão deve pautar seus trabalhos com base no Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006.</p>	X				
<p>12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</p> <p>A 2ªSRPRF/MT implantou campanha de redução de consumo de copo plástico no âmbito da regional. Atualmente, cada Núcleo/Seção é responsável por gerenciar os copos plásticos em sua carga. Também foi afixado em locais próximos aos bebedouros cartaz informativo da campanha (em anexo). Tal medida resultou em economia próxima a 50% na utilização de copos descartáveis.</p> <p>Os servidores são orientados a desligar suas estações de trabalho, condicionadores de ar fora do horário de expediente. Existe comissão específica para tratar da conservação de energia no âmbito da 2ª SRPRF/MT (Portaria 02/2011 – GAB/2ª SRPRF/MT).</p>	X				
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</p> <p>Não houve.</p>	X				
Considerações Gerais:					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

11.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO		
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
	EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010

BRASIL	Mato Grosso	16	16
	Município - Pontes e Lacerda	1	1
	Município - Alto Garças	2	2
	Município - Barra do Garças	1	1
	Município - Cáceres	1	1
	Município - Cuiabá	1	1
	Município - Diamantino	1	1
	Município - Itiquira	1	1
	Município - Poconé	1	1
	Município - Rondonópolis	1	1
	Município - Santo Antônio do Leverger	1	1
	Município - Água Boa	1	1
	Município - Campo Verde	1	1
	Município - Primavera do Leste	1	1
	Município - Itaúba	1	1
Município - Sorriso	1	1	
Subtotal - Brasil		16	16
EXTERIOR	0	0	0
Subtotal - Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		16	16

QUADRO A.11.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIRO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA 2ª SRPRF/MT	
	EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
Não há imóveis locados de terceiros pela 2ª SRPRF/MT no final dos exercícios de 2011 e 2010 contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.		

QUADRO A.11.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA 2ª SRPRF/MT

UG	RIP	Regime	Estado de conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico (R\$)	Data da Avaliação	Valor Reavaliado (R\$)	Imóvel (R\$)	Instalações (R\$)
200120	8999.00009.500-1	4	4	132.035,26	07/05/2007	132.035,26	25.624,00	0
	9007.00037.500-0	4	4	62.818,57		62.818,57	0	0
	9007.00038.500-6	4	6	71.475,00		71.475,00	0	0
	9035.00020.500-3	4	6	121.909,70		121.909,70	0	0
	9047.00143.500-6	4	6	88.753,48		88.753,48	0	0
	9067.00229.500-8	4	4	186.916,93		186.916,93	0	0
	9069.00023.500-4	12	4	149.239,51		149.239,51	0	0
	9091.00002.500-6	4	4	68.744,27		68.744,27	0	0
	9129.00014.500-2	4	4	17.828,04		17.828,04	0	0
	9151.00048.500-4	4	4	204.508,14		204.508,14	0	4.880,00
	9155.00005.500-2	4	4	93.612,20		93.612,20	0	0
	9191.00006.500-4	12	4	64.711,43		64.711,43	0	0

	9779.00002.500-1	12	4	61.281,84		61.281,84	0	0
	9871.00002.500-2	12	4	60.123,06		60.123,06	0	0
	9901.00031.500-6	12	4	76.675,13		76.675,13	0	0
	9907.00006.500-9	12	4	148.293,39		148.293,39	0	0
TOTAL (R\$)							25.624,00	4.880,00

Fonte: SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União.

Análise crítica:

De acordo com o Art. 85 do Anexo I da Portaria MJ nº 1.375, de 02 de agosto de 2007 (Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal), o Núcleo de Patrimônio e Material no âmbito da 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal é responsável pela gestão dos bens imóveis, sejam eles próprios ou locados de terceiros. No exercício 2011, o referido Núcleo contava com 04 servidores para o desempenho de suas atribuições regimentais, ficando a chefe do Núcleo responsável pela gestão.

Não há um sistema próprio do Departamento de Polícia Rodoviária Federal para gerir os imóveis da 2ª SRPRF/MT. O sistema utilizado é o SPIUNET do Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão - MPOG.

A promoção da avaliação de bens imóveis da União é de competência da Superintendência do Patrimônio da União, conforme Portaria MPOG nº 232 de 3 de agosto de 2005 (Regimento Interno). Após a avaliação, a atualização no Sistema de Patrimônio de Imóveis da União é de competência regimental do Núcleo de Patrimônio e Material da 2ª SRPRF/MT, que informa as modificações físicas executadas nos imóveis em uso pela Superintendência.

A falta de servidores treinados na unidade para os lançamentos de informações e de valores no sistema SPIUnet, haja vista que as funções administrativas são exercidas, em sua maioria, por Policiais Rodoviários Federais somado ao que determina o item 4.3 da Orientação Normativa GEADE nº 04 de 25 de fevereiro de 2003 impossibilitam a 2ª SRPRF/MT manter atualizada as avaliações no referido sistema.

Outro fator que repercute na gestão patrimonial da unidade é o contingenciamento orçamentário e, em 2011 com a entrada em vigor do Decreto Federal nº 7.446, de 1º de março de 2011, as condições dos imóveis sob responsabilidade da unidade pioraram em função da redução dos recursos para as manutenções e reformas de unidades operacionais.

No tocante a conta contábeis, não há distinção quanto ao uso do imóvel locado, se para utilização de servidor ou órgão/unidade/subunidade. Não existe detalhamento referente à despesa com manutenção de imóveis próprios, de terceiros ou de outros órgãos.

12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

12.1. Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.12.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	
Quesitos a serem avaliados	Avaliação

Planejamento da área	1	2	3	4	5
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.		X			
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				X	
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	05				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.				X	
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			X		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				X	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			X		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	35,00%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			X		
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?			X		
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

Fonte: NUTEL/2ª SRPRF/MT

O Núcleo de Telemática – NUTEL é a área responsável em nível local pela execução das ações voltadas para a manutenção e modernização dos sistemas de tecnologia da informação - Ação 8698. As atividades desenvolvidas no exercício 2011 se encontram detalhadas no ANEXO II.

13. PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010.

13.1 Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo

13.1.1 Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício

QUADRO A.13.1 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR					
Valores em R\$ 1,00					
Código da UG: 200120		Limite de Utilização da UG: R\$ 20000,00			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
WELLER SANNY RODRIGUES DA SILVA	616.709.791-72	2.000,00	0	0	0
AILTON ANTONIO DA SILVA	162.144.392-20	3.000,00	0	0	0
JOSE PAULO ZANCANARO	629.328.451-87	1.600,00	0	435,00	435,00
JOAO PAULO SANTOS DE LIMA	513.378.271-34	2.400,00	0	167,75	167,75
ANTONIO BALDINO BRAGA	267.466.111-91	2.200,00	0	215,55	215,55
Total utilizado pela UG			0	818,30	818,30
Total utilizado pela UJ			0	818,30	818,30

Fonte: SIAFI Gerencial.

13.1.2 Utilização dos cartões de crédito corporativo da unidade

QUADRO A.13.2 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)					
Valores em R\$ 1,00					
Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a + b)
2011	0	0	4	818,30	818,30
2010	0	0	5	1.823,01	1.823,01
2009	0	0	8	2.334,96	2.334,96

Fonte: SIAFI Gerencial.

14. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010.

De acordo com o art. 14, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o termo renúncia de receitas compreende a concessão, prorrogação ou ampliação de anistia, remissão, subsídio de natureza tributária, financeira, ou creditícia, crédito presumido, isenção em caráter não geral, redução discriminada de alíquota ou de base de cálculo relativas a impostos, taxas ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado. Tal situação inexistente na 2ª SRPRF/MT.

15. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
2ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					002824
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	027.428/2009-6	2881/2011 - 2ª Câmara	9.6	DE	OFÍCIO Nº 1068/2010 TCU/SECEX-MT
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
2ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					002824
Descrição da Deliberação:					
Determinar à 2ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal em Mato Grosso que proceda à anulação dos atos de remoção dos Policiais Rodoviários Federais Denise Maria Nepomuceno, matrícula 1714791, e Márcio Cezar da Cunha Amaral, matrícula 1720529, da Delegacia de Sorriso para a Sede, em Cuiabá/MT.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
2ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					002824
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>Por meio da Portaria GAB/2ª SRPRF/MT nº 188, de 16 de junho de 2011, publicada no Boletim de Serviço nº 24, de 20 de junho de 2011, foi efetuada a anulação dos atos de remoção dos Policiais Rodoviários Federais Denise Maria Nepomuceno, matrícula 1714791 (Portaria nº 265 de 03/11/2009), e Márcio Cezar da Cunha Amaral, matrícula 1720529 (Portaria nº 278 de 03/11/2009), da Delegacia de Sorriso para a Sede, em Cuiabá/MT.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>A Portaria nº 151/GAB/2ª SRPRF/MT publicada no Boletim de Serviço nº 20, de 24 de maio de 2011, destinou aos servidores nas classes de inspetores e agente especial lotados na 2ª SRPRF/MT em efetivo exercício, por meio do 1º Concurso de Remoção e Cadastro de Reserva, vagas para a área da Seção Administrativa e Financeira e Núcleo de Telemática.</p> <p>Considerando que nenhum servidor Policial Rodoviário Federal das classes de agente especial e/ou inspetor se candidatou para o pleito, foi realizada nova complementação ao 1º Concurso de Remoção e Cadastro de Reserva, agora, podendo participar os servidores ocupantes do cargo de Policial Rodoviário Federal, estruturados nas classes de Inspetor, Agente especial, Agente Operacional e Agente.</p> <p>Desta feita, só se inscreveram para o concurso os servidores Policiais Rodoviários Federais Denise Maria Nepomuceno, matrícula 1714791, e Márcio Cezar da Cunha Amaral, matrícula 1720529.</p> <p>Sendo assim, foi publicada a Portaria GAB/2ª SRPRF/MT nº 195, de 21 de junho de 2011 no Boletim de Serviço nº 24, de 20 de junho de 2011 lotando os servidores Policiais Rodoviários Federais Denise Maria Nepomuceno, matrícula 1714791, e Márcio Cezar da Cunha Amaral, matrícula 1720529, respectivamente, no Núcleo de Serviços Gerais e Núcleo de Telecomunicações e Informática da 2ª SRPRF/MT.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
<p>Fatores negativos que prejudicaram a adoção de providências: Falta de concurso público para servidores administrativos e falta de interesse aliada à carência de capacitação técnica dos Policiais Rodoviários Federais para ocupar funções administrativas na sede da regional.</p>					

15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Não ocorreram deliberações do TCU pendentes de atendimento no exercício de 2011.

16. PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

Não se aplica a unidade.

17. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

17.1. Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE	
Denominação completa (UJ):	Código da DG:
2ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/MT	200120

Declaro que as demonstrativos contábeis constantes do Sistema Sinf (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativos ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAPL, dentre as quais, as seguintes:

- a) Falta/Evolução Incompatível Depreciação Ativo Imobilizado;
- b) Falta de Reavaliação/Redução de Ativos Permanentes, em desacordo com a Macrofunção Sinf 02.03.30 - Reavaliações, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão no Adm. Direto da União, Autarquias e Fundações.

Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:

- A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;
- O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Secretária de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIATF; e
- A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAPL.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local:	Brasília-DF	Data:	17 de fevereiro de 2012.
Contador Responsável:	José Carlos Gomes	CRCP:	DF 9.261/O-7

José Carlos Gomes
CONTADOR PÚBLICO
- Especialista -

ANEXO I

**QUADRO A.7.1 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO
SIASG E SICONV**



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal
Seção Administrativa e Financeira

DECLARAÇÃO

Eu, JOSÉ CÍCERO COUTO NETO, CPF nº 422459823 - 04, Policial Rodoviário Federal, exercido na sede da 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Cuiabá/MT, 01 de março de 2012.

JOSÉ CÍCERO COUTO NETO
Policial Rodoviário Federal - CPF 422.459.823-04
Chefe da Seção Administrativa e Financeira/2ª SRPRF

ANEXO II

**INFORMAÇÕES QUE DEMONSTRAM A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA
GESTÃO NO EXERCÍCIO 2011**

ACÇÃO 8623 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Projeto
Finalidade	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.
Descrição	Adequação das estruturas físicas das Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal. Reforma dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infraestrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento de Estradas e Rodagens, as novas demanda na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.
Unidade responsável	DPRF
Unidade executora	2ª SRPRF/MT

Em virtude das restrições impostas pelo Decreto Federal nº 7.446, de 01 de março de 2011 que inovou no procedimento de autorização para a execução de despesas com reformas de bens imóveis, a execução orçamentária nesta ação ficou bastante limitada.

A 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, seguindo a diretriz do Departamento de Polícia Rodoviária Federal em priorizar investimentos na infraestrutura diretamente ligada à atividade fim, ou seja, nos imóveis das unidades operacionais ao longo das rodovias federais, já contava desde o exercício 2009 com a elaboração dos projetos arquitetônicos (instalação hidráulica, elétrica, sanitária, estrutural e prevenção de incêndio), de reforma e modernização com acessibilidade para deficientes físicos, de todos os postos e delegacias da sede da 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, conforme tabelas abaixo:

DELEGACIAS	UNIDADES OPERACIONAIS		BR	KM	DISTÂNCIA DA CAPITAL (Km)
1ª DLPRF	101	CUIABÁ	364	388	25
	102	CAMPO VERDE (SÃO VICENTE)	364	319	94
	103	CAMPO VERDE	070	385	122
2ª DLPRF	201	RONDONÓPOLIS	364	212	201
	202	PEDRA PRETA (MINERINHO)	163	048	285
	203	PETROVINA	364	130	283
	204	ALTO GARÇAS	364	048	365
3ª DLPRF	301	CÁCERES	174	06	233
	302	POCONÉ	070	633	130
4ª DLPRF	401	DIAMANTINO	364	587	174
	402	VÁRZEA GRANDE	364	435	22
5ª DLPRF	501	PRIMAVERA DO LESTE	070	286	221
6ª DLPRF	601	SORRISO	163	733	400

	602	NOVA SANTA HELENA	163	945	612
7ª DLPRF	701	PONTES E LACERDA	174	226	453
8ª DLPRF	801	BARRA DO GARÇAS	158	789	508
	802	ÁGUA BOA	158	569	728

Nome da Unidade (Posto ou Delegacia, BR, KM, Município)	Valor Estimado para reforma ou construção (em R\$)	Observações (situação atual dos projetos, trechos sob concessão, duplicação de rodovia com construção prevista, etc)
Posto PRF 402 (Jangada) – BR.364/Km 501	R\$ 1.227.045,43	Construção - Posto Nível II. Projeto executivo concluído aguardando liberação de recursos, duplicação de rodovia com construção prevista.
Delegacia 08 – (Barra do Garças) - BR.070/Km 10	R\$ 1.324.806,73	Realocação do Posto e Delegacia integrados. Construção - Posto Nível II. Projeto executivo concluído aguardando liberação de recursos.
Posto PRF 801 (B. Garças) – BR.070/Km 10		
Posto PRF 603 (G. Do Norte)-BR.163/Km 1067	R\$ 1.324.806,73	Construção - Posto Nível II. Projeto executivo concluído aguardando liberação de recursos.
Delegacia 03 e Posto PRF 301 (Cáceres) – BR.174/Km 06	R\$ 557.899,35	Reforma e ampliação do posto e delegacia integrados nível II. Projeto executivo concluído aguardando liberação de recursos.
Posto PRF 802 (Barra Garças) – BR.158/Km 789	R\$ 315.527,05	Reforma do posto nível II. Projeto executivo concluído aguardando liberação de recursos.
Posto PRF 803 (Água boa) – BR.158/Km 571	R\$ 1.324.806,73	Reforma e ampliação do posto nível II. Projeto executivo concluído aguardando liberação de recursos.
Posto PRF 602 (Nova Santa Helena) – BR.163/Km 945	R\$ 399.431,66	Reforma e ampliação do posto nível II. Projeto executivo concluído aguardando liberação de recursos.
Posto PRF 502 (Campo Verde) – BR.070/Km 386	R\$ 468.380,19	Reforma e ampliação do posto nível II. Projeto executivo concluído aguardando liberação de recursos.
Posto PRF 203 (Pedra Preta) – BR.364/Km 130	R\$ 494.495,48	Reforma e ampliação do posto nível II. Projeto executivo concluído aguardando liberação de recursos.
Posto PRF 204 (Alto Garças) – BR.364/Km 48	R\$ 439.926,26	Reforma e ampliação do posto nível II. Projeto executivo concluído aguardando liberação de recursos.
Posto PRF 202 (Itiquira) – BR.163/Km 048	R\$ 382.464,45	Reforma e ampliação do posto nível II. Projeto executivo concluído aguardando liberação de recursos.
Delegacia 06 e posto PRF 601 (Sorriso) – BR.163/Km 733	R\$ 696.088,93	Reforma e ampliação do posto e delegacia integrados nível II. Projeto executivo concluído aguardando liberação de recursos.
Delegacia 07 e Posto PRF 701 (P. Lacerda) – BR.174/Km 226	R\$ 580.382,24	Reforma e ampliação do posto e delegacia integrados nível II. Projeto executivo concluído aguardando liberação de recursos.
Delegacia 02 (150,33+SR) Posto PRF 201 (Rondonópolis) -BR.364/Km 211	R\$ 586.710,22	Reforma e ampliação do posto e delegacia integrados nível II. Projeto executivo concluído aguardando liberação de recursos. Duplicação de rodovia prevista.
Delegacia 05 e Posto PRF 501 (Primavera do Leste) – BR.070/Km 286	R\$ 590.182,26	Reforma e ampliação do posto e delegacia integrados nível II. Projeto executivo concluído aguardando liberação de recursos.
Delegacia 04 e Posto PRF 401(Diamantino) – BR.364/Km 588	R\$ 648.541,47	Reforma e ampliação do posto e delegacia integrados nível II. Projeto executivo concluído aguardando liberação de recursos. Duplicação de rodovia prevista.
Delegacia 01 – Cuiabá, Posto PRF 101 (Cuiabá) e Canil – BR.364/Km 387 (264,62+SR)	R\$ 842.017,78	Reforma e ampliação do posto e delegacia integrados nível II. Construção do Canil - Projeto executivo concluído aguardando liberação de recursos, duplicação de rodovia prevista.
Posto PRF 102 (C. Verde) – BR.364/Km 318	R\$ 545.489,60	Reforma e ampliação do posto nível II. Projeto executivo concluído aguardando liberação de recursos, duplicação de rodovia.
Posto PRF302 (Poconé) – BR.070/Km 120	R\$ 400.952,06	Reforma e ampliação do posto nível II. Projeto executivo concluído aguardando liberação de recursos.
SEDE – Cuiabá	R\$ 2.160.313,28	Reforma e ampliação. Projeto executivo concluído aguardando liberação de recursos.

Contudo, com relação ao andamento da execução das obras, não foi conseguido nenhum resultado significativo nesta ação, embora prosseguiu-se com autuação processual, porém em função do contingenciamento orçamentário não foi dada sequência ao processo licitatório de contratação.

Outra dificuldade encontrada é quanto a distância dos imóveis da capital do estado e a ausência nos municípios sede, de empresas que atendam as exigências legais para contratar com a administração pública. Tal fato aumenta o valor de contratação dos serviços de manutenção em função do frete de materiais e pagamento de mão de obra.

A falta de concurso público para a contratação de servidores administrativos com formação em engenharia e a composição de equipe técnica por meio da criação de um Núcleo específico que possa programar, supervisionar e executar as atividades relacionadas a área de manutenção predial da 2ª SRPRF/MT é outro problema que dificulta a fiscalização dos serviços contratados.

Durante o exercício 2011 só foi possível atender a demanda das unidades operacionais quando da necessidade de manutenção corretiva e em caráter emergencial, conforme as planilhas abaixo:

MANUTENÇÃO POÇO ARTESIANO – PRF 302				
PROCESSO N°		08.661.006.242/2010-15	Natureza de despesa: 3.3.3.9.0.39.17	
DISP	EMPRESA	CNPJ	OBJETO	VALOR R\$
03/11	Hidro Oeste Poços Artesianos	03.984.647/0001-93	Contratação de empresa especializada nos serviços de manutenção corretiva da bomba d'água e Quadro de comando pertencente ao Posto PRF 302, compreendendo o deslocamento, a remoção, o conserto e instalação da bomba de água	R\$ 2.500,00
TOTAL				R\$ 2.500,00

MANUTENÇÃO POÇO ARTESIANO – PRF 302				
PROCESSO N°		08.661.003.655/2011-29	Natureza de despesa:3.3.3.9.0.39.16	
DISP	EMPRESA	CNPJ	OBJETO	VALOR R\$
10/11	Lenir Pereira de Arruda ME	11.478.802/0001-28.	Contratação de empresa especializada nos serviços de manutenção preventiva no poço artesiano localizado na unidade operacional 302 no município de Poconé/MT na BR 070 Km 633.	R\$ 2.680,00
TOTAL				R\$ 2.680,00

MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TORRE – PPRF 602				
PROCESSO N°		08.661.005.007/2011-15	Natureza de despesa:3.3.9.0.3.9.17	
DISP	EMPRESA	CNPJ	OBJETO	VALOR R\$

11/11	Arfter Estruturas Metálicas	26.600.619/0001-20	Contratação uma empresa para desmontagem de torre metálica estaiada de seção triangular com 60 metros de altura, que se encontra instalada no posto PRF 602 no Município de Nova Santa Helena/MT	R\$ 4.950,00
TOTAL				R\$ 4.950,00
MANUTENÇÃO PREVENTIVA – 1ª DLPRF - CANIL				
PROCESSO N°		08.661.005.345/2011-49	Natureza de despesa:3.3.3.9.0.39.16	
DISP	EMPRESA	CNPJ	OBJETO	VALOR R\$
15/11 e 16/11	Hidropantanal Industria e Comercio Ltda	03.984.647/0001-93	Contratação de empresa especializada na manutenção preventiva e corretiva do Canil, com fornecimento de material, localizado na BR 364 km 387, nas dependências da 1ª Delegacia – Cuiabá/MT.	R\$ 5.313,66
TOTAL				R\$ 5.313,66

AQUISIÇÃO DE LÂMPADAS FLUORESCENTES				
PROCESSO N°		08.661.005.456/2011-55	Natureza de despesa: 33.90.30.26	
DISP	EMPRESA	CNPJ	OBJETO	VALOR R\$
17/11	Eletro Fios Materiais Elétricos	37.470.911/0001-92	Aquisição de lâmpadas fluorescentes.	R\$ 650,00
TOTAL				R\$ 650,00

PREGÃO ELETRÔNICO N° 15/2011		
15/2011	Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de manutenção corretiva predial com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão-de-obra nas atuais estruturas da 7ª Delegacia de Polícia Rodoviária Federal da 2ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal/MT, situada na BR 174, Km 226 no município de Pontes e Lacerda/MT, conforme especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I do Edital.	R\$ 25.624,00

Assim, os postos que conferem identidade visual a PRF e são verdadeiras unidades de atendimento ao cidadão, permanecem sucateados, oferecendo péssimas condições de trabalho aos policiais.

Para 2011, o objetivo é dar sequência à abordagem de priorização de intervenção nos postos, por meio da realização de licitação com escopo de contratar uma empresa para a execução das obras e reformas especificadas nos projetos executivos elaborados em 2009, já que há uma perspectiva maior de repasse de recursos em função da capital do Estado de Mato Grosso ser sede da copa 2014 e diante do projeto ENAFRON.

AÇÃO: 200G - Construção e Ampliação de Bases Operacionais - Nacional

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover a estrutura organizacional do DPRF, de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas. Atender as novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais.
Descrição	Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Áreas responsáveis pela execução no nível local	Núcleo de Patrimônio e Material da 2ª SRPRF/MT

Mantendo a diretriz do Departamento de Polícia Rodoviária Federal em priorizar investimentos na infraestrutura diretamente ligada à atividade fim, ou seja, as unidades operacionais policiais ao longo das rodovias federais, a 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal tinha como metas previstas a construção de um imóvel PRF no Município de Jangada na BR 364, Km 405 e realocação da unidade PRF 801, da BR 158/MT, km 789, para a BR 070, km 10 por meio da construção do complexo administrativo da 8ª Delegacia de Polícia Rodoviária Federal na cidade de Barra do Garças/MT.

Os projetos executivos para realização da obra foram recebidos no segundo semestre de 2011, todavia o valor estimado superou em muito a dotação orçamentária prevista. Além disso, as restrições impostas pelo Decreto Federal nº 7.446/2011 no que tange a contratações de obras, impossibilitaram concluir o procedimento licitatório em tempo hábil para a contratação no exercício 2011.

AÇÃO 8698 – MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Tipo	Projeto
Finalidade	Manutenir e modernizar os sistemas/equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações sobre rodovias, multas de processos, através da internet, correio eletrônico e outros meios disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do órgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc. Aquisição e instalação de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia do órgão. Aquisição de

	equipamentos de rádio comunicação, telefonia e rede de dados. Aquisição de computadores e demais equipamentos para as unidades operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Áreas responsáveis pela execução no nível local	Núcleo de Informática e Telecomunicações da 2ª SRPRF/MT (Núcleo de Telemática)

Durante o ano de 2011, o NUTEL apresentou em seu quadro de funcionários 3 (três) policiais rodoviários federais, e 2 (dois) funcionários terceirizados, sendo 1 (um) técnico de informática e 1 (um) técnico de suporte.

O quadro abaixo exhibe um resumo das responsabilidades atribuídas a cada servidor e funcionário terceirizado que estavam à serviço do Núcleo de Telemática em 31 de dezembro de 2011:

SERVIDORES E FUNCIONÁRIOS TERCEIRIZADOS - NUTEL			
Responsabilidades	Vínculo	Cargo/Função	Carga horária semanal
Manutenção de equipamentos de TIC; Suporte a usuário de sistemas de TIC;	Terceirizado	Técnico de Informática	40 horas
Gerenciamento de documentação interna; Suporte a usuário de sistemas de TIC	Terceirizado	Técnico de Suporte	40 horas
Administração do Núcleo Estabelecimento de metas, planejamento e prioridades Administrar Recursos de TIC Elaborar documentos de governança de TIC Elaborar relatórios técnicos de TI	PRF	PRF/Chefe de Núcleo	40 horas
Elaborar documentos de governança de TIC; Fiscalizar contratos de TIC; Administrar Ambientes de Infraestrutura de TIC Administrar e gerenciar ambiente de radiocomunicação; Atuar em pregões que estejam preferencialmente voltados para a área de TIC	PRF	PoliciaI/Chefe Substituto de Núcleo	40 horas
Fiscalizar contratos de TIC Dar parecer técnico de obras e manutenções prediais Gerenciar e acompanhar obras de engenharia	PRF	PoliciaI	40 horas

DA INFORMÁTICA

O parque de informática da 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal é constituído de 177 (cento e setenta e sete) máquinas entre computadores (servidores ou *desktops*) e *notebooks* em efetivo uso na 2ª SRPRF/MT.

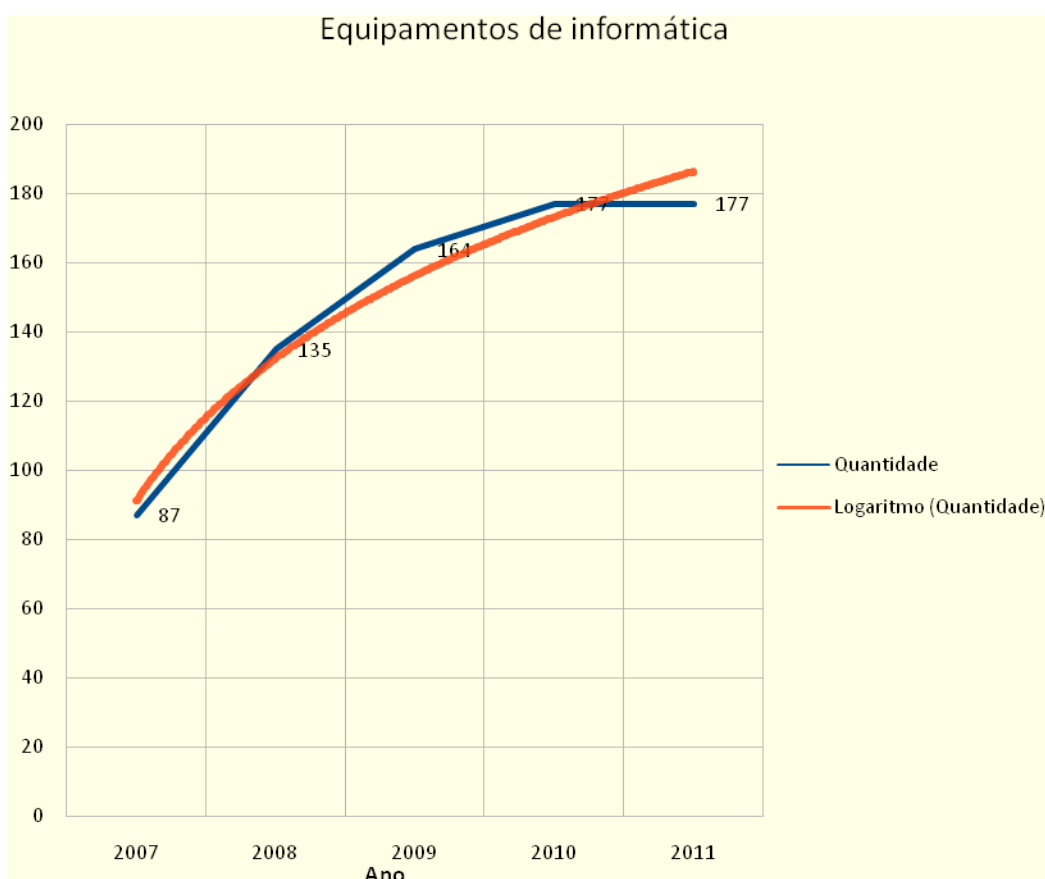
Não houve qualquer acréscimo em relação ao exercício anterior (2010), uma vez que apenas no final do exercício de 2011 foram adquiridos 20 (vinte) estações de trabalho de 10 (dez) monitores LCD, porém não houve tempo hábil para instalá-los.

A previsão realizada em 2010 da tendência de estabilização da quantidade de estações de trabalho foi confirmada.

Os computadores adquiridos deverão ser utilizados em sua maioria na substituição de equipamentos em utilização nos postos da PRF do estado de Mato Grosso. As máquinas substituídas serão utilizadas na sede e delegacias desta Superintendência, pois foram adquiridas em 2009 e ainda estão no período de garantia (que se estende até fevereiro de 2014), podendo por sua vez servirem como substitutas de equipamentos tidos como obsoletos (adquiridos em 2005/2006).

A política do DPRF, e conseqüentemente desta regional, é de sempre prover computadores novos aos postos, que além de exercerem a atividade finalística da PRF, são submetidos a uma carga maior de trabalho, uma vez que tais locais possuem funcionamento ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana) e raramente os equipamentos de informática são desligados.

GRÁFICO I – EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA



Fonte: CACIC - DPRF

O gráfico acima mostra que no ano de 2008, 2009 e 2010 a quantidade de computadores em operação na 2ª SPRF/MT sempre apresentou crescimento. No ano de 2011, se percebe uma

estagnação, tendo em vista que as máquinas adquiridas ao final do exercício ainda não foram instaladas.

Independente disso, a previsão de acréscimo de computadores ao parque não deverá ser superior à 5,6% (dez equipamentos), pois além da quantidade de máquinas por posto estar adequado aos critérios da Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização, o índice de praticamente um usuário por máquina já foi atingido na sede da superintendência e delegacias, a estrutura física e elétrica dos prédios do órgão limita uma expansão maior do parque.

Por essas razões, nos próximos anos o Núcleo de Telemática deve focar na substituição de máquinas que se tornarem obsoletas. Novas máquinas serão integradas ao parque somente em casos pontuais de necessidade de serviço.

Para efeitos de análise, verificou-se questões como o Sistema Operacional instalado em cada equipamento, marca/tipo/frequência do processador, bem como a quantidade de memória principal, também chamada de memória RAM.

Assim como o número de computadores utilizados não variou em relação ao exercício anterior, as estatísticas referentes ao hardware e software dos equipamentos não sofreu alteração.

Quanto ao Sistema Operacional utilizado, se verificou que 96,6% do parque utiliza o Windows XP, o que coincide com a percentagem de *desktops* e *notebooks* existentes na 2ª SPRF/MT. Em 1,7% dos equipamentos encontra-se instalado o Windows 2000 Server. A mesma percentagem de 1,7% se refere a servidores que possuem alguma distribuição do Linux instalada.

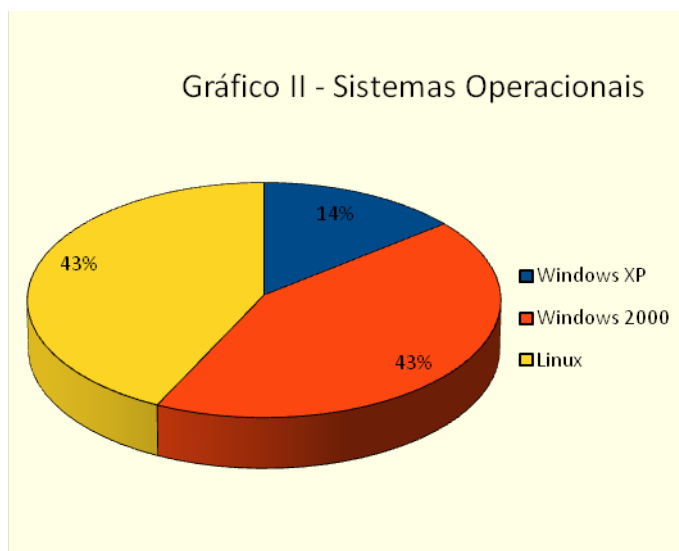


GRÁFICO III - Sistemas Operacionais

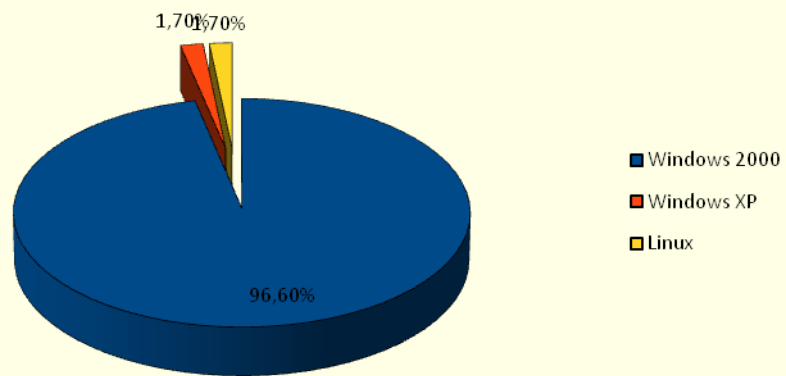
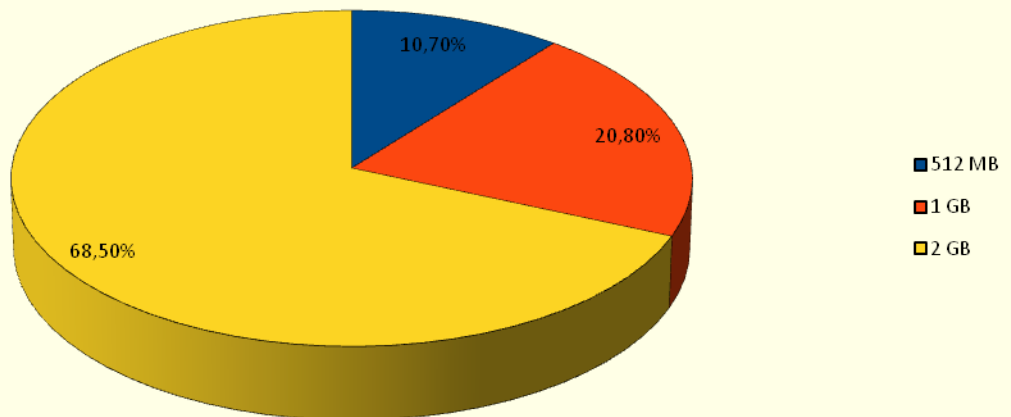
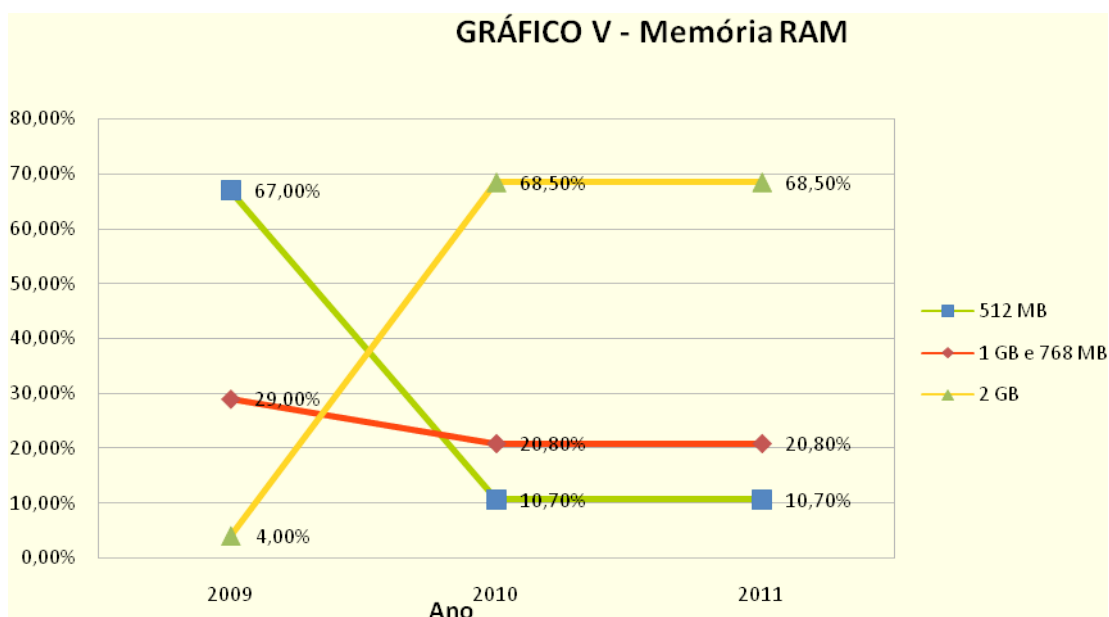


GRÁFICO IV- Memória RAM





Atualmente o parque de servidores é formado por 5 (cinco) máquinas físicas. Dois desses equipamentos contam com um software de virtualização, que permite que dois ou mais sistemas operacionais sejam executados ao mesmo tempo num mesmo meio físico, otimizando desta forma os recursos de hardware disponíveis, bem como diminuindo o espaço de *datacenters* e reduzindo o consumo de eletricidade e também os recursos necessários para compra de equipamentos, que por si só também possuem um impacto ambiental no seu processo de fabricação e transporte.

O processo de virtualização é, pelos motivos citados, uma das maiores iniciativas em direção ao conceito de “TI Verde” (<http://www2.camara.gov.br/responsabilidade-social/ecocamara/projeto-ti-verde/acoes-do-projeto-ti-verde>).

No âmbito da 2ª SRPRF/MT, se suprimiu a utilização de 2 (duas) máquinas físicas, cujos serviços operam em máquinas virtuais. Ou seja, caso não se utilizasse da tecnologia da virtualização, seriam necessárias a utilização de 7 (sete) servidores ao invés dos 5 (cinco) atuais, conforme detalhado a seguir:

Servidores em operação na 2ª SRPRF/MT			
Nome da máquina	Serviços fornecidos	Sistema operacional	Tipo
SMTBDC01	Servidor de domínio secundário, servidor de impressão	Windows 2000 Server	Físico
SMTBDC02	Servidor de domínio primário, DNS	Windows 2000 Server	Virtual
E02ARQ01	Servidor de arquivos	Linux	Físico
E02SVIDE001	Circuito Interno de TV	Windows XP Professional	Físico
SMTSUS01	WSUS (atualizador do Windows), Distribuidor de anti-vírus, Terminal Services	Windows 2000 Server	Virtual
SMTVOIP02	Servidor de Voz sobre IP, Central telefônica	Linux	Físico

SMTPROXY02	PROXY, Servidor de aplicação, Servidor de banco de dados	Linux	Físico
------------	--	-------	--------

Fonte: Núcleo de Telemática - CPD

Apesar de inicialmente prevista para 2011, a migração dos servidores baseados na plataforma Windows para uma versão mais atual não foi completada, pois não houve um planejamento nacional por parte do DPRF para coordenar o processo de atualização.

A prioridade então, para o exercício seguinte, é de atualizar o sistema operacional dos servidores, que atualmente utilizam Windows 2000 Server™ para o Windows 2008 R2 Server™, tendo em vista que o suporte da Microsoft para o primeiro encerrou em 13 de julho de 2010 (<http://support.microsoft.com/ph/1131>), deixando esta desobrigada de fornecer atualizações de segurança para o sistema operacional. Além disso, o DPRF possui licenças da versão mais atual (adquiridas em meados de 2010) do sistema para prover às suas unidades regionais.

No ano de 2011 o sistema de livro eletrônico (SLE) teve sua primeira versão colocada em produção.

O desenvolvimento de tal aplicação foi uma das metas mais importantes para o referido exercício. Além do desenvolvimento do SLE, foi realizada manutenção evolutiva e corretiva nos demais sistemas disponibilizados, com destaque para os sistema de avaliação de desempenho individual (ADI) e sistema de gerenciamento de contrato de impressão (SGCI).

Outro sistema desenvolvido no exercício a se destacar é o SR191 – Sistema de Relatórios do tridígito 191.

RELAÇÃO DE SISTEMAS REGIONAIS – 2ª SPRF/MT			
Sigla sistema	Descrição	Funcionalidades	Gestor
SLE	Sistema de Livro Eletrônico	Cadastramento das informações acerca da rendição do plantão Cadastramento da equipe de plantão Verificação dos equipamentos e materiais disponíveis no posto e nas viaturas Cadastramento das viaturas à disposição Cadastramento de rotinas operacionais de cada equipe e posto Consolidação das informações de atendimento de acidentes Produção da equipe de plantão Cadastramento de documentos encaminhados à delegacias Impressão do relato com as informações inseridas	SPF
SR191	Sistema de Relatórios do Tridígito 191	Percentagem de ligações que entraram na fila do tridígito do 191 que foram abandonadas, atendidas – gráficos e relatório consolidado Relatório detalhado das ligações do tridígito 191 que entraram na fila	SPF
SGCT	Sistema de gerenciamento de contratos de telefonia	Lançamento dos valores das faturas telefônicas Detecção de ligações que necessitam ser justificadas por seu executor através de parâmetros Informa o usuário via e-mail que executou a ligação da necessidade de justificá-la Possibilita ao usuário justificar se a ligação se deu em caráter particular ou a serviço. Envia GRU ao usuário para ressarcimento no caso de ligações particulares	NUTEL

		Elaboração de gráficos que mostram o consumo telefônico de cada linha instalada	
SICAV	Sistema de cadastro usuário VoIP	Cadastra usuário para realização de certas ligações parametrizadas utilizando senha pessoal.	NUTEL
SIRE	Sistema de relatos administrativos	Cadastra as atividades desenvolvidas por cada unidade para acompanhamento de todos os usuários.	SAF
SGCI	Sistema de gerenciamento de contrato de impressão	Cadastra os equipamentos de impressão disponibilizados à 2ª SPRF/MT Define cota de utilização para cada equipamento O responsável pelo equipamento cadastra a quantidade de impressões realizadas Geração de relatório para a empresa contratada contendo a quantidade de impressões realizadas no ciclo mensal	NUTEL
SADI	Sistema de avaliação de desempenho individual	Cadastro de escalas dos postos considerando a ocorrência de permutas Cadastro de impedimentos (atestados médicos, férias, etc) Cadastro de procedimentos realizados por cada PRF Geração de relatórios de desempenho com classificação de cada PRF	SPF
SGCL	Sistema gerencial de contrato de limpeza	Obtenção de avaliação do serviço de limpeza por parte dos fiscais remotos Geração de relatórios de nível de satisfação do contrato	SAF

Fonte: Sistemas Integrados - NUTEL

IMPACTO DOS SISTEMAS REGIONAIS NO ÂMBITO DA 2ª SPRF/MT	
Sigla sistema	Benefícios trazidos
SLE	Acompanhamento em tempo real da execução dos serviços da equipe de plantão em qualquer posto de fiscalização do estado de mato grosso e maior agilidade na recuperação das informações registradas em livro.
SR191	Identificação dos horários de pico de ligações de emergência, bem como identificar alto número de ligações para o tridigito 191 abandonadas.
SGCT	Evita impressão de memorandos e COD's referentes a: - Solicitação de justificativa de ligação - Documento informativo do motivo da ligação - Memorando de encaminhamento ao gestor do contrato Reduz a morosidade do processo, tendo em vista que o sistema é online, ou seja, assim que a ligação é atribuída a um servidor, ele já tem a possibilidade de visualizar o dados e realizar a justificativa. Anteriormente o processo tinha dependência de malote. Centralização das informações de telefonia num único sistema interno.
SICAV	Identificação dos responsáveis pela efetuação de cada ligação interurbana e/ou para celular mediante utilização de senha pessoal
SIRE	Transparência nas atividades realizadas pela Seção Administrativa e Financeira, e pelos Núcleos a ela subordinados. Detecção de ocorrências na recepção pelo gestor/fiscal do contrato que provê o serviço.
SGCI	Gerenciamento de impressão com definição de cotas para cada equipamento. Acompanhamento online da situação do parque de impressão da 2ª SPRF/MT. Possibilidade de detectar a utilização excessiva do serviço de impressão, subsidiando o gestor com informações para tomada de decisões relativas ao contrato, como determinar a transferência de cota de uma para outra impressora bem como decidir pela interrupção temporária do funcionamento de um equipamento, etc.

SADI	Substituição de planilhas eletrônicas que antes eram utilizadas para este fim (avaliação de desempenho individual), que impede a ocorrência de erros de alimentação através de regras. Subsidia o gestor de informações quanto à produção operacional da unidade a qual ele está vinculado, auxiliando em sua tomada de decisões. Obriga o lançamento de escala real dos policiais de plantão nos postos de fiscalização. Torna transparente o trabalho realizado por cada policial em nível de delegacia e superintendência. Estimula a boa liderança, uma vez que o responsável pela unidade é recompensado pela boa produção de sua equipe (a média de produção de equipe é atribuída ao adjunto de unidade)
SGCL	Exime a necessidade de impressão de documentos para informar a qualidade do serviço prestado. Subsidia o gestor/fiscal de informações objetivas relativas ao contrato. Elimina a morosidade do processo, uma vez que sendo o sistema online os fiscais e gestores possuem acesso em tempo real de cada informação, eliminando a dependência de malotes para envio/recebimento de documentação

TRANSMISSÃO DE DADOS

Para prover acesso à rede de dados do DPRF (incluindo Intranet e Internet), em todos os 17 (dezesete) postos e 8 (oito) delegacias existentes no estado de Mato Grosso, além da sede da superintendência, existem 19 (dezenove) links de transmissão de dados para redes de longa distância em operação. Desse total, 11 (onze) são gerenciados pelo Núcleo de Telemática da 2ª SPRF/MT. Já os 8 (oito) restantes possuem sua gerência fixada na Divisão de Telemática do DPRF, com sede em Brasília/DF.

A tecnologia utilizada é o MPLS (Multi-Protocol Label Switching) em todos os pontos existentes. Os 11 (onze) links contratados por esta regional foram licitados no ano de 2008, gerando o Contrato Nº 19/2008. Já os links sob gerência do DPRF foram contratados a partir da Ata de Registro de Preços do Pregão Nº 67/2006 do Tribunal Superior do Trabalho.

Durante o exercício de 2011 se tentou proceder com a unificação dos circuitos de dados sob um único contrato, além de se duplicar a velocidade de acesso à rede de dados do DPRF em todas as unidades operacionais, por meio do pregão Nº 02/2011. Entretanto, este restou fracassado, pois o valor do menor lance registrado no certame, no montante de **R\$ 1.198.993,74**, foi consideravelmente superior ao preço de referência levantado de **R\$ 568.359,84**, representando na verdade **um acréscimo de aproximadamente 211%**.

Diante da impossibilidade de se unificar os circuitos sob um único contrato, devido ao custo proibitivo, se procedeu com a tentativa de se aumentar a largura de banda dos links que já são administrados pela 2ª SRPRF/MT (256 kbps para postos e 512 kbps para delegacias). Entretanto, os pregões 13 e 14/2011 restaram desertos. Para que o serviço continuasse sendo prestado, tendo em vista que é essencial, o contrato atual (Nº 19/2008) teve sua vigência prorrogada até o dia 31/06/2012.

A seguir segue a tabela contendo as localidades atendidas pelos contratos de transmissão de dados atualmente vigentes, bem como a velocidade de acesso à rede:

Largura de banda disponibilizada para acesso à rede DPRF

Localização	Velocidade real – MPLS
Delegacia Cuiabá	256
Posto São Vicente *	128
Posto Trevo do Lagarto	128
Delegacia Rondonopolis	256
Posto Mineirinho *	128
Posto Petrovina	128
Posto Alto Garças	128
Delegacia Cáceres *	256
Posto Sangradouro	128
Delegacia Diamantino	256
Delegacia Primavera do Leste *	128
Posto Campo Verde *	128
Delegacia Sorriso *	128
Posto Santa Helena *	128
Delegacia Pontes e Lacerda	256
Delegacia Barra do Garças	256
Posto Água Boa	128
SEDE – Concentrador	2048
SEDE – comunicação com DPRF *	1024

Fonte: Contrato 19/2008 – 2ª SPRF/MT e 02/2005 - 2ªSPRF/MT

A performance dos links de dados foi satisfatória de acordo com o estabelecido em Contrato. Sempre ao serem realizados testes, a velocidade aferida foi sempre igual ou superior à velocidade contratada, que é uma característica do próprio projeto da rede MPLS.

O menor índice de uptime (percentagem de tempo em que um sistema permanece operante) de circuito verificado no exercício de 2011 foi o do posto 802 (Água Boa) com 95,13%. Tal unidade já fora apontada em 2010 como uma das que possui uma estrutura elétrica deficitária, sendo o fornecimento de energia por parte da concessionária também precário, contando com diversas interrupções na prestação do serviço.

Já o posto 402 (Várzea Grande) apresentou um índice de uptime de 99,26%, o mais alto dentre as unidades operacionais (para efeitos de comparação, se excluiu os circuitos existentes na sede da Superintendência). A alta disponibilidade pode ser explicada pelo fato da unidade ser localizada próxima ao maior centro urbano do estado, contando com uma rede elétrica melhor estruturada, e manutenções de menor duração de tempo.

Em média, durante o exercício, se obteve um índice de uptime de 97,89%, em comparação com 97,08% obtido em 2010, reduzindo-se o tempo percentual de downtime em 27,7% (2,92% para 2,11%). Tal fato mostra que um monitoramento pró-ativo dos circuitos durante 2011 garantiu em média um acréscimo próximo a 71 horas (praticamente três dias) por posto no tempo total de conexão à rede do DPRF e conseqüentemente aos sistemas providos pelo órgão, além daqueles disponibilizados via Internet.

Disponibilidade dos links de transmissão de dados

Link	Disponibilidade em 2011
Concentrador-nacional	99,91%
roteador-posto-101	98,89%
roteador-posto-102	97,83%
roteador-posto-103	98,46%
roteador-posto-201	98,63%
roteador-posto-202	96,74%
roteador-posto-203	97,56%
roteador-posto-204	98,33%
roteador-posto-301	98,42%
roteador-posto-302	97,05%
roteador-posto-401	96,81%
roteador-posto-402	99,26%
roteador-posto-501	97,67%
roteador-posto-601	97,97%
roteador-posto-602	95,54%
roteador-posto-701	99,03%
roteador-posto-801	96,84%
roteador-posto-802	95,13%
roteador-regional	99,91%
MÉDIA	97,89%

Fonte: Sistema NAGIOS – 2ª SPRF/MT

GRÁFICO VI - Variação do percentual de disponibilidade de circuitos

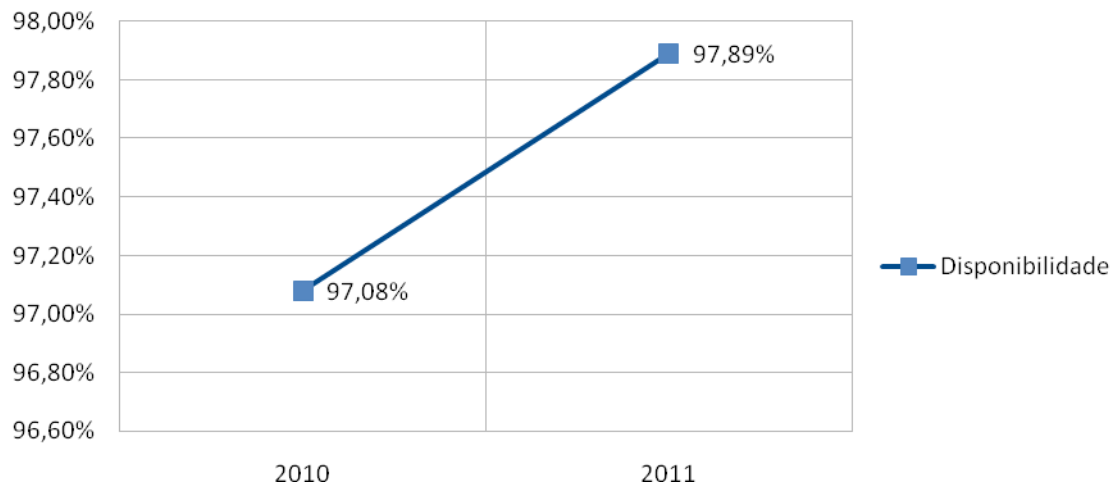
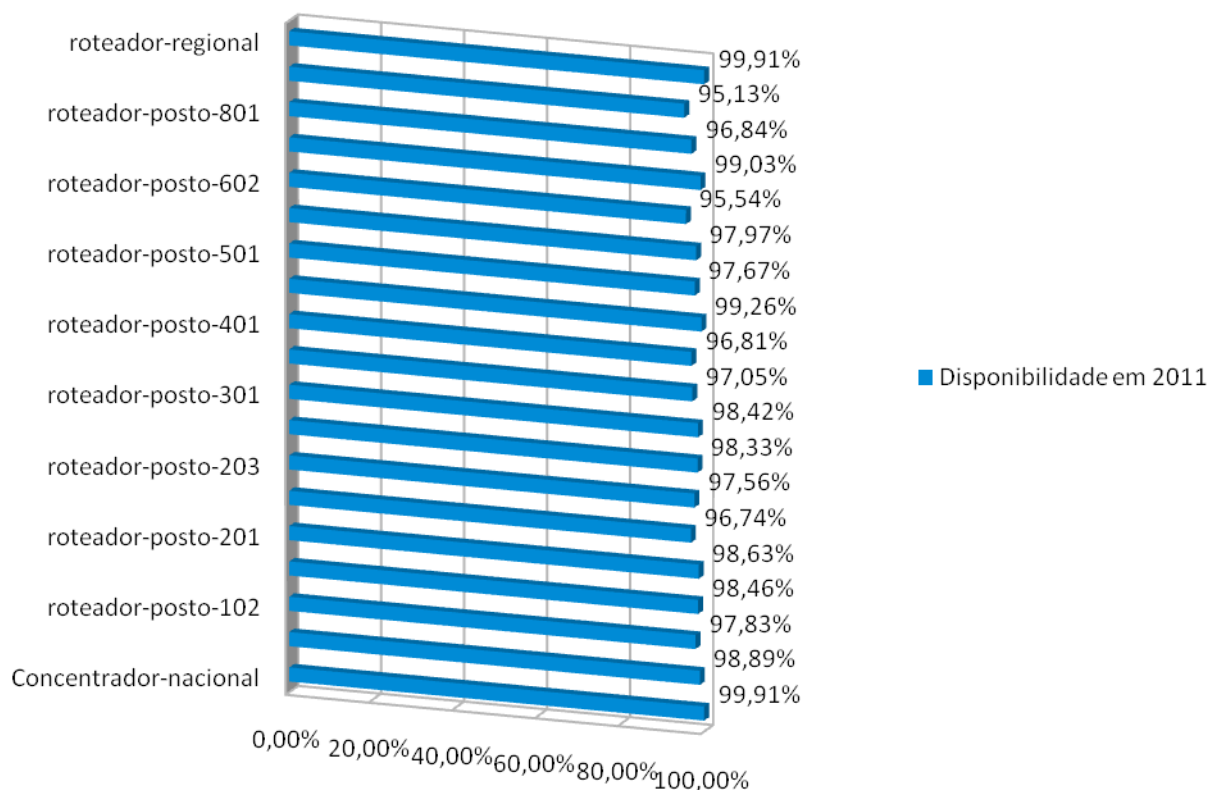


GRÁFICO VII - Disponibilidade de links



Apesar dos esforços dispendidos, não foi possível aumentar a largura de banda em 100% de todas as unidades operacionais em 2011, como fora inicialmente planejado. Tal motivo decorre do fato de existir uma fraca concorrência no setor. Na verdade, existem apenas 2 (dois) fornecedores em condição de prover o serviço pretendido. Isso aliado ao fraco interesse em prover o serviço à 2 SRPRF/MT (nos três pregões realizados em 2011, dois foram desertos e em outro apenas uma empresa participou, inexistindo concorrência que poderia promover preços menores), inviabilizou o projeto anteriormente elaborado.

Cabe ressaltar que todas as unidades operacionais se encontram em zonas rurais, localidades distantes de acesso à Internet comum, como o ADSL por exemplo e inexistem fornecedores locais capazes de prover um acordo de nível de serviço aceitável, como requerido pelo órgão, já que este necessita de confiabilidade e segurança em seus circuitos.

Apesar das dificuldades mencionadas, permanece como uma das metas para o exercício seguinte (2012) o aumento da largura de banda dos circuitos instalados nas unidades cujo contrato é fiscalizado pela 2ª SRPRF/MT, tendo em vista de que trata de um requisito necessários para garantir melhor qualidade nos acessos aos sistemas disponibilizados pelo órgão e por terceiros.

INVESTIMENTOS EM 2011

Os investimentos realizados na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para 2011 foram destinados à compra de estações de trabalho, monitores LCD, telefones IP, rack para servidores, switches e torres de radiocomunicação.

Os processos licitatórios para aquisição desses materiais foram realizados por outras Superintendências Regionais da PRF via registro de preços, e em todos eles a 2ª SRPRF/MT foi participante, seguindo a sistemática adotada pelo DPRF de Unidade Centralizadora de Compras (UCC), onde uma única unidade é responsável pela aquisição de um determinado tipo de equipamento para todas as demais, visando a padronização do parque e economia de escala, já que, não raramente, essas compras ocorrem em grandes quantidades.

Para aquisição de switches e rack foi empenhado o montante de **R\$ 69.559,00 (sessenta e nove mil e quinhentos e cinquenta e nove reais)**, e tais equipamentos foram objetos do pregão N° 33/2010 da 7ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal do Paraná. Tal aquisição visa atender meta estabelecida no Plano Diretor de Tecnologia da Informação do DPRF para o biênio 2010-2011, inscrita sob o código 3-A (Manter a infraestrutura de rede LAN atualizada) e 3-D (Manter equipamentos do Data Center atualizados), mais especificamente as ações 3.1 e 3.17: Padronizar e modernizar ambiente de rede, com a eliminação dos hubs e switches não gerenciáveis e modernização dos servidores de dados.

Investimento realizado mediante adesão à ata de RP do Pregão N° 33/2010 – 7ª SRPRF/PR				
Pregão N° 33/2010 – 7ª SRPRF/PR				
Item do pregão	Equipamento	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Switch de Rede, Gerenciável, 24 portas gigabit, tipo I	1	R\$ 4.089,00	R\$ 4.089,00
3	Switch de rede, 24 portas, gerenciável, fast ethernet, tipo II	18	R\$ 2.606,00	R\$ 46.908,00
5	Switch de rede, 8 portas, gerenciável, fast ethernet	17	R\$ 392,00	R\$ 6.664,00
17	Rack 42U	1	R\$ 11.898,00	R\$ 11.898,00
TOTAL				R\$ 69.559,00

No exercício de 2011 ainda foram empenhados 20 (vinte) estações de trabalho e 10 (dez) monitores LCD, no montante de R\$ 22.875,00 (vinte e dois mil e oitocentos e setenta e cinco reais), sendo tais materiais licitados pela 14ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal da Paraíba mediante Pregão Eletrônico N° 10/2010.

A aquisição dos equipamentos visa atender meta código 3-C do PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação) do DPRF: Modernizar infraestrutura de TIC – Manter serviços de TI.

INVESTIMENTO REALIZADO MEDIANTE ADESÃO À ATA DE RP				
Pregão N° 10/2010 – 14ª SRPRF/PB				
Item do pregão	Equipamento	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Estação de trabalho - POS-AT SERIES Q (P4PE)	20	R\$ 999,50	R\$ 19.990,00
3	Monitor LCD de 17"	10	R\$ 288,50	R\$ 2.885,00
TOTAL				R\$ 22.875,00

Consolidando as informações acerca dos empenhos realizados em investimento em TIC no exercício de 2011, chega-se ao montante total de R\$ 253.173,16 (duzentos e cinquenta e três mil e cento e setenta e três reais e dezesseis centavos).

EMPENHOS REALIZADOS EM INVESTIMENTO DE TIC EM 2011			
Equipamento	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Switch de Rede, Gerenciável, 24 portas gigabit, tipo I	1	R\$ 4.089,00	R\$ 4.089,00
Switch de rede, 24 portas, gerenciável, fast ethernet, tipo II	18	R\$ 2.606,00	R\$ 46.908,00
Switch de rede, 8 portas, gerenciável, fast ethernet	17	R\$ 392,00	R\$ 6.664,00
Rack 42U	1	R\$ 11.898,00	R\$ 11.898,00
Estação de trabalho - POS-AT SERIES Q (P4PE)	20	R\$ 999,50	R\$ 19.990,00
Monitor LCD de 17"	10	R\$ 288,50	R\$ 2.885,00
Telefone IP VoIP com 1 linha	114	R\$ 287,10	R\$ 32.729,40
Torre de radiocomunicação de 60 metros para o posto de Nova Santa Helena (602)	1	R\$ 37.451,88	R\$ 37.451,88
Torre de radiocomunicação 36 metros para o posto de Itiquira (202)	1	R\$ 90.557,88	R\$ 90.557,88
TOTAL			R\$ 253.173,16

SISTEMAS MÓVEIS

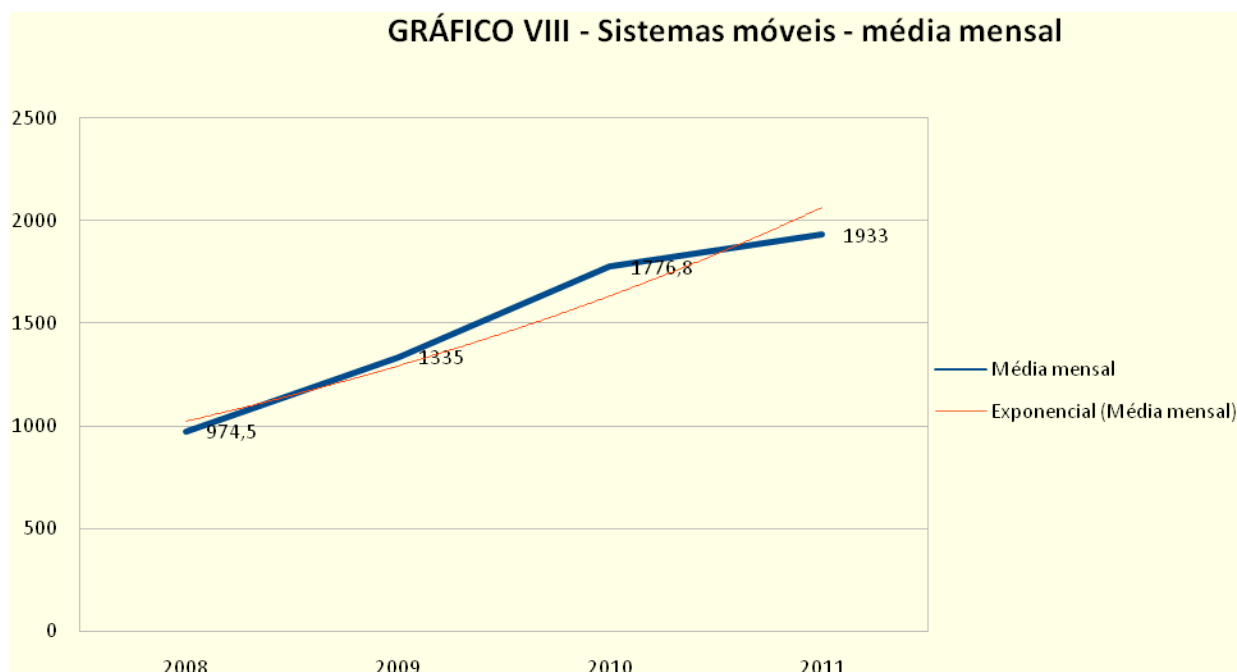
O projeto Sistemas Móveis apresentou novo crescimento de autos lavrados em talonário eletrônico (série T) em 2011 em relação ao ano de 2010.

Entretanto, é possível perceber que tal expansão foi mais moderada se comparada com os exercícios anteriores.

O projeto teve seu início no final de 2008 e consiste na utilização de computadores de mão (chamados de EDA ou PDA) para realização de consultas na base de dados de veículos (RENAVAM), de CHN's (RENACH) e criminal (INFOSEG).

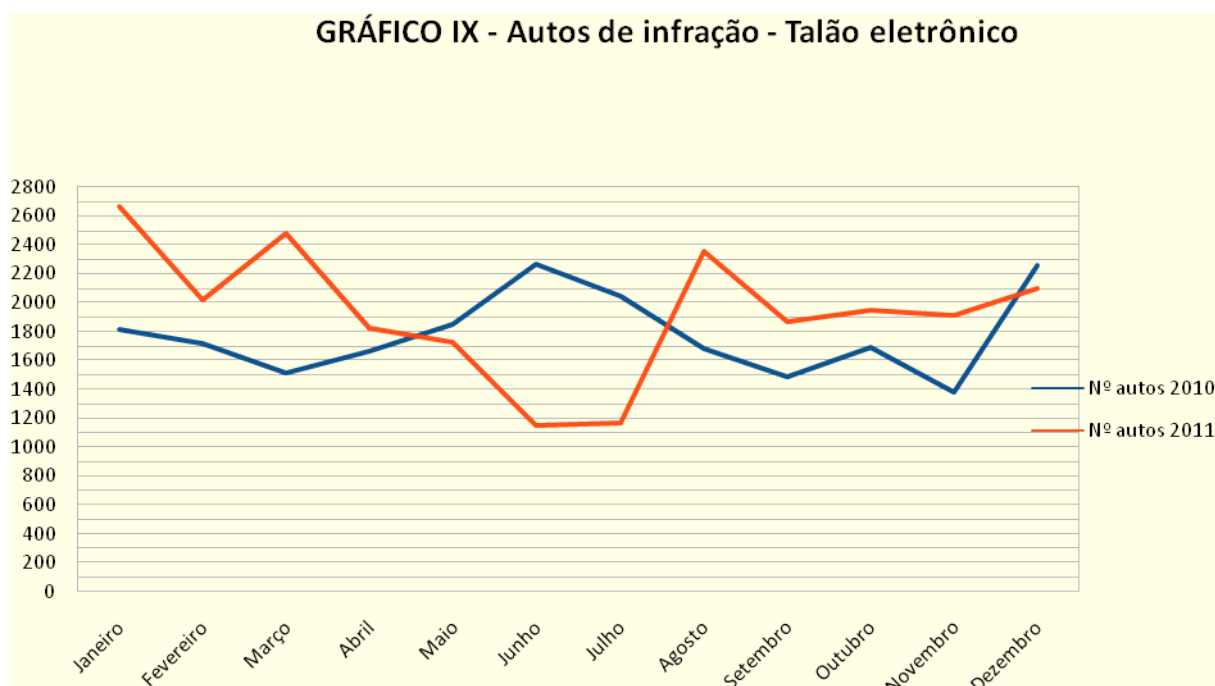
Também é possível lavrar auto de infração a partir do aparelho e, sendo o sistema online, os registros são armazenados diretamente na base de dados de multas do DPRF (SISCOM).

AUTOS ELETRÔNICOS EXPEDIDOS PELO PROJETO SISTEMAS MÓVEIS		
Ano	Autos válidos – Sistemas Móveis	Média mensal de AI's
2008	1949	974,5
2009	16020	1335
2010	21322	1776,8
2011	23196	1933



O número de autos realizados via Sistemas Móveis em 2011 é 8,79% maior do que o aferido em 2010, ao passo de que o incremento do quantitativo de autos eletrônicos de 2010 em relação a 2009 foi de 33,1%. A queda expressiva no crescimento do índice pode ser explicada pela diminuição do efetivo policial ocorrida nesse exercício aliada à inexistência de contrato de manutenção para os dispositivos utilizados no projeto - Symbol MC7094 - que já se encontram obsoletos.

Existe um estudo por parte do DPRF para que o sistema seja implantado em algum sistema operacional mais atual utilizada em smartphones e tablets como o Android, iOS e Windows 8 para citar alguns.



Fonte: **SIGER – Sistema de Relatórios Gerenciais - DPRF**

OUTSOURCING DE IMPRESSÃO

O parque de impressão da 2ª SRPF/MT é constituído por máquinas alocadas mediante o Contrato Nº 18/2008. Para prover o serviço foram alocadas impressoras laser e equipamentos multifuncionais (agregando as funções de impressora, fotocopiadora, scanner e fax) monocromáticos.

O contrato encontra-se no 3º Termo Aditivo e seu valor anual é de R\$ 94.263,96 (noventa e quatro mil e duzentos e sessenta e três reais e sessenta e nove centavos) para a impressão de 622.080 (seiscentos e vinte e dois mil e oitenta) páginas.

O contrato sofreu um aditivo no seu valor em 19,32%, aumentando a quantidade de páginas impressas em 20%. Tal aumento visa compensar o fato da substituição de formulários operacionais em talonário por formulários digitalizados impressos, o que elevou a quantidade de impressões nas unidades da PRF no estado.

DISTRIBUIÇÃO DE IMPRESSORAS E MULTIFUNCIONAIS NAS UNIDADES DA 2ª SRPF/MT			
Localidade	Quantidade de impressoras	Quantidade de multifuncionais	Total
Sede da 2ª SRPF/MT	0	7	7
1ª Delegacia - Cuiabá	0	1	1
Posto 101 - Cuiabá	1	0	1
Posto 102 – São Vicente	1	0	1

Posto 103 – Campo Verde	1	0	1
2ª Delegacia - Rondonópolis	0	1	1
Posto 201 - Rondonópolis	1	0	1
Posto 202 - Itiquira	1	0	1
Posto 203 – Pedra Preta	1	0	1
Posto 204 – Alto Garças	1	0	1
3ª Delegacia - Cáceres	0	1	1
Posto 301 - Cáceres	1	0	1
Posto 302 - Poconé	1	0	1
4ª Delegacia - Diamantino	0	1	1
Posto 401 - Diamantino	1	0	1
Posto 402 – Várzea Grande	1	0	1
5ª Delegacia – Primavera do Leste	0	1	1
Posto 501 – Primavera do Leste	1	0	1
6ª Delegacia - Sorriso	0	1	1
Posto 601 - Sorriso	1	0	1
Posto 602 – N. Santa Helena	1	0	1
7ª Delegacia – Pontes e Lacerda	0	1	1
Posto 701 – Pontes e Lacerda	1	0	1
8ª Delegacia – Barra do Garças	0	1	1
Posto 801 – Barra do Garças	1	0	1
Posto 802 – Água Boa	1	0	1
TOTAL	17	15	32

O contrato de outsourcing de impressão poderá completar os 48 (quarenta) e oito meses de vigência caso seja prorrogado até o dia 18 de novembro de 2012 mediante confecção 4º Termo Aditivo.

Desta forma, ele atingirá o período máximo permitido pela lei de Licitações e Contratos (8.666/93) conforme previsto em seu art. 57, inciso IV. Portanto, existe a necessidade de se fazer novo processo licitatório para contratação do serviço no exercício de 2012.

DA TELEFONIA

O sistema de telefonia da 2ª SRPRF/MT está constituído sobre 3 (três) contratos (dois de telefonia fixa e um de telefonia móvel). Além dos contratos, existe a implantação do sistema de Voz sobre IP próprio da PRF, desenvolvido sobre a plataforma livre de PBX Virtual Asterisk.

Ressalta-se que do exercício 2010 para o de 2011 o número de contratos de telefonia foi reduzido de 5 (cinco) para 3 (três). A razão para o declínio observado se deve ao fato de que os objetos de três contratos vigentes no ano anterior foram substituídos por apenas um em 2011.

PLANILHA DE SUBSTITUIÇÃO DE CONTRATOS DE TELEFONIA – 2ª SPRF/MT					
2010			2011		
Contrato	Descrição do serviço	Empresa contratada	Substituído pelo contrato	Descrição do serviço	Empresa contratada
Nº 06/2006	Telefonia fixa E1 com DDR (sede regional), LDN e LDI	Embratel	03/2011	Telefonia fixa E1 com DDR (sede regional), LDN e LDI	Embratel
Nº 07/2006	Telefonia fixa (interior)	Oi/BrasilTelecom	Nº 07/2006	Telefonia fixa (interior)	Oi/BrasilTelecom
Nº 10/2008	Telefonia celular	Vivo	06/2011	Telefonia celular – local, LDN e LDI	Claro
Nº 06/2010	Telefonia celular para PABX	Vivo			
Nº 07/2010	Longa distância nacional para celular	Embratel			

O contrato Nº 07/2006 completou 60 (sessenta) meses de vigência na data de 07/09/2011, atingindo o período máximo admitido pela lei 8.666/93 conforme disposto em seu art. 57, inciso II. Todavia, houve a necessidade de, em caráter excepcional, se promover com a extensão do prazo contratual por mais 12 (doze) meses, conforme previsão legal admitida no parágrafo 4º do art. 57 da mesma lei, haja vista que se tentou licitar o mesmo objeto no Pregão de Nº 07/2011 – 2ª SRPRF/MT, porém o certame restou deserto, pela inexistência de propostas por parte de fornecedores.

Observou-se uma queda expressiva nos recursos gastos com contratos de telefonia em relação ao verificado nos anos anteriores mediante a redução dos valores das tarifas obtidas nos novos contratos, aliado ao serviço de gestão contínua.

HISTÓRICO DE GASTOS COM TELEFONIA 2009 À 2011				
Item	Serviço	Gasto em 2009 (R\$)	Gasto em 2010 (R\$)	Gasto em 2011 (R\$)
1	Telefonia fixa – local, LDN e LDI	168860,98	144844,77	94137,34
2	Telefonia móvel – local e LDN	55131,83	44970,88	31647,76

TELEFONIA FIXA

No comparativo de gasto com telefonia fixa de 2010 para 2011, verifica-se uma redução na ordem de 35% que equivale a R\$ 50.707,43 (cinquenta mil e setecentos e sete reais e quarenta e três centavos).

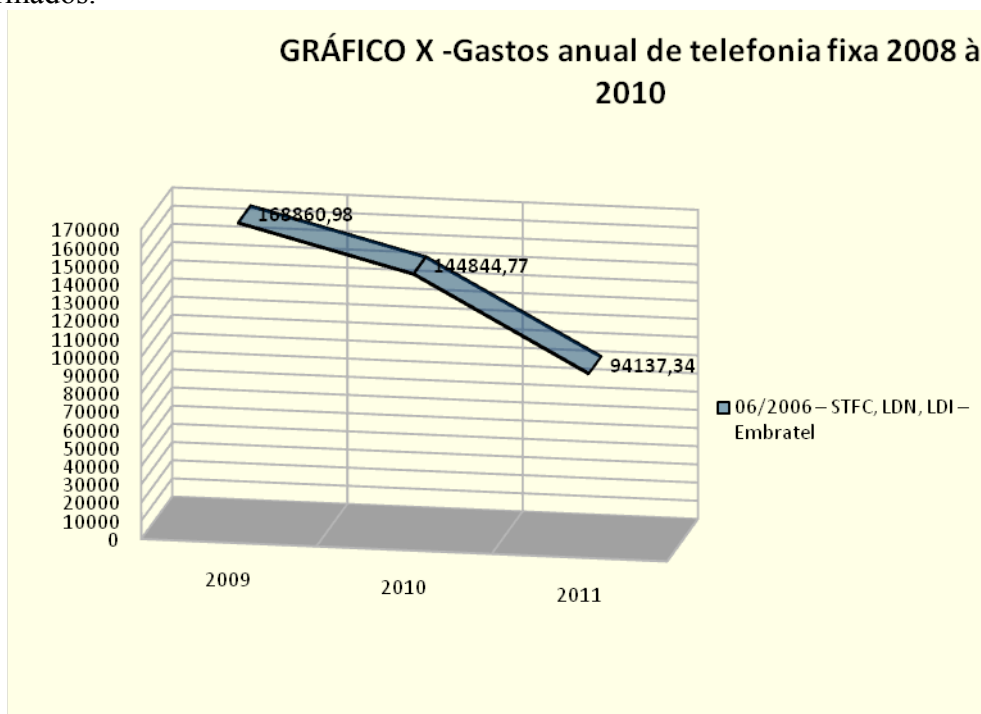
A razão dessa redução se deve a uma fiscalização contínua nos contratos, e pela substituição do contrato Nº 06/2006 pelo 03/2011, sendo que esta última apresentava tarifas muito mais vantajosas para a Administração.

No processo de fiscalização está inserida a averiguação por parte do fiscal do contrato se as ligações realizadas com valor de faturamento considerável possuem caráter particular ou profissional. No caso de ser constatado mediante declaração do próprio usuário do serviço que se

trata de uso particular, uma GRU no valor da ligação é gerada e enviada para o mesmo efetuar o seu pagamento.

Além disso, no caso do responsável perder um terminal telefônico móvel, o mesmo deverá providenciar o ressarcimento do valor do aparelho à União, já que esta se responsabiliza em indenizar a operadora para disponibilização de novo equipamento.

Em 2011, foi ressarcido aos cofres públicos o montante R\$ 1.329,92 (mil e trezentos e duzentos e nove reais e noventa e dois centavos) em decorrência dos procedimentos de fiscalização acima informados.



Fonte: SIASG – Governo Federal

TELEFONIA MÓVEL

O serviço de telefonia móvel pessoal era composto por 3 (três) contratos distintos até meados de 2011. São eles:

Contratos de Telefonia Móvel Antigos		
Contrato	Descrição do serviço	Empresa contratada
Nº 10/2008	Telefonia celular	Vivo
Nº 06/2010	Telefonia celular para PABX	Vivo
Nº 07/2010	Longa distância nacional para celular	Embratel

Os contratos 06/2010 e 07/2010 encerram em Abril de 2011, não tendo a vigência prorrogada. Já o contrato 10/2008 foi encerrado em 12 de junho de 2011.

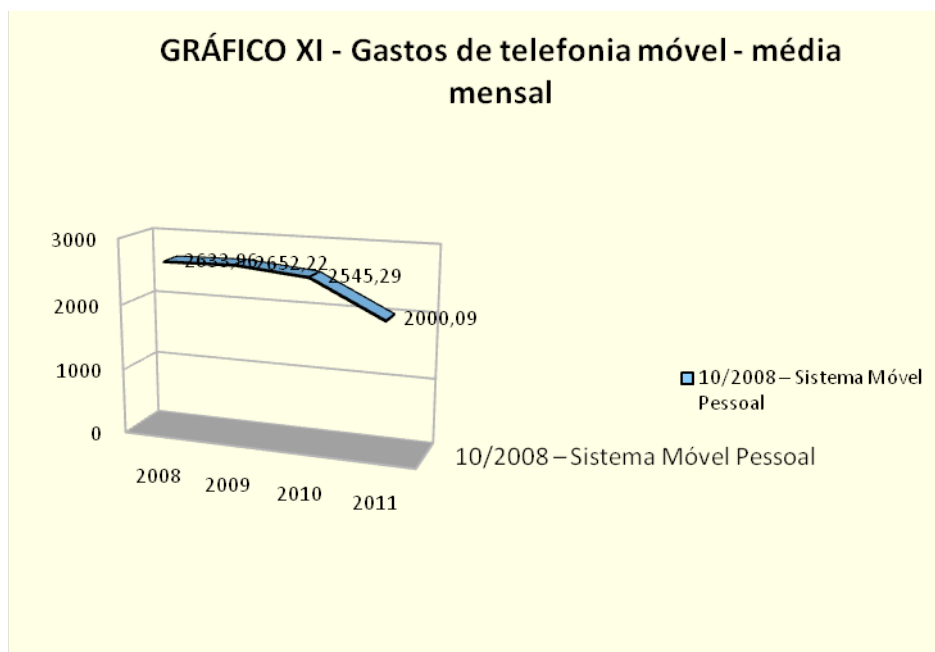
Os três contratos mencionados no parágrafo anterior foram substituídos pelo N° 06/2011, originado de uma adesão à ata de registro de preços N° 01/2010 do Pregão N° 17/2010 da Procuradoria-Geral da República na modalidade “carona”, que teve sua vigência a partir de 16 de maio de 2011.

Os serviços previstos nos contratos de N° 06/2010 e 07/2010, que se diziam respeito à linhas telefônicas móveis agregadas ao sistema de PABX e de longa distância nacional para celular, respectivamente, foram todos integrados ao novo contrato. Além de representar uma economia administrativa na gestão e fiscalização, as tarifas aferidas são mais vantajosas para a Administração.

O serviço de telefonia móvel local, as faturas atestadas pelo fiscal em 2011 registrou um total de R\$ 24.001,12 (vinte e quatro mil e um reais e doze centavos), queda de 24,1% em relação ao exercício anterior, que havia registrado R\$ 30543,48 (trinta mil e quinhentos e quarenta e três reais e quarenta e oito centavos).

Ressalta-se que como em 2011 existiram dois contratos que proveram o serviço de telefonia móvel pessoal na modalidade local (contratos 10/2008 e 06/2011), e por esta razão para se aferir o total atestado nesse exercício, o montante utilizado dos dois contratos foi somado.

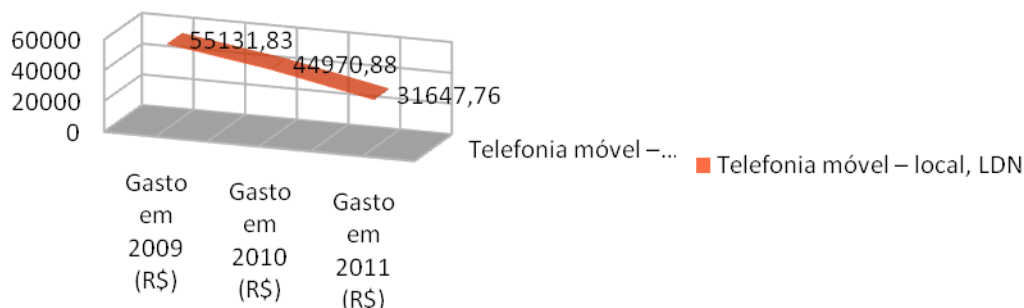
Atualmente são disponibilizados 49 (quarenta e nove) aparelhos em regime de comodato, sendo que no contrato anterior previa apenas 29 (vinte e nove). Ainda assim, apesar do aumento expressivo na quantidade de assinaturas, o montante gasto nesse tipo de serviço registrou a queda mencionada no parágrafo anterior.



Fonte: SIASG – Governo Federal

Se considerado, além do serviço de telefonia móvel local, também o serviço de longa distância nacional e de interligação com a central telefônica (PABX), a queda no montante atestado é ainda maior - 29,6% (R\$ 31.647,76 contra R\$ 44.970,88).

GRÁFICO XII - Telefonia móvel



Fonte: SIASG – Governo Federal

INVESTIMENTOS

No escopo da tecnologia de voz sobre IP (VoIP) foram empenhados 114 (cento e catorze) telefones IP, no valor de R\$ 32.729,40 (trinta e dois mil e setecentos e vinte e nove reais e quarenta centavos).

Tais equipamentos foram registrados no pregão N° 07/2010 - SRP da 09ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal do Rio Grande do Sul.

A presente aquisição visa atender meta estabelecida no Plano Diretor de Tecnologia da Informação do DPRF, inscrita sob o código 2-E (Consolidar plataforma de telefonia IP), mais especificamente as ações 2.13 e 2.14: Adquirir equipamentos de telefonia IP e Implantar serviço de telefonia IP respectivamente.

Aparelhos VOIP Pregão N° 07/2010 – 9ª SRPRF/RS				
Item do pregão	Equipamento	Quantidade	Valor unitário	Valor total
2	Telefone IP VoIP com 1 linha	114	R\$ 287,10	R\$ 32.729,40
TOTAL				R\$ 32.729,40

Voz sobre IP

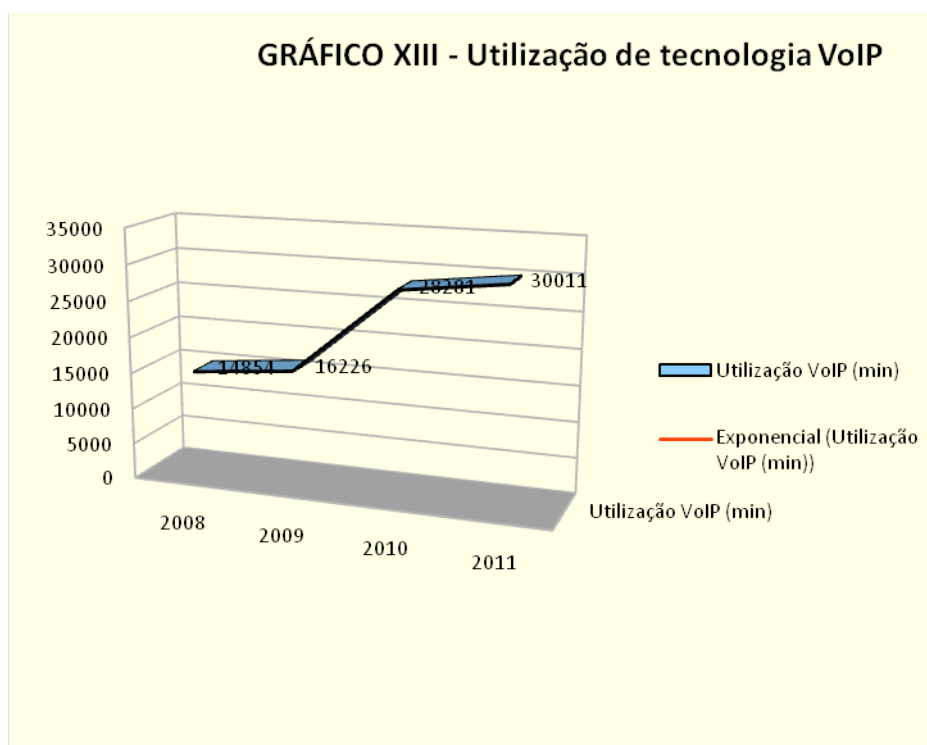
Em 2011 houve um aumento de 6,11% na utilização (em minutos) da tecnologia Voz sobre IP no âmbito da 2ª SPRF/MT em relação ao exercício de 2010.

UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA VOZ SOBRE IP NO ÂMBITO DA 2ª SPRF/MT					
Item	Descrição	Utilização 2008 (min)	Utilização 2009 (min)	Utilização 2010 (min)	Utilização 2011 (min)
1	Utilização VoIP	14854 min 21 seg.	16226 min 14 seg.	28281 min 9 seg.	30011 min 37 seg.

Fonte: Sistema Asterisk – Histórico de ligações - NUTEL

Considerando que o contrato N° 06/2006 estabelece o custo de ligação interurbana para telefone fixo em R\$ 0,62608 e que a ligação VoIP não possui custo algum, conclui-se que em 2011 a utilização do VoIP providenciou uma economia para a União de R\$ 18.789,28 (dezoito mil e setecentos e oitenta e nove reais e vinte e oito centavos).

Apesar de verificado acréscimo na utilização da tecnologia, a diminuição de efetivo lotado na 2ª SRPRF/MT, haja vista que diversos policiais foram removidos para outras unidades regionais, impediu que o crescimento fosse maior.



DA RADIOCOMUNICAÇÃO

A estrutura do sistema de radiocomunicação da 2ª SPRF/MT é composta de 18 (dezoito) estações fixas – torre com sistema radiante e transceptor, sendo cada uma delas instaladas nos 17 (dezesete) postos e na sede do órgão, é também disponibilizado aos postos rádios portáteis. Cada uma das viaturas operacionais em atividade também conta com transceptor instalado junto com sistema irradiante completo para comunicação no trecho de circunscrição.

O contrato de manutenção de sistema de radiocomunicação (Contrato N° 08/20120), celebrado em 29/04/2010 foi prorrogado por mais 12 (doze) meses, mediante realização de seu primeiro termo aditivo, tendo portanto sua vigência estendida até 28/04/2012.

O contrato contempla serviços de manutenção com fornecimento de peças em torres de radiocomunicação (balizamento noturno, aterramento, sistema de proteção contra descargas atmosféricas), sistema irradiante (antena, cabeamento, conectores) e transceptores de todos os tipos (portáteis, móveis e fixos).

O valor estimado do contrato é de R\$ 100.860,00 (cem mil e oitocentos e sessenta reais), sendo R\$ 58.020 (cinquenta e oito mil e vinte reais) destinado para o serviço de mão-de-obra e R\$ 42.840,00 (quarenta e dois mil e oitocentos e quarenta reais) para peças e acessórios. O valor global do contrato não foi alterado na realização do primeiro termo aditivo.

Até o final do ano de 2011 foram utilizados o montante de R\$ 36.428,58 (trinta e seis mil e quatrocentos e vinte e oito reais e cinquenta e oito centavos) para serviços e R\$ 12.511,49 (doze mil e quinhentos e onze reais e quarenta e nove centavos) para peças e acessórios.

VALOR EXECUTADO NO CONTRATO DE MANUTENÇÃO DE RADIOCOMUNICAÇÃO			
Contrato 08/2010 – Manutenção de radiocomunicação			
Item	Descrição	Valor utilizado em 2010 (R\$)	Valor utilizado em 2011(R\$)
1	Serviços/Instalação	R\$ 49.076,85	R\$ 36.428,58
2	Peças/acessórios	R\$ 19.165,40	R\$ 12.511,49
TOTAL			R\$ 48.940,07

Fonte: Contrato N° 08/2010 – 2ª SPRF/MT

Percebe-se um claro declínio nos valores executados nos contratos em 2011 se comparado ao exercício anterior (2010), pois havia uma demanda reprimida considerável de necessidade de manutenção no sistema de radiocomunicação, que teve que ser atendida no primeiro ano de vigência do contrato.

INVESTIMENTOS

Na área de radiocomunicação, foram empenhadas 2 (duas) torres, no montante de R\$ 128.009,76 (cento e vinte e oito mil e nove reais e setenta e seis centavos), sendo uma com 36 metros de altura destinada ao posto de Itiquira e outra de 60 metros de altura para o posto de Nova Santa Helena. Tais materiais foram objetos do Pregão N° 06/2010 da 5ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal do Rio de Janeiro.

AQUISIÇÃO DE TORRES - PREGÃO N° 06/2010 – 5ª SRPRF/RJ				
Item do pregão	Equipamento	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Torre de radiocomunicação de 60 metros para o posto de Nova Santa	1	R\$ 37.451,88	R\$ 37.451,88

	Helena (602)			
2	Torre de radiocomunicação 36 metros para o posto de itiquira (202)	1	R\$ 90.557,88	R\$ 90.557,88
TOTAL				R\$ 128.009,76

DA ELABORAÇÃO DO PDTI BIÊNIO 2012 – 2013

Durante o período de 05 a 09 de dezembro de 2011 os representantes dos Núcleos de Telemática de todas as Superintendências e Distritos, além de representantes da Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização Rodoviária e das Divisões a ela subordinadas participaram da elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação para o biênio 2012-2013.

O instrumento convocatório para a realização dos trabalhos foi a Ordem de Serviço Nº 38/2011 CGPLAM/DPRF.

Participaram da reunião de trabalho, além dos setores já mencionados, alguns representantes da área estratégica do DPRF, como a Coordenação-Geral de Operações e a Coordenação de Inteligência.

O resultado do trabalho incluiu a identificação das necessidades de negócio do DPRF, bem como as macro-necessidades de TI necessárias para atender os objetivos e metas advindas dessas necessidades.

Posteriormente cada macro-necessidade de TI foi detalhada em uma ou mais micro-necessidades, e para estas foram definidos indicadores e as metas para supri-las no exercício de 2012 e 2013.

Desta forma, cada unidade regional tem suas ações e metas vinculadas ao PDTI. Tal fato contrasta com a prática que vinha sendo executada até o presente momento, onde cada regional era responsável pela definição de suas próprias metas e ações, havendo risco latente de que estas divergissem do objetivo estratégico do órgão.

Cabe ressaltar, porém, que o resultado da reunião de trabalho relativo à OS 38/2011 CGPLAM/DPF, ainda poderá sofrer ajustes e modificações. Pois o mesmo ainda será submetido ao Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do DPRF, que possui competência para elaborar o PDTI, e a Direção-Geral do órgão de aprová-lo.

NECESSIDADES DE NEGÓCIO	
Id	Necessidade de Negócio
1	Acesso a informações com garantia e sigilo e em todo trecho
2	Comunicação intragrupo
3	Combater a criminalidade
4	Otimizar as ações de comando e controle
5	Ferramenta para apoio a atividade de fiscalização.
6	Controle de acesso as unidades

7	Capacitação continuada dos servidores
8	Evitar acidentes e salvar vidas
9	Disponibilidade de consulta para o usuário
10	Monitoramento da força de trabalho
11	Produção de conhecimento
12	Segurança da informação
13	Segurança da comunicação
14	Estrutura dimensionada para o uso.
15	Política de cargos e salários
16	Reestruturação Orgânica
17	Manutenção predial
18	Definição dos processos da corregedoria
19	Fortalecer as atividades de inteligência.
20	Verificar parcerias estratégicas.
21	Conhecer, listar e quantificar os servidores que possuam uma ou mais qualificações.
22	Acompanhamento de frequência, pontualidade e quantidade de horas trabalhadas.
23	Acompanhamento do histórico de saúde do Servidor
24	Publicidade no processo de remoção
25	Utilizar critérios de avaliação Isonômicos
26	Acompanhar as publicações nas diversas mídias relativas à PRF
27	Estar provido de informações internas, referentes a operações e eventos de ocorrências, em tempo real, como também base histórica, a partir de qualquer local
28	Pessoal especializado, equipamentos e ferramentas de software adequados, para edição e tratamento de imagens e vídeos para disponibilização à imprensa
29	Equipamentos capaz de registrar eventos, em mídias digitais, com áudio, vídeo e imagens fotográficas
30	Estar presente em redes sociais, suprimindo os cidadãos com informações relativas à PRF e rodovias, e acompanhando suas necessidades.
31	Prover mecanismos de publicação de notícias através dos portais do DPRF, e a possibilidade de envio de e-mail para publicação em portais de terceiros através de listas sem limitações de destinatários e anexos.

MACRO-NECESSIDADES DE TI

Id	Macro-Necessidade de TI	Necessidade de Negócio Vinculada
1	Prover infraestrutura de TIC	11,4,7,11,12,14,17,19,20,22
2	Integração dos sistemas	1,6,20
3	Capacidade de Desenvolvimento e aquisição de Sistemas	1,3,4 6,7,8,9,11,12,17,21,23,24,25,30
4	Viabilizar diferentes canais de comunicação	1,2,4,5,7,8,9,13,14,20
5	Governança de TI	7,9,11,14,16,22
6	Segurança da informação	12,13,6,17,22

MICRO-NECESSIDADES DE TI

Id	Micro-Necessidade	Macro-Necessidade Vinculada
1	Definir e implantar projeto de infra-estrutura de alta disponibilidade para Datacenter da Sede DPRF	Prover infraestrutura de TIC
2	Definir e implantar projeto de infra-estrutura de alta disponibilidade para Datacenter Regional	
3	Definir e implantar projeto de infra-estrutura de alta disponibilidade para POSTOS	
4	Atualização Continuada do parque de equipamentos de TIC. Manter política de atualização.	
5	Garantir ambiente para salvaguarda dos servidores, com controle de acesso.	
6	Manter o sistema elétrico (ininterrupto e protegido) e cabeamento lógico, de forma a atender os níveis de qualidade exigidos.	
7	Prover atendimento aos usuários finais de TIC, quanto a demandas sobre mau funcionamento de solução de TI, dentro de um prazo aceitável.	
8	Sistema de Livro Eletrônico	Integração dos sistemas
9	Estabelecer parcerias com órgãos de segurança dos estados e da união com objetivo de compartilhar dados.	
10	Integração da consulta indivíduos aos sistemas de acesso biométricos.	
11	Sistema de Livro Eletrônico	Capacidade de Desenvolvimento e aquisição de Sistema
12	Monitoramento de viaturas	
13	Melhoria do site do DPRF	
14	Melhoria da Intranet do DPRF	
15	Criação de sistema para cadastro e controle de solicitações de remoção, prevendo a classificação de cada candidato e a publicidade do procedimento.	
16	Sistema para avaliação da chefia	
17	Realizar cálculos estatísticos para fomentar distribuição de radares e pontos de fiscalização.	
18	Autenticação e cifragem dos canais de comunicação.	
19	Canais de dados disponíveis com outras instituições	
20	Monitorar a utilização das estações de trabalho	
21	Implantar ferramenta de controle de fluxo de informação.	
22	Convênios com universidades para desenvolvimento de aplicações.	
23	Sistema para controle de Manutenção Predial	Viabilizar diferentes canais de comunicação
24	Expandir os sistemas de rádio	
25	Expandir os sistemas de vídeo-conferência.	
26	Melhorar os sistemas fixos de comunicação por voz (telefone/voip)	
27	Expandir os sistemas de telefonia móvel.	
28	Estabilizar e melhorar os sistemas de Mensagem instantânea e e-mail.	
29	Dispositivos diversos para acesso no posto: como computadores	
30	Dispositivos diversos para acesso nas viaturas, considerando a situação e a portabilidade: computadores, EDA, Smartphone, Tablet, notebook	
31	Link de dados confiável com capacidade de tráfego de dados, incluindo o video-monitoramento e outros serviços	

32	Expansão do compartilhamento da infra-estrutura de TIC com entidades públicas ou privadas.	Governança de TI
33	Sistema para avaliar e monitorar as necessidades de tráfego mantendo-as dentro das condições estabelecidas.	
34	Garantir a disponibilidade de suporte aos serviços de TI 24X7 nas Sedes das Regionais e do DPRF	
35	Criar repositório disponibilizado via intranet de soluções de TI/Catálogo de serviços.	
36	Estruturar plano de manutenção de TIC	
37	Capacitação dos servidores de TIC	
38	Ferramentas para restringir as informações apenas as áreas pertinentes e impedir a manipulação por pessoas não autorizadas.	Segurança da informação.
39	Auditoria, análise de riscos e análise forense para os ativos de rede, sistemas e estações de trabalho.	
40	Prover criptografia para documentos e e-mail.	
41	Controle de acesso para salvaguarda dos CPDs, com identificação biométrica.	

DO CUMPRIMENTO DE METAS PARA 2011

O exercício de 2010 foi o último em que as metas para o exercício seguinte foram definidas regionalmente. A partir de 2011, elas constarão no PDTI do órgão, devendo as regionais cumprir as metas dos indicadores.

Um total de 6 (seis) metas fora definidas para 2011. Desse total, 3 (três) foram plenamente cumpridas, 1 (uma) atendida parcialmente e 2 (duas) não foram atendidas, conforme quadro que se segue:

DAS METAS DE 2011		
Meta	<u>Aumentar a velocidade dos links de transmissão de dados</u>	Situação
Detalhamento	Aumentar a banda nos postos de 128kbps para 256kbps	NÃO ATENDIDA
	Aumentar a banda nas delegacias (que funcionam adjacientemente ao posto 01 a ela subordinado) de 256 kbps para 512 kbps	Observação
	Aumentar a banda do concentrador da 2ª SPRF/MT de 2048 kbps para 4096 kbps	Pregão 02/2011 apresentou custo superior ao estimado.
	Aumentar a banda que interliga a sede do DPRF à sede da 2ª SPRF/MT de 1024 kbps para 4096 kbps	Pregões 13/2011 e 14/2011 foram desertos
Meta	<u>Diminuir em 25% o tempo de indisponibilidade dos links de transmissão de dados</u>	Situação
Detalhamento	A disponibilidade dos links deve chegar ao índice de 97,81% em 2011, em comparação ao de 97,08% em 2010, aumentando a disponibilidade em	ATENDIDO
		Observação

	2,6645 dias o tempo médio de <i>uptime</i> de todos os circuitos	Índice de disponibilidade de 97,89% em 2011
Meta	<u>Diminuir os gastos com telefonia</u>	Situação
Detalhamento	Diminuir em 15% os gastos com telefonia fixa Diminuir em 20% os gastos com telefonia móvel Controlar a saída de ligações interurbanas e para celular nos telefones dos postos e delegacias mediante disponibilização de telefones híbridos	ATENDIDO
		Observação Diminuição de 35% com os gastos de telefonia fixa e 29,6% com telefonia móvel. Se considerado o custo por terminal a diminuição chega a 58%
Meta	<u>Expandir o alcance do sistema de radiocomunicação em locais de fronteira e trechos longos sob circunscrição de delegacias. A meta deve atingir pelo menos 3 (três) delegacias.</u>	Situação
Detalhamento	Prover comunicação eficiente via rádio entre viatura ↔ posto PRF e posto PRF ↔ posto PRF nas localidades com maior incidência de criminalidade e acidentes.	NÃO ATENDIDA
		Observação Não foi viabilizado por entraves jurídicos sobre a utilização de torre de terceiros por parte da PRF sem custos
Meta	<u>Disponibilizar sistema de relato de livro eletrônico para utilização nos postos 2ª SPRE/MT</u>	Situação
Detalhamento	Desenvolver sistema em tecnologia JSP + MySQL com geração de relatório(s) para relato de parte diária de posto e equipes integrantes	ATENDIDO
		Observação Sistema desenvolvido e colocado em produção em 21/02/2011
Meta	<u>Substituir 50% dos computadores existentes nos postos e delegacias da 2ª SPRE/MT</u>	Situação
Detalhamento	Adquirir computadores registrados em pregão ocorrido na 14ª SRPRF/PB e realizar viagens aos postos e delegacias para prover essa instalação	ATENDIDO PARCIALMENTE
		Observação Equipamentos adquiridos somente no final do exercício por falta de recursos financeiros. Encontra-se pendente a sua instalação

Fonte: Núcleo de Telemática – 2ª SPRE/MT

ACÇÃO 4290 - ATIVIDADES DE SAÚDE NAS RODOVIAS FEDERAIS

Tipo	Projeto
Finalidade	Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias federais.
Descrição	Composição e manutenção de 156 equipes , distribuídas em 120 turmas de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros Órgãos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Saúde e Assistência Social

Com o objetivo de atender as necessidades previstas pela ação, foi planejado a aquisição de equipamentos de forma centralizada no Departamento de Polícia Rodoviária Federal, por meio de Registro de preços, e distribuídas as regionais o que possibilitou a realização de Comandos Médicos Preventivos, que consiste na triagem da saúde do profissional do transporte de carga, onde os motoristas são abordados nos Posto de Polícia e são oferecidos gratuitamente aos condutores exames de glicemia, aferição de pressão, acuidade visual, teste psicológico, vacinas, teste força, orientação educacional voltado para o trânsito, brindes e lanche. As ações foram realizadas em conjunto com órgãos do Município, Estado e União.

O “ROTA CIDADÃ”, que é o mesmo Comando de “Saúde nas Rodovias”, realizado em parceria com o DETRAN/MT, SINFRA/MT e a Polícia Militar do nosso Estado. Apesar das dificuldades financeiras, principalmente no que diz respeito ao pagamento de diárias para deslocamento, visando atender ao cronograma dos Comandos de Saúde Preventivos, conseguiu-se uma marca histórica na quantidade de atendimentos realizados durante o ano de 2011.

ANO	Quantidade de Eventos Realizados em Mato Grosso	Quantidade de Eventos exigidos pelo DPRF	Meta de Atendimentos	Quantidade de Atendimentos	Resultado Obtido
2008	10	4	1000	1086	Superado
2009	10	4	1200	1681	Superado
2010	7	4	1200	1487	Superado
2011	10	3	1200	2096	Superado

**CRONOGRAMA DOS COMANDOS DE SAÚDE NAS RODOVIAS
ROTA CIDADÃ – 2011**

MUNICÍPIO	DIA HORÁRIO	LOCAL	POLICIAIS (n.º mínimo)/Viatura	Número de Atendimentos
1. Cuiabá	23/03 das 08h às 16h	Posto PRF 101 BR 364 Km 388 - 1.ª DLPRF	06 Policiais 02 Viaturas	262
2. Sorriso Nova Ubiratã	27/04 das 08h às 16h	Praça de Pedágio MT 242 – Km 11	06 Policiais 02 Viaturas	238
3. Pontes e Lacerda*	11/05 das 08h às 16h	BR 174, Km 212 na 7.ª DLPRF	14 Policiais 03 Viaturas	212
4. Barra do Garças	15/06 das 08h às 16h	BR 070, Km 09 Pátio do Posto Dracena	12 Policiais 03 Viaturas	186
5. Lucas/Tapurah	07/07 das 08h às 16h	Praça de Pedágio MT 449 – Km 12	06 Policiais 02 Viaturas	186
6. Rondonópolis *	17/08 das 08h às 16h	BR 163 Km 118, Pátio do Posto Aldo Locatelli	09 Policiais 02 Viaturas	236
7. Cáceres	28/09 das 08h às 16h	Pórtico de Cáceres – BR 070 – Km 726	10 Policiais 03 Viaturas	201
8. Sorriso/Ipiranga do Norte	26/10 das 08h às 16h	Praça de Pedágio na MT 242, Km 06	04 Policiais 02 Viaturas	137
9. Comodoro	09/11 das 08h às 16h	Posto JK - BR 174 Km 423	06 Policiais 02 Viaturas	243
10. Primavera do Leste *	01/12 das 08h às 16h	Posto Alvorada BR 070 – Per. Urbano	07 Policiais 02 viaturas	195

(*) CSR – Calendário Nacional

Durante o ano de 2012 a 2ª SRPRF/MT estará realizando treze eventos em doze Municípios diferentes, sempre analisando a demanda de utilização das rodovias no escoamento da safra em cada um dos pólos agrícolas.

Nos últimos anos, constatou-se que o movimento nas rodovias federais dos veículos de carga não diminuem, em função do grande número de armazéns e silos que as Cooperativas e os grandes grupos de agricultores possuem, principalmente no Nortão.

Devido a necessidade de expandir esta importante ferramenta na prevenção de acidentes resolveu-se ampliar de dez para treze eventos e dobrar a nossa meta de atendimentos, passando de 1.200 para 2.400.

AÇÃO 86A1 - PROCESSAMENTO, REMUNERAÇÃO DOS DEPARTAMENTOS ESTADUAIS DE TRÂNSITO E ARRECADAÇÃO DE MULTAS APLICADAS PELA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à autuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de

	trânsito e transporte.
Descrição	A ação é desenvolvida no sentido de fornecer o apoio administrativo e operacional, desde a autuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais

A atividade de fiscalização de trânsito resulta, por vezes, na autuação do usuário das rodovias federais que esteja inobservando disposição do Código de Trânsito Brasileiro, o que desencadeia uma série de procedimentos com vistas a garantir o exercício do direito à defesa e a legalidade da imposição de penalidade ao infrator.

A efetividade da sanção ao infrator consolida o duplo efeito almejado pelo legislador: o caráter punitivo e educativo. É sabido, que a sensação de impunidade estimula a inobservância das regras de trânsito, motivo pelo qual a presente ação merece especial atenção.

Cabe ressaltar que não é o objetivo primordial da PRF em Mato Grosso a simples aplicação de multas, isto é uma consequência natural do trabalho de fiscalização desenvolvido pelo órgão com o objetivo de fazer cumprir as regras de circulação e conduta previstas no Código de Trânsito Brasileiro.

TOTAL DE INFRAÇÕES 2011		
INFRAÇÃO	QUANT.	PERCENTUAL DO TOTAL
Ultrapassar pela contramão linha de divisão de fluxos opostos, continua amarela	16039	23,27%
Deixar o condutor ou o passageiro de usar o cinto de segurança	7167	10,40%
Conduzir o veículo registrado que não esteja devidamente licenciado	5191	7,53%
Conduzir o veículo com equipamentos obrigatórios em desacordo com o estabelecidos pelo CONTRAN.	4542	6,59%
Dirigir veículo sem possuir CNH ou Permissão para Dirigir	3867	5,61%
Conduzir veículo sem os documentos de porte obrigatório referidos no CTB	2281	3,31%
OUTROS	29838	43,29%
TOTAIS	68925	100%

ARRECADAÇÃO DE MULTAS – 2009/2010/2011			
PERÍODO	2009	2010	2011
JANEIRO	R\$ 416.047,85	R\$ 572.484,71	R\$ 738.585,65
FEVEREIRO	R\$ 554.657,94	R\$ 494.672,56	R\$ 458.841,02
MARÇO	R\$ 561.122,25	R\$ 281.734,80	R\$ 503.187,43
ABRIL	R\$ 425.539,78	R\$ 439.656,56	R\$ 1.441.448,70

MAIO	R\$ 452.774,79	R\$ 403.735,81	R\$ 486.320,37
JUNHO	R\$ 462.410,62	R\$ 637.796,88	R\$ 410.687,27
JULHO	R\$ 419.850,75	R\$ 593.954,38	R\$ 568.468,39
AGOSTO	R\$ 446.199,77	R\$ 641.009,26	R\$ 820.459,06
SETEMBRO	R\$ 467.205,33	R\$ 690.903,17	R\$ 1.065.552,31
OUTUBRO	R\$ 526.992,22	R\$ 266.756,90	R\$ 1.124.515,39
NOVEMBRO	R\$ 484.828,04	R\$ 377.256,20	R\$ 612.747,67
DEZEMBRO	R\$ 352.899,61	R\$ 405.204,36	R\$ 469.123,17
TOTAL ARRECADADO	R\$ 5.570.528,95	R\$ 5.805.165,59	R\$ 8.699.936,43

GRAVIDADE DAS INFRAÇÕES POR EXERCÍCIO		
Gravidade	Quantidade em 2010	Quantidade em 2011
gravíssima	35868	35697
grave	26231	23623
média	9624	6732
leve	3438	2873
Total	75161	68925

Termos de Autuação de Defesa e Recursos	2332
Termo de Autuação de Processo da ANTT	933
Termo de Processo de Produto Perigoso	473

AÇÃO 8692 - EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO PARA USUÁRIOS DAS RODOVIAS FEDERAIS

Tipo	Projeto
Finalidade	Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais.
Descrição	Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias. Pagamento de diárias e passagens e aquisição de material didático.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais

Dentro da educação para o trânsito vários públicos foram atingidos, abrangendo motoristas profissionais e eventuais e os futuros motoristas (crianças e adolescentes).

Foram realizadas ações direcionadas à Educação para o Trânsito, dentre as quais podem ser citadas: visitas e palestras em escolas com público variando da pré-escola ao nível médio. Contudo, a atividade principal dentro desta ação é o FETRAN – Festival Temático para o Trânsito com a participação de escolas públicas municipais e estaduais com o envolvimento de crianças e adolescentes na apresentação de peças teatrais cujo tema principal é o trânsito nas rodovias.

Para o desenvolvimento das ações de Educação para o Trânsito os recursos liberados foram utilizados no pagamento de diárias e passagens aéreas para os servidores envolvidos na execução do projeto FETRAN e aquisição de materiais didáticos direcionados aos trabalhos de educação de crianças e adolescentes.

A receptividade verificada pelo público dos trabalhos desenvolvidos pelo FETRAN, bem como a participação da sociedade e Órgãos estaduais e municipais indica que as orientações da área tendem para um caminho que produzirá excelentes resultados principalmente na prevenção de acidentes.

O objetivo do FETRAN – Festival Temático para o Trânsito é sensibilizar as crianças e adolescentes quanto à necessidade de se conhecer as normas e leis que regem o trânsito brasileiro, auxiliando-os em sua formação enquanto futuros condutores e tornando-os conscientes e comprometidos com a segurança no trânsito.

O Festival é dividido em três categorias compreendidas em: infantil, infanto-juvenil e juvenil, sendo: Infantil - grupos compostos por alunos do primeiro ciclo e do segundo ciclo do ensino fundamental; Infanto-juvenil - grupos compostos por alunos do terceiro ciclo do ensino fundamental e Juvenil - grupos compostos por alunos do ensino médio.

AÇÃO 2000 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE

Tipo	Projeto
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Esta ação constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais

A maior parte dos recursos desta ação é para pagar os contratos de terceirização de mão de obra. O Departamento de Polícia Rodoviária Federal encontra séria dificuldade em garantir o custeio da área meio, pois é inevitável a expansão dos gastos em função do reajuste de preços de bens e serviços, ingresso de novos servidores, repactuação dos contratos continuados, ampliação das atribuições do órgão.

COMPARATIVO 2008/2009/2010	PROJETO ATIVIDADE	VALOR (R\$)
2008	AÇÃO 2000	R\$ 1.676.698,28
2009		R\$ 1.975. 569,47
2010		R\$ 2.203.094,71
2011		R\$ 2.978.626,43

Diante da restrição orçamentária e financeira para atender a real demanda da 2ª SRPRF/MT por meio da terceirização dos serviços a regional passou a ter como meta uma melhor fiscalização dos contratos vigentes avaliando a execução dos serviços para subsidiar as comissões de licitação a realizarem melhores contratações.

Neste termos, o processo de fiscalização coordenado pela Gestão de Contratos, ligada a Seção Administrativa e Financeira, manteve a designação de servidores com atribuições de acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos, mantendo escrituração de todos os atos a ele relacionados, conferir e atestar os serviços, realizar análise da vantajosidade e viabilidade da manutenção dos contratos em condições favoráveis a Administração, manter comunicação escrita com a Contratada, constituindo-se na ligação entre a Administração e a Empresa executora dos serviços, além de exercer outras funções prescritas em Leis, regulamentos e/ou portarias.

ANEXO III

LICITAÇÕES, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS NO EXERCÍCIO 2011

SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS DA 2ª SRPRF

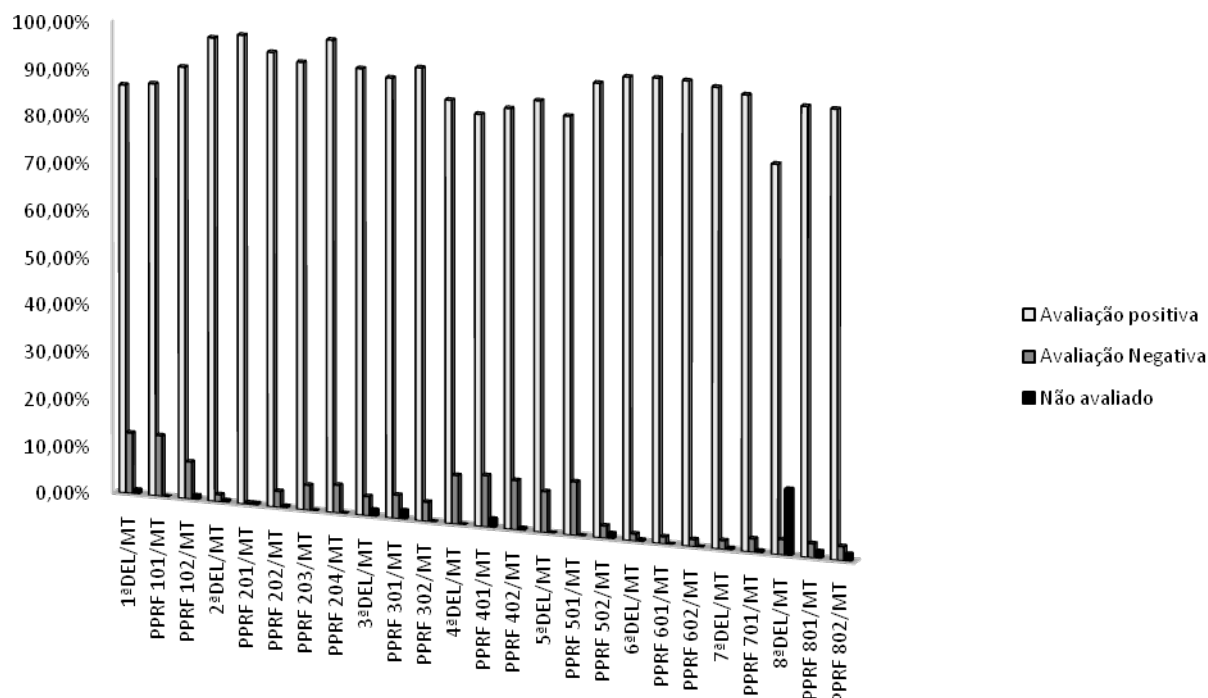
De acordo com a Instrução de Serviço GAB/2ª SRPRF/MT nº 03 de 22 de novembro de 2010, a avaliação dos serviços de limpeza nos postos e delegacias é acompanhada pelos respectivos chefes de delegacia ou servidores por eles designados e realizada mensalmente.

De acordo com a Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercidos por um representante da Administração, especialmente designado na forma dos Arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93 e do art. 6º do Decreto nº 2.271/97.

Para análise quantitativa contou-se quantos itens foram avaliados positivamente (quantos sim) e quantos são avaliados negativamente (quantos não). A letra F “Faltas” não é computada nessa análise, sendo considerada para efeitos de glosa na nota fiscal correspondente. Dessa análise resultaram os seguintes gráficos:

GRÁFICO I - AVALIAÇÃO DE LIMPEZA DE DEZ/2010 A NOV/2011

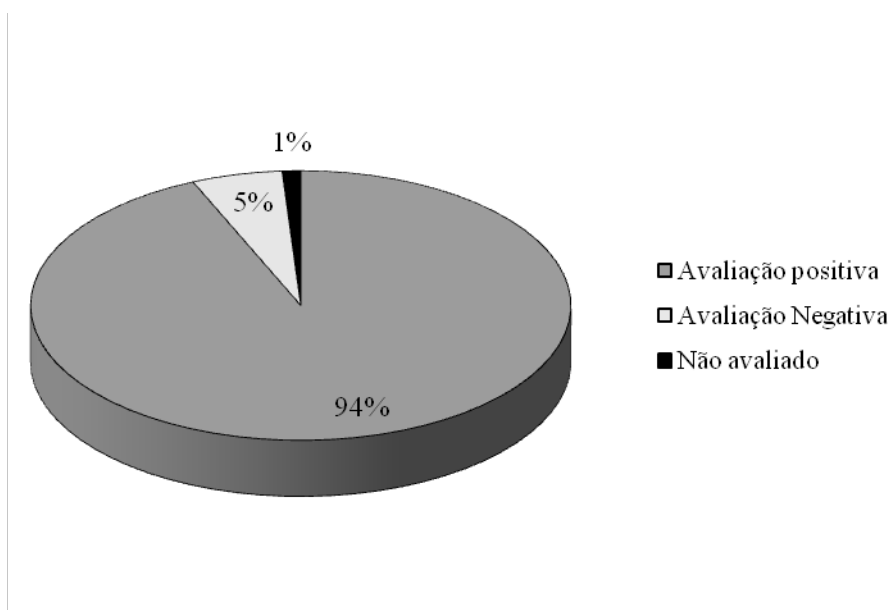
ÍNDICE PERCENTUAL DE RESPOSTAS POR SETOR



Pode-se observar no gráfico que a maior parte das delegacias e postos tiveram “avaliação positiva” acima de 90% , nota-se ainda que a porcentagem dos itens “não avaliados” é inferior a 2%. Na Unidade Operacional 204/MT tem-se o maior índice no item de “avaliação positiva” e na 8ª Delegacia/MT tem-se o menor índice de “avaliação positiva”, devido ao grande percentual de itens “não avaliados”, conforme mencionado nos relatórios mensais, na 8ª delegacia não há refeitório, o que a diferencia das demais.

GRÁFICO II - AVALIAÇÃO DE LIMPEZA DEZ/2010 A NOV/2011

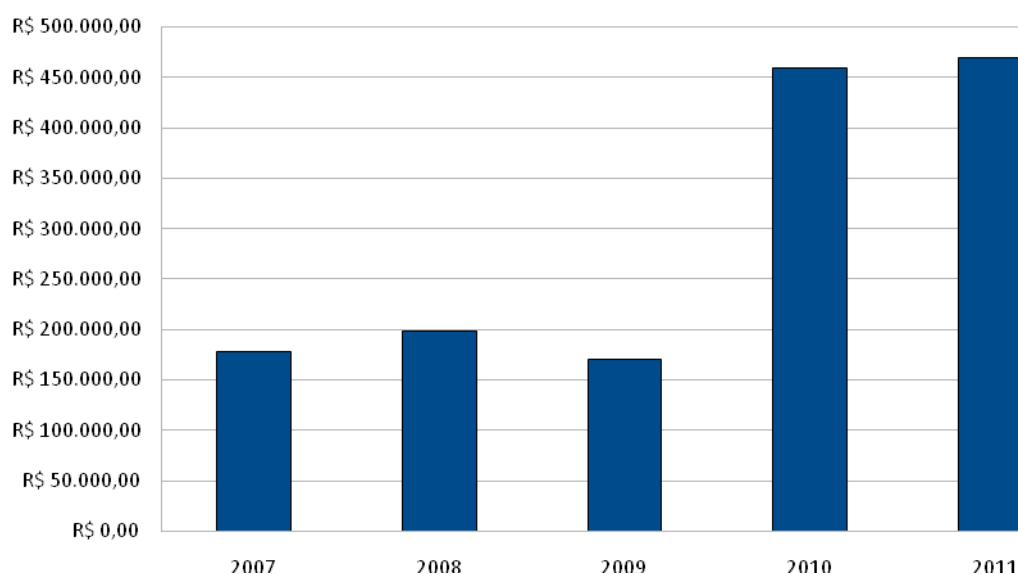
ÍNDICE GERAL DO PERCENTUAL DE RESPOSTAS



Pode-se observar no gráfico 2 que 93% dos itens foram avaliados positivamente, somente 5% dos itens foram avaliados negativamente e 1% dos itens não foram avaliados.

A avaliação negativa, conforme consta nas avaliações mensais, decorrem de quantidade de material e qualidade nos serviços. Cada mês avaliado é encaminhado à empresa solicitação de melhorias, via ofício, para os itens avaliados negativamente. A empresa tem corrigido mês a mês as pequenas falhas ocorridas.

COMPARAÇÃO DOS VALORES PAGOS DE 2007 A 2011 NOS SERVIÇOS DE LIMPEZA GRÁFICO III – VALORES PAGOS DE 2007 A 2011



O aumento expressivo dos valores do contrato de limpeza em 2010 em relação a 2009 deve-se aos seguintes fatores:

a) Em 2009 e 2008, o contrato vigente era o de nº 10/2004, resultado do pregão 04/2004. Esse contrato foi prorrogado pelo tempo máximo permitido em lei, ou seja, 60 meses.

b) Dessa forma as regras contratuais eram as vigentes na época, além das leis a Instrução Normativa Nº 18, de 22 de dezembro de 1997. Atualmente vigora a Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, alterada pela IN nº 03, de 15 de outubro de 2009. Com o advento dessa nova normatização a fiscalização tornou-se mais rígida e houve um aumento significativo na qualidade na prestação dos serviços, em especial nos materiais de limpeza.

c) O aumento também se deve aos valores defasados do contrato anterior, aos reajustes dos valores dos insumos e salários, estes ocorridos por força de Convenção Coletiva.

Por fim, o contrato 10/2004 previa um área coberta de 5.122 m² e 18 (dezoito) serventes e 01(um) encarregado. E, no contrato vigente em 2010, a área era de 8.007,65 m² e 22 (vinte e dois) serventes e 01(um) encarregado. Essa diferença deve-se ao melhor planejamento para limpeza em todos os postos da 2ª SRPRF/MT.

Já em 2011 o contrato nº 23/2011, em virtude do art. 3º, VII, da Lei complementar nº 116, de 31 de julho de 2003 o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), do objeto licitado, será devido no local, devido cada posto da Regional estar situado em municípios diferentes.

As áreas de produtividade foram adequadas à real necessidade de cada posto com base nos artigos 45, 46 e 47 da Instrução Normativa nº 03, de 15 de outubro de 2009, houve também a redução da jornada de trabalho dos serventes de limpeza nos postos da 2ª SR.PRF/MT, passando a carga horária de 08 (oito) para 06 (seis) horas de trabalho.

Além dos reajustes dos valores dos insumos e salários, estes ocorridos por força de Convenção Coletiva realizados em janeiro de 2011.

LICITAÇÕES, DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES

No âmbito da 2ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal a modalidade de licitação utilizada no exercício de 2011 foi o pregão eletrônico.

Durante o exercício de 2011 foram realizados 16 pregões eletrônicos, sendo 13 (treze) pregões comuns e 03 (três) pregões para registro de preço. Comparando com as dispensas de licitações pode-se observar os seguintes dados:

GRÁFICO IV – COMPARAÇÃO ENTRE O NÚMERO DE DISPENSAS E PREGÕES 2011

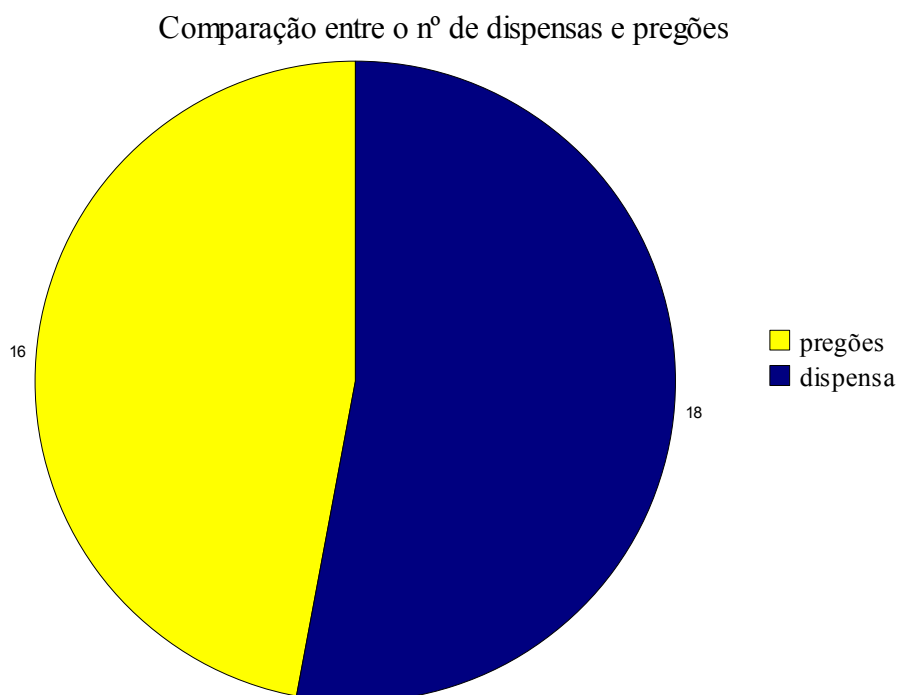
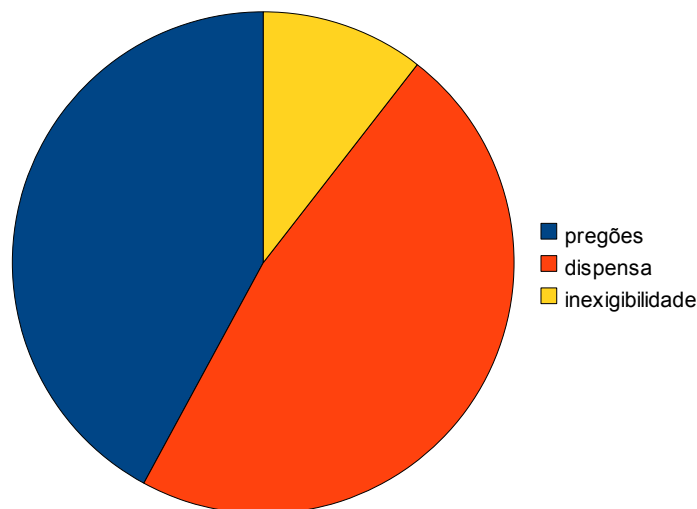


GRÁFICO V – COMPARAÇÃO ENTRE O NÚMERO DE DISPENSAS, PREGÕES E INEXIGIBILIDADE



Durante o exercício de 2011, atendendo o dispositivo contido no Artigo 86, III do Regimento Interno do DPRF, o NUSEG, em conjunto com a SAF, efetuou um controle rígido para a elaboração de processos de dispensa e inexigibilidade de licitação por meio do acompanhamento dos quadros especificados abaixo.

Das 18 (dezoito) dispensas e das 04 (quatro) inexigibilidades acima, 05 (cinco) são realizados anualmente pela regional, e, pela sua natureza não podem ser realizadas por outro procedimento.

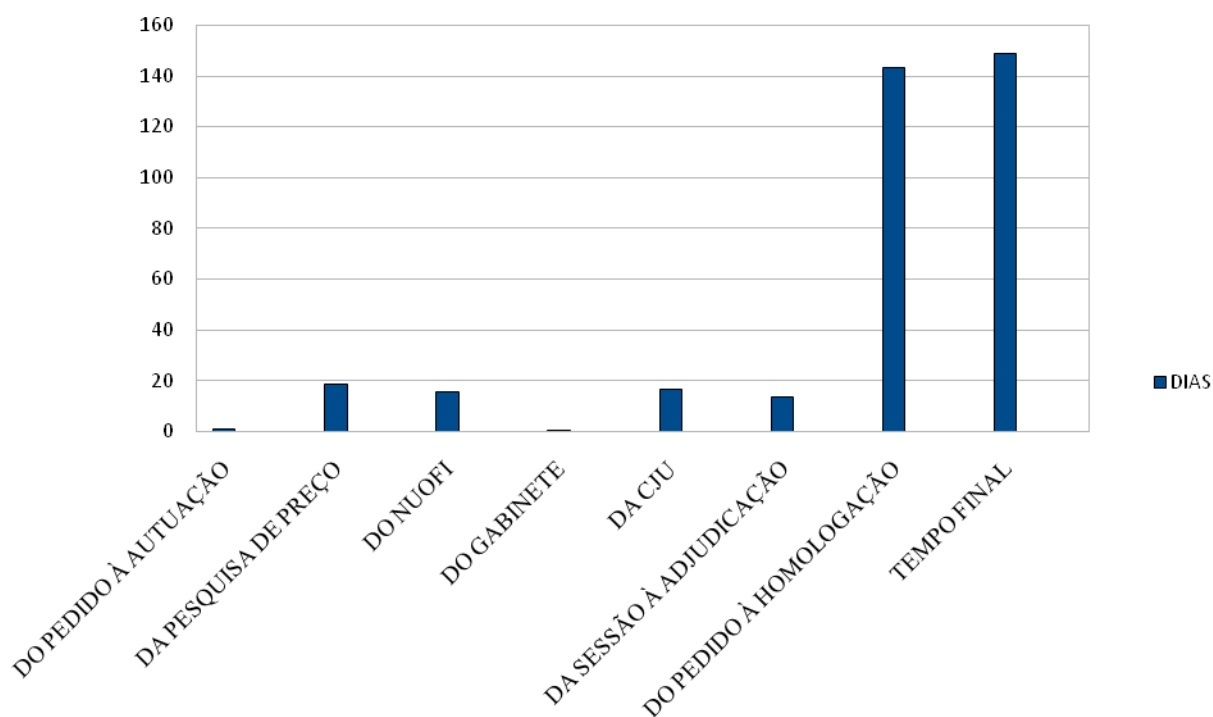
COMPARAÇÃO ENTRE DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES DE 2008 A 2011

Exercícios	Inexigibilidade	Dispensa
2008	5	31
2009	6	19
2010	4	12
2011	4	18

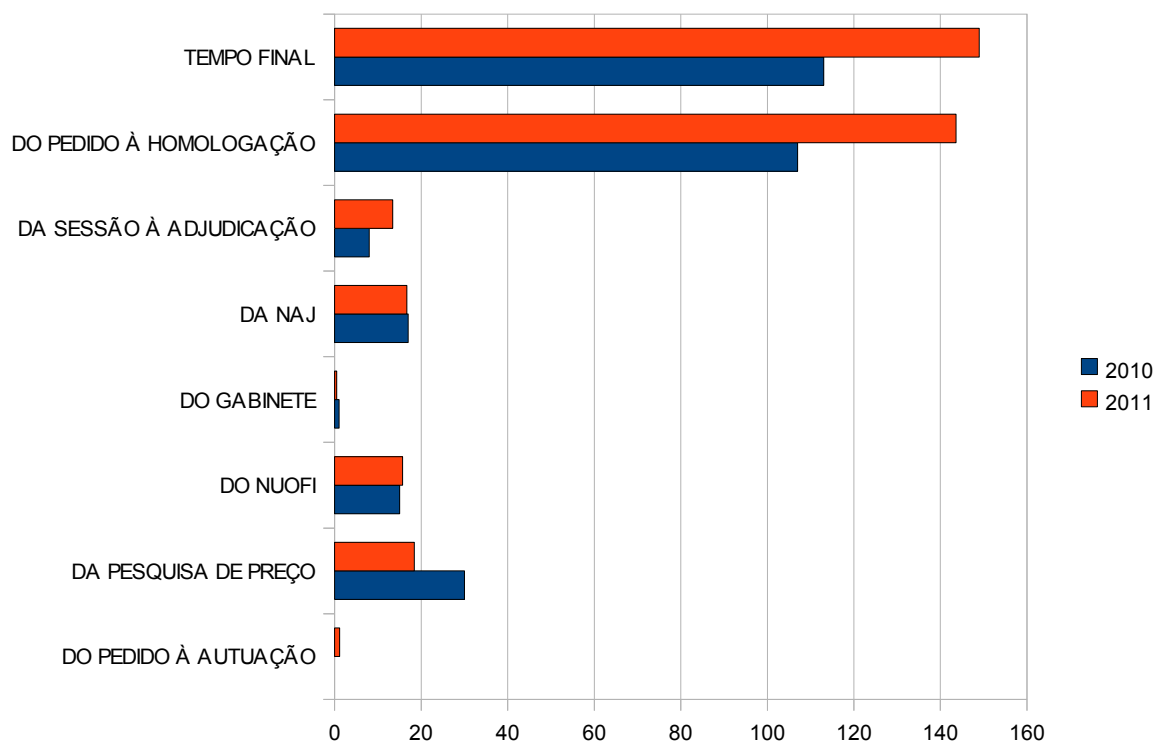
**TEMPO DOS PROCESSOS DE LICITAÇÕES
MÉDIA DE TEMPO DOS PREGÕES DO EXERCÍCIO 2011**

MÉDIA DE TEMPO	DIAS
DO PEDIDO À AUTUAÇÃO	1
DA PESQUISA DE PREÇO	18
DO NUOFI	16
DO GABINETE	0
DA CJU	17
DA SESSÃO À ADJUDICAÇÃO	13
DO PEDIDO À HOMOLOGAÇÃO	144
TEMPO FINAL	149

TEMPO MÉDIO DOS PREGÕES REALIZADOS EM 2011



**COMPARAÇÃO DO TEMPO GASTO NOS PREGÕES DE 2010 E 2011
GRÁFICO VI**



Observa-se no gráfico que o tempo gasto em pesquisa de preço diminuiu, o tempo da CJU permaneceu o mesmo. Aumentaram o tempo da sessão à adjudicação e do pedido a homologação.

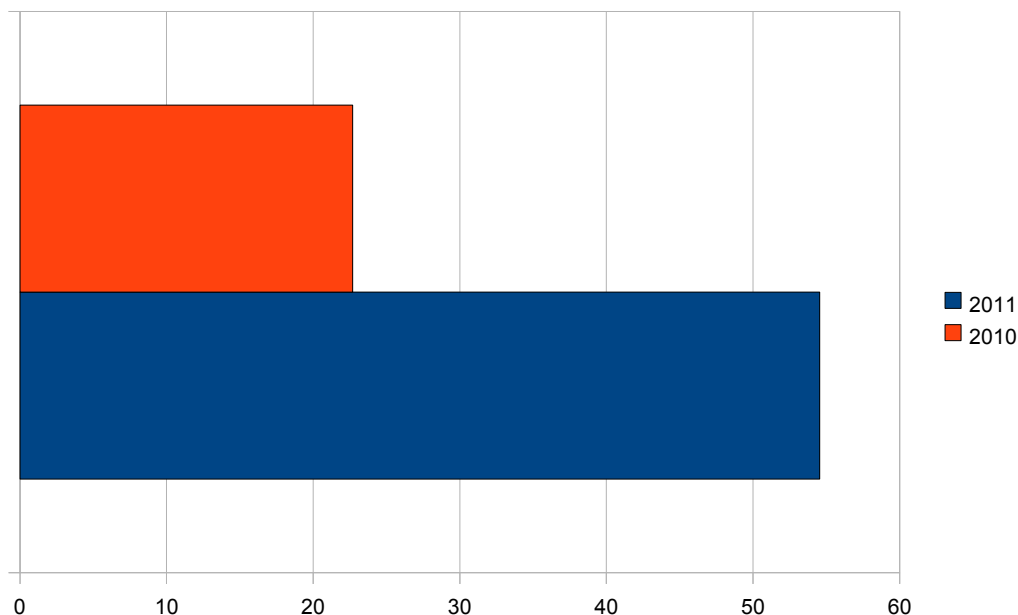
O aumento em 2011 do tempo da sessão à adjudicação se deu devido a pregões com grande número de itens, que foi o caso do pregão eletrônico nº 04/2011, com 80 itens e o pregão eletrônico nº 08/2011 com a exigência de amostra.

O tempo do pedido a homologação também teve um grande aumento devido a maior participação de empresas de outros estados, o que gera maior gasto de tempo na assinatura da ata de registro e devolução, conforme edital, ata é entregue via eletrônica e devolvida assinada e registrada em cartório. Porém esse fato, é, positivo, pois indica um aumento na competitividade do certame.

DOS VALORES ADJUDICADOS NOS PREGÕES

Comparando os valores adjudicados nos pregões e aqueles obtidos na pesquisa de mercado, conclui-se que em média foi obtido nos processos uma economia de 54,55%, conforme dados abaixo

GRÁFICO VII – COMPARATIVO NA ECONOMIA DOS PREGÕES DE 2010 E 2011



Observa-se que houve um aumento significativo de 40,41% da economia alcançada pela setor de licitação.

DOS CONTRATOS

Na tabela abaixo está mapeado a média de tempo gasto das processos de pagamento dos contratos continuados. Durante o exercício de 2011, mapeou-se todo processo de pagamento, desde de sua entrega para o NUOFI ao efetivo pagamento, lançado nas conformidade. Em cada contrato foi realizado uma média aritmética do tempo de gasto da entrega ao NUOFI ao efetivo pagamento da fatura.

Além de mapear o tempo, esse controle também permitiu acompanhar os gastos e lançamentos, apoiando os fiscais na escrita do relatório e lançamento dos dados no SIASG.

TEMPO DE PAGAMENTO DE PROCESSOS FINANCEIROS (Contratos continuados - processos efetivamente pagos)

Nº DO CONTRATO	VALORES GASTOS EM 2011	OBJETO QUANTITATIVO	ÚLTIMA PARCELA PAGA	MÉDIA
02/2011	R\$ 15.458,93	Prestação de serviços postais	Dezembro	3 dias
03/2011	R\$ 32.435,86	Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços telefônicos fixo comutado (fixo-fixo e fixo-móvel), local, longa distância nacional e internacional	Dezembro	4 dias
05/2011	R\$ 4.780,95	Contratação de agente de integração	Dezembro	6 dias
06/2011	R\$ 11.144,66	Contratação de solução corporativa de conectividade sem fio, área de registro na cidade de Cuiabá - MT, por meio de aparelhos móveis, fornecidos em regime de comodato	Dezembro	3 dias
07/2011	R\$ 3.480,75	Publicidade legal impressa e/ou eletrônica	Setembro	4 dias
10/2011	R\$ 136.742,52	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de mecânica, elétrica, estofaria, lataria, pintura, alinhamento e balanceamento, traslado e lavagem, e fornecimento de peças e acessórios, para os veículos que compõe a frota da 2ª superintendência da polícia rodoviária federal em mato grosso/MT.	Dezembro	8 dias
09/2010	R\$ 202.522,30	Execução dos serviços de Vigilância e Segurança Armada junto às instalações da 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal.	Novembro	14 dias
04/2010	R\$ 1.369,31	Contratação de instituição prestadora de serviço de intermediação de estágios, na condição de agente de integração	Fevereiro (contrato encerrado em 01/03/11)	21 dias
06/2010	R\$ 2.822,31	Contratação de empresa especializada para prestação de Serviço Móvel Pessoal (SMP)	Abril (contrato encerrado em	33 dias

			12/04/11)	
07/2010	R\$ 5.190,25	Contratação de empresa especializada para prestação de Serviço Móvel Pessoal (SMP)	Abril (contrato encerrado em 12/04/11)	13 dias
08/2010	R\$ 56.284,17	Contratação de pessoa(s) jurídica(s), para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e instalação de sistemas e equipamentos de radiocomunicação (on-site e balcão)	Novembro	29 dias
09/2010	R\$ 52.850,78	Prestação de serviços de desinsetização, descupinização e desratização	Dezembro	25 dias
12/2010	R\$ 269.066,46	Serviços de manutenção preventiva e corretiva de mecânica, elétrica, estofaria, lataria, pintura, alinhamento e balanceamento, translado e lavagem, com fornecimento de peças e acessórios, para os veículos da 2ª SRPRF	Setembro (contrato encerrado em 06/09/11)	18 dias
13/2010	R\$ 83.389,14	Prestação dos serviços de manutenção preventiva em aparelhos de ar condicionado	Novembro	25 dias
14/2010	R\$ 29.370,41	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de mecânica, elétrica, estofaria, lataria, pintura, alinhamento e balanceamento, translado e lavagem, com fornecimento de peças e acessórios, para as motocicletas que compõe a frota da 2ªSRPRF	Dezembro	15 dias
18/2010	R\$ 66.027,81	Prestação dos serviços de copeiragem, recepção, manutenção predial, secretariado e motorista, executado de forma indireta e contínua	Julho	10 dias
23/2010	R\$ 518.272,36	Prestação de serviços continuados de limpeza, asseio e conservação, com fornecimento de toda mão-de-obra, materiais e equipamentos, nas dependências da Sede, Delegacias e Postos da 2ª SR.PR/MT.	Novembro	23 dias

26/2010	R\$ 149.397,47	Prestação de serviços continuados de fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais e operacionalização de reservas, marcação e remarcação de bilhetes para atender as necessidades da 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal	Dezembro	13 dias
06/2009	R\$ 12.878,73	Prorrogação do contrato nº 06/2009 que visa à continuidade dos serviços de malote	Dezembro	5 dias
10/2008	R\$ 12.856,30	Serviço de Telefonia Móvel (SMP)	Junho (contrato encerrado em 12/06/11)	14 dias
13/2008	R\$ 11.317,39	Prestação de Serviço de Transferência de Dados através de Serviço de Móvel Pessoal – SMP.	Dezembro	13 dias
16/2008	R\$ 1.202.921,14	Contratação de empresa para fornecer e operar um sistema informatizado e integrado com utilização de cartão magnético/micro processado ou outra tecnologia, para gerenciamento do abastecimento de combustíveis.	Novembro	7 dias
18/2008	R\$ 88.455,14	Locação de impressoras e multifuncionais	Novembro	18 dias
19/2008	R\$ 298.458,32	Prestação dos serviços de telecomunicações para acesso IP (transmissão de dados)	Agosto	19 dias
08/2007	R\$ 493.345,14	Prestação de serviços contínuos terceirizados de apoio administrativo	Novembro	14 dias
06/2006	R\$ 8.994,30	Prestação de serviço telefônico fixo	Março (Rescisão do contrato em 28/02/2011)	23 dias
07/2006	R\$ 43.160,04	Prestação de serviço STFC – modalidade local proveniente de linhas diretas analógicas	Dezembro	15 dias
MÉDIA GERAL				15 dias

A média geral para efetivo pagamento após entrega do processo de pagamento ao NUOFI a efetiva liquidação da fatura é de 15 dias, conforme relatório do NUOFI o número de dias se dá em função de falta de financeiro para pagamento.

PROCESSOS PARA ANÁLISE E APLICAÇÕES DE PENALIDADES

No decorrer do exercício de 2011, aprimorou-se o estudo sobre apuração e procedimentos para verificação de descumprimentos contratuais e penalidades ocorridas durante os pregões. O objetivo era atender a previsão legal de apurar as infrações observadas, pormenorizando os atos administrativos para as especificidades do órgão e de cada objeto dos contratos.

No exercício 2011, foram autuados 08 processos para apurar possíveis infrações, sendo 01 (um) ocorrido durante os pregões e 07 durante a vigência dos contratos. Atualmente consta em diferentes fases 3 (três) processos, autuados em anos anteriores. Ao todo foram 04 (quatro) processos concluídos, 01 (um) em apuração, 03 (três) em Defesa Prévia, 02 (dois) arquivados por não haver infração por parte do fornecedor e 01 (um) aguarda a cobrança judicial da multa.

TABELA DE COMPARAÇÃO DE PROCESSO DE PENALIDADES AUTUADOS EM 2010 E 2011

Processos autuados	Quantidade
2010	3
2011	8

Observa-se um aumento de 62% no número de autuações para apurações de procedimentos de infrações administrativas.

Empresa:	MODERN SERVICE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA.
CNPJ:	08.594.305/0001-80
Pena:	a) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo período de 02 (dois) anos. b) Multa (compensatória) no valor total de R\$ 19.000,93. c) Rescisão, unilateral, do contrato nº 018/2010/2ª SRPRF/MT.
Período de vigência:	17/10/2011 A 16/10/2013
Motivo da Penalidade:	Descumprimento Contratual contrato nº 18/2010 - Deixou de cumprir obrigações trabalhistas ao não repassar vale transporte e auxílio alimentação aos seus funcionários; - Deixou de efetuar o pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, bem assim quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato; - Deixou de cumprir determinação formal do órgão fiscalizador;
Termo de Contrato ou nº do pregão caso não exista contrato:	CONTRATO Nº 18/2010/2ª SRPRF/MT
Nº Processo:	08661003774/2011-81
Data de Publicação no DOU:	17/10/2011
Fase do processo:	Concluído

Empresa:	D.F DE LIMA & CIA LTDA ME
CNPJ:	08.431.438/0001-36
Pena:	a) seja a licitante suspensa de participar em licitação e impedida de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de 06 (seis) meses, conforme item 24 do Edital do Pregão Eletrônico nº 08/2011/2ª SRPRF/MT e art. 7º da Lei nº 10.520/2002;
Motivo:	Não manter a proposta durante a sessão do Pregão Eletrônico nº 08/2011.
Nº Processo:	08661004033/2011-18
Data de Publicação no DOU:	08/02/2011
Fase do processo:	Concluído

Empresa:	ALC AUTOCENTER LTDA
CNPJ:	05.055.261/0001-22
Pena:	a) Advertência e; b) Multa no valor de R\$ 73,08 (setenta e três reais e oito centavos), com base no art. 87 da Lei nº 8.666/1993.
Motivo da Penalidade:	Apuração de irregularidades ocorridas durante a execução do contrato nº 12/2010.
Termo de Contrato ou nº do pregão caso não exista contrato:	CONTRATO Nº 18/2010/2ª SRPRF/MT
Nº Processo:	08661002816/2011-67
Data de Publicação no DOU:	15/09/2011
Fase do processo:	Concluído

Empresa:	DANIELA ROSA DELFINO ME
CNPJ:	12.783.018/0001-96
Pena:	a) Seja a contratada suspensa de participar em licitação e impedida de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de 03 (três) anos, conforme item 14.2.4 do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 08/2011/2ª SRPRF/MT e art. 7º da Lei nº 10.520/2002; b) Seja rescindida unilateralmente a carta-contrato nº 33/2011, conforme item 14.2.4 do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 08/2011/2ª SRPRF/MT; c) Seja cancelada a Ata de Registro de Preços nº 21/2011, conforme item 17.1.2.4 do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 08/2011/2ª SRPRF/MT;
Motivo:	Apuração de possível descumprimento contratual, carta contrato nº 33/2011, Ata de Registro de Preços nº 21/2011.
Nº Processo:	08661004855/2011- 07
Fase do processo:	Em apuração

Empresa:	EDITORA PROGRESSIVA LTDA
CNPJ:	04.772.585/0001-19

Pena:	Descumprimento Contratual deixou de fornecer o objeto conforme a Nota de Empenho 2011NE800122. Pregão Eletrônico nº 10/2010/10ª SRPRF/BA.
Motivo:	Processo arquivado Não houve infração por parte do fornecedor
Nº Processo:	08661003288/2011-63
Fase do processo:	Arquivado

Empresa:	IMPRIMA SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA
CNPJ:	08.108.612/0001-04
Pena:	Descumprimento Contratual deixou de fornecer o objeto conforme o Pregão Eletrônico nº 10/2010/10ª SRPRF/BA.
Motivo:	Processo arquivado Não houve infração por parte do fornecedor
Nº Processo:	08661003288/2011-63
Fase do processo:	Arquivado

Empresa:	OFFICE TURISMO E EXCURSÕES LTDA – ME
CNPJ:	01.062.026/0001-27
Pena:	impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais.
Motivo:	apuração da infração: entregar documentação falsa exigida para o certame
Nº Processo:	08661006111/2010-38
Data de Publicação no DOU:	17/01/2011
Fase do processo:	Concluída

Empresa:	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA
CNPJ:	59.275.792/0001-50
Pena:	Multa compensatória
Motivo:	Apuração da infração: descumprimento contratual – atraso na entrega do objeto
Nº Processo:	08661005934/2010-46
Fase do processo:	Defesa Prévia

Empresa:	NELISE F. PRADO & CIA LTDA
CNPJ:	01.294.164/0001-31
Pena:	Multa compensatória e moratória de 2% do valor total do contrato para cada evento
Motivo:	apuração da infração: descumprimento contratual – não cumprimento das obrigações trabalhistas
Nº Processo:	08661000144/2011-55
Fase do processo:	Defesa Prévia (Processo enviado ao Ministério do Trabalho)

Empresa:	POLO AR CONDICIONADO SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO
CNPJ:	06.021.988/0001-51
Pena:	a) Advertência b) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial; c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

Motivo:	Descumprimento Contratual deixou de entregar cronograma, relatórios de manutenção anual dos postos e delegacias e deixar de executar a manutenção anual. Contrato nº 13/2010
Nº Processo:	08661003358/2011-83
Fase do processo:	Defesa Prévia

Empresa:	OLHO D'ÁGUA PERFURAÇÕES DE POÇOS ARTESIANOS LTDA -ME
CNPJ:	07.483.809/0001-60
Pena:	a) Multa no valor de R\$ 9.300,00 b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos
Motivo:	apuração da infração: entregar documentação falsa exigida para o certame
Nº Processo:	08661005692/2010-91
Data de Publicação no DOU:	17/01/2011
Fase do processo:	O contrato foi rescindido e aplicada a penalidade. Esgotou-se a esfera administrativa. Processo encontra-se no Núcleo de Apoio Técnico com sugestão da Seção Administrativa para cobrança judicial da multa.

GESTÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

Em 2011, dando prosseguimento ao projeto de melhoria das instalações da Sede, com vistas à melhoria das condições de trabalho, foram instalados 08 (oito) condicionadores de ar Split de 30.000 Btus. A academia foi equipada com duas esteiras e demais equipamentos para prática de atividades físicas, cuja utilização contribuiu para a elevação do consumo de energia.

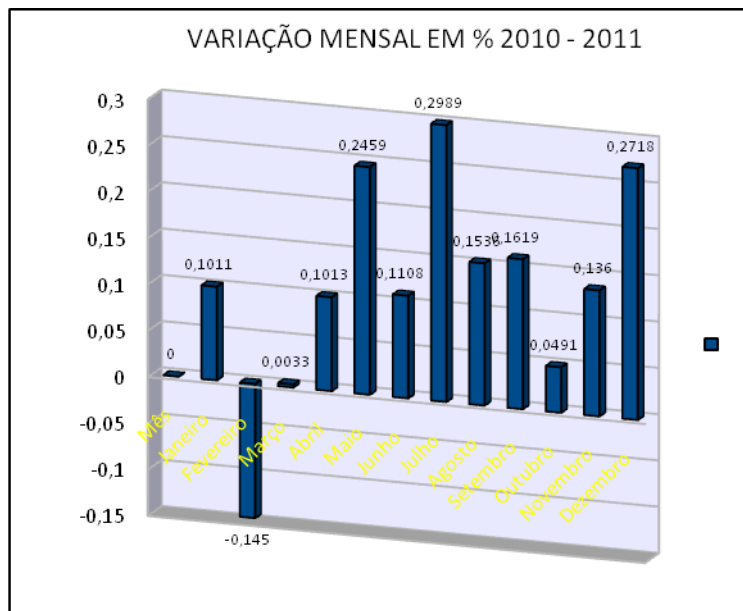
Nas demais UCs, continuou-se acompanhando o consumo de energia, detectando o acréscimo de consumo absoluto de apenas 0,97%, enquanto o aumento de valor atingiu a marca de 8,87 %, em função da diferença tarifária e das variações de consumo de ponta x demanda fora de ponta, além do aumento da tarifa de iluminação pública.

Em 2011, observou-se o aumento de 11,82 % em relação ao valor pago em 2010, representando R\$ 62.099,78. A especialização constante dos serviços prestados à sociedade pela PRF no Estado de Mato Grosso exige o aumento e especialização do efetivo utilizado na atividade meio, cujo número existente já não era suficiente para o atendimento a essas demandas. Aliado a este fato, a abertura do quadro para atendimento aos estagiários em diversas áreas e o reajuste de tarifas são fatores que interferiram diretamente no aumento de consumo relatado.

Devido à centralização de todos os trabalhos administrativos relacionados à gestão Regional, a Sede da 2ª SRPRF congrega o maior número de pessoas em relação às demais unidades do Estado.

Devido a fatores ligados à segurança institucional, localiza na Sede o parque de informática e a Central de Informações Operacionais – CIOP, setores que trabalham ininterruptamente e, devido às altas temperaturas registradas no Estado durante quase todo o ano, necessitam refrigeração através de condicionadores de ar, como forma de preservar os equipamentos e a saúde dos policiais plantonistas, justificando-se assim o maior consumo dessa UC, conforme tabela e gráfico acima..

A tabela ao lado demonstra em números absolutos, a variação do consumo mensal por unidade consumidora – UC no período 2009 a 2011, dados estes melhor visualizados no gráfico abaixo.



Conforme tabela e gráfico, verifica-se que algumas unidades (postos ou Delegacias PRF) apresentam consumo menor que outras, em função do tamanho da estrutura física, do pessoal empregado e do tipo e número de equipamentos instalados.

No intuito de elaborar comparativo entre os meses de 2010 e 2011, levantou-se os valores e suas variações, observando que as maiores variações ocorreram em maio, julho e dezembro de 2011, com 20, 30 e 27 % de aumento respectivamente em relação ao mesmo período do ano anterior. Em contrapartida, o mês de fevereiro de

2011 teve redução de consumo de 16 % em relação ao mesmo mês de 2010, comprovando que a gestão do consumo tem sido eficiente e que os aumentos de consumo devem-se à maior exigência da utilização de máquinas e equipamentos em função do aumento de pessoal e de atribuições.

Em 2011, através do Processo 08.661.000.020/2011-81, foi instituída a CICE – Comissão Interna de Conservação de Energia, nomeada pela Portaria 02 – GAB de 03/01/2011, cuja missão seria avaliar o consumo de energia elétrica e propor metas para sua economia.

Devido à inexistência de dados anteriores à instalação, os trabalhos da presente comissão se limitaram a leitura diária do consumo em A/H e do quadro de voltagem/amperagem, para formação do banco de dados a ser utilizado posteriormente como base para a análise e posterior proposição de ações e/ou tomada de decisões.

Embora sem parâmetros anteriores, algumas ações foram executadas visando à economia de energia como a ligação alternada das luminárias nos corredores, o desligamento de equipamentos não utilizados nos finais de semana como os bebedouros dos corredores, o uso criterioso dos aparelhos condicionadores de ar e o desligamento dos computadores no período do almoço.